



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus
Urutaí**

Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica

**ATUAÇÃO DO NEABI DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO
– CAMPUS PARACATU NO ÂMBITO DO
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAÚJO

Orientadora: Prof. Dr^a Cristiane Maria Ribeiro

Urutaí, abril de 2025

CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAÚJO

**ATUAÇÃO DO NEABI DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS PARACATU NO
ÂMBITO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Orientadora

Prof. Dr^a Cristiane Maria Ribeiro

Dissertação apresentada ao Instituto Federal Goiano –
Campus Urutaí, como parte das exigências do Programa
de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica para
obtenção do título de Mestre.

Urutaí (GO)
2025

Os direitos de tradução e reprodução reservados.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada ou reproduzida por meios mecânicos ou eletrônicos ou utilizada sem a observância das normas de direito autoral.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi

A663a Araújo, Cleide Maria Fernandes de
Atuação do NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão / Cleide Maria Fernandes de Araújo. Urutaí 2025.

180f. il.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cristiane Maria Ribeiro.
Dissertação (Mestre) - Instituto Federal Goiano, curso de 0133214 - Mestrado Profissional em Ensino para a Educação Básica (Campus Urutaí).
1. NEABI. 2. Associações Negras. 3. Antirracismo. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Título da dissertação: Atuação do NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão

Título do produto educacional: Plano de Ação para NEABIs

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiane Maria Ribeiro

Autora: Cleide Maria Fernandes de Araújo

Dissertação de Mestrado **aprovada pela Banca Avaliadora** em 28 de abril de 2025, como parte das exigências para obtenção do Título **MESTRE EM ENSINO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA**, pela Banca Examinadora especificada a seguir:

Prof^a. Dr^a. CRistiane Maria Ribeiro

IF Goiano - Campus Urutaí

Prof. Dr. Cleber Cezar da Silva

IF Goiano - Campus Urutaí

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Gama

IFTM- Campus Paractu

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cristiane Maria Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 28/04/2025 15:56:17.
- **Alexandre de Oliveira Gama, 051.879.106-80 - Usuário Externo**, em 28/04/2025 16:05:49.
- **Cleber Cezar da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 29/04/2025 08:50:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 701646

Código de Autenticação: 75e5b26e41



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Urutai

Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2.5, SN, Zona Rural, URUTAÍ / GO, CEP 75790-000

(64) 3465-1900

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: //

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

 Documento assinado digitalmente
CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO
Data: 05/05/2025 08:56:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Local

//

Data

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

 Documento assinado digitalmente
CRISTIANE MARIA RIBEIRO
Data: 05/05/2025 10:35:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ciente e de acordo:

ASSINATURA DO(A) ORIENTADOR(A)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 40/2025 - CREPG-UR/DPGPI-UR/CMPURT/IFGOIANO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, reuniram-se os componentes da banca examinadora, em sessão solene realizada *online*, para procederem à avaliação da apresentação e defesa de dissertação em nível de mestrado, de autoria de **Cleide Maria Fernandes de Araújo**, discente do **Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí**, com o trabalho intitulado "**Atuação do NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão**". A sessão foi aberta pela presidente da banca examinadora, **Prof.^a Dr.^a Cristiane Maria Ribeiro**, que fez a apresentação formal dos membros da banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da dissertação para, em até 40 minutos, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a defendente, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica, a dissertação foi **APROVADA**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**, na área de concentração em **Ensino para a Educação Básica**, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí. A conclusão do curso dar-se-á após o depósito da versão definitiva da dissertação, mediante incorporação dos apontamentos realizados pelos membros da Banca, ao texto desta versão, no Repositório Institucional do IF Goiano, na plataforma eduCapes e cumprimento dos demais requisitos dispostos no Regulamento do PPGEnEB/IFGoiano. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **60 (sessenta) dias** da sua ocorrência. A banca examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos dessa dissertação em periódicos qualificados e o depósito do produto educacional em repositório de domínio público, tanto institucional quanto no Repositório

eduCapes. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação de mestrado e, para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, assinada eletronicamente pelos membros titulares da banca examinadora.

Membros da Banca Examinadora:

Nome	Instituição	Situação no Programa
Prof. ^a Dr. ^a Cristiane Maria Ribeiro	IF Goiano – Campus Urutaí	Presidente
Prof. Dr. Cleber Cezar da Silva	IF Goiano – Campus Urutaí	Membro Interno
Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Gama	IFTM – Campus Paracatu	Membro Externo

Documento assinado eletronicamente por:

- Cristiane Maria Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 28/04/2025 15:38:09.
- Alexandre de Oliveira Gama, 051.879.106-80 - Usuário Externo, em 28/04/2025 16:04:14.
- Cleber Cezar da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 29/04/2025 08:49:52.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 701637
Código de Autenticação: 0acab2ae47





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO –
CAMPUS URUTAÍ

**Programa de Pós-
Graduação em Ensino
para a Educação
Básica**

**FICHA DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO
EDUCACIONAL PELA BANCA DE DEFESA**

Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí – PPGEnEB

Discente: Cleide Maria Fernandes de Araújo

Título da Dissertação: "Atuação do NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão"

Título do Produto: Plano de Ação para NEABIs

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Maria Ribeiro

**FICHA DE VALIDAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO
EDUCACIONAL (PE)**

Complexidade - compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional.	(X) O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese. (X) A metodologia apresenta-se clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE. (X) Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos empregados
--	---

***Mais de um item pode ser marcado**

Ser Marcado.	na respectiva dissertação ou tese. () Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.
Impacto – considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.	() Protótipo/Piloto não utilizado no sistema relacionado à prática profissional do discente. (X) Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional relacionado à prática profissional do discente.
Aplicabilidade – relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.	() PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa. (x) PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado. () PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.
Acesso – relaciona-se à forma de acesso do PE.	() PE sem acesso. () PE com acesso via rede fechada. () PE com acesso público e gratuito.
	() PE com acesso público e gratuito pela página do Programa. (X) PE com acesso por Repositório institucional - nacional ou internacional - com acesso público e gratuito.
Aderência – compreende-se como a origem do PE apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação.	() Sem clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado. (X) Com clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado.
Inovação – considera-se	(X) PE de alto teor inovador (desenvolvimento com base em conhecimento inédito).

que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original.

() PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos).

() PE com baixo teor inovador (adaptação de conhecimento(s) existente(s)).

Breve relato sobre a abrangência e/ou a replicabilidade do PE: O produto educacional:

apresenta sugestões de ações a serem desenvolvidas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, fundamentadas na temática da Educação para as relações étnico-raciais e possui uma importância significativa para a academia, sistema educacional, movimentos sociais ou ongs.

Prof.^a Dr.^a Cristiane Maria Ribeiro - Presidente

Prof. Dr. Cleber Cezar da Silva - Membro interno

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Gama - Membro externo

Urutaí-GO, 28 de abril de 2025.

Documento assinado eletronicamente por:

- Cristiane Maria Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 28/04/2025 15:34:26.
- Cleber Cezar da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 28/04/2025 15:35:40.
- Alexandre de Oliveira Gama, 051.879.106-80 - Usuário Externo, em 28/04/2025 16:06:49.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 701662

Código de Autenticação: fd0f492fc1



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Urutaí

Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5, SN, Zona Rural, URUTAÍ / GO, CEP 75790-000

(64) 3465-1900

*É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros,
[...]*

*a mística quilombola persiste afirmando:
“a liberdade é uma luta constante”.*
Conceição Evaristo, Tempo de nos aquilombar.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, ao universo e a minha ancestralidade, cujas forças, visíveis e invisíveis, tornaram esta conquista possível.

Aos meus pais: minha mãe, que não mediu esforços para me apoiar em cada etapa desta jornada, e ao meu pai, em memória, cuja presença permanece viva em minha alma. Aos meus irmãos, familiares e a todas as pessoas que me incentivaram ao longo do caminho.

Ao meu amado Celso, minha gratidão por tudo e por tanto. Aos meus amigos, obrigada por caminharem comigo e por celebrarem mais esta conquista, que também é de vocês.

Ao IFTM e ao Campus Paracatu agradeço pela oportunidade, e ao IF Goiano Campus Urutaí, pela acolhida.

A minha orientadora professora Dra. Cristiane Maria Ribeiro, minha gratidão por todo aprendizado e parceria. Aos professores do programa pelo incentivo e compartilhamento de experiências. Aos colegas do mestrado, minha gratidão, pela troca de conhecimentos e pelo aprendizado compartilhado durante este percurso.

Aos professores Dr. Alexandre de Oliveira Gama e Dr. Cleber Cezar da Silva, por aceitarem o convite para integrar as bancas e pelas contribuições preciosas que enriqueceram este trabalho.

Aos NEABIs, grupos correlatos e a todas as pessoas que defendem a diversidade e se dedicam à construção de uma sociedade mais justa e antirracista, meu reconhecimento e respeito.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa. Minha eterna gratidão!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS	16
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	17
RESUMO.....	19
ABSTRACT	20
1. INTRODUÇÃO	21
1.1 Referências.....	32
2. ASSOCIAÇÕES NEGRAS NO BRASIL: CONCEITOS, FINALIDADES E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO AFRODESCENDENTE	34
2.1. Introdução	35
2.2. Escravidão no Brasil: breves reflexões sobre o impacto histórico e social	36
2.3. Quilombos: espaços de resistência, preservação da cultura e identidade negra	39
2.4. Associações Negras: aspectos conceituais.....	42
2.4.1. Clubes Negros.....	45
2.4.2. Imprensa Negra.....	47
2.4.3. Frente Negra Brasileira	50
2.4.4. Teatro Negro	52
2.4.5. Movimento Negro Unificado.....	54
2.4.6. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI.....	58
2.5. Considerações finais	61
2.6. Referências.....	63
3. COMPREENDENDO O NEABI: CONCEITO, HISTÓRIA E SEUS IMPACTOS E INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	68
3.1. Introdução	69
3.2. NEABIs: uma abordagem conceitual	71
3.2.1. NEABIs: pluralidade de significados	73
3.2.2. Atuação dos NEABIs e Grupos Correlatos.....	74
3.2.1. A voz dos membros: impactos e transformações.....	78
3.3. Surgimento dos NEABIs e Grupos Correlatos: um breve histórico	82
3.4. Contexto do surgimento dos NEABIs em Minas Gerais	87
3.5. Considerações finais	92
3.6. Referências.....	94
4. ATUAÇÃO DO NEABI: DOCUMENTOS NORMATIZADORES.....	99
4.1. Introdução	100

4.2. Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM: uma breve descrição.....	100
4.3. Contexto do surgimento do NEABI no IFTM	101
4.3.1. NEABI: finalidade e princípios norteadores.....	102
4.3.2. NEABI: ações e público alvo.....	102
4.3.3. NEABI: estrutura organizacional.....	103
4.3.4. NEABI: página institucional.....	104
4.4. NEABI/IFTM Campus Paracatu: uma breve apresentação	104
4.5. Atuação do NEABI: documentos institucionais	105
4.5.1. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.....	106
4.5.2. Resolução IFTM nº 365 DE 24 de novembro de 2023 - Regimento Interno do Campus Paracatu.....	108
4.5.3. Projeto Político Pedagógico dos Cursos – PPCs	109
4.5.4. Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI do IFTM	112
4.5.5. Regulamento do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFTM – PAPEE ..	113
4.5.6. Regulamento do Programa de Ações Afirmativas (PAAF) do IFTM	114
4.5.7. Portfólios.....	115
4.6. Considerações finais	120
4.7. Referências.....	122
5. ATUAÇÃO DO NEABI: PERCEPÇÕES DOS MEMBROS.....	124
5.1. Introdução	125
5.2. Categoria I - perfil dos participantes.....	126
5.3. Categoria II - plano de ação	128
5.4. Categoria III - atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão..	129
5.5. Categoria IV - motivações e percepção da importância do núcleo.....	132
5.6. Categoria V - sugestões, aspectos críticos, importância e impacto	136
5.7. Considerações finais	142
5.8. Referências.....	144
6. PLANO DE AÇÃO PARA NEABIs: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	146
6.1 Introdução	147
6.2 Percorso metodológico: elaboração do produto educacional	148
6.3 Apresentando o produto educacional: plano de ação para NEABIs.....	149
6.4 Avaliação do produto educacional: plano de ação para NEABIs	153

6.5 Considerações finais	159
6.6 Referências.....	160
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
ANEXOS	163
Anexo 1 – Parecer de aprovação no CEP Goiano	163
Anexo 2 – Parecer de aprovação no CEP Universidade Federal do Triângulo Mineiro ...	168
APÊNDICES.....	171
Apêndice A - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	171
Apêndice B – Instrumento de coleta de dados.....	176
Apêndice C - Avaliação do Plano de Ação para NEABIs	179

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1 - Capa do Produto Educacional: Plano de Ação para NEABIs.....	150
Quadro 1 - NEABIs e grupos correlatos inscritos no CONNEABS.....	91
Quadro 2 - Unidade Curricular Primeiro Ano	110
Quadro 3 - Unidade Curricular Segundo Ano	110
Quadro 4 - Unidade Curricular Terceiro Ano	110
Quadro 5 - Unidade Curricular Politécnica Primeiros, Segundos e Terceiros anos.....	111
Tabela 1 - Avaliação dos aspectos: conteúdo, linguagem, design e organização.	154

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACZ - Associação Cultural Zumbi

ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros

BDTD - Banco de teses e dissertações

CCN - Centro de Cultura Negra

GEAA - Grupo de Estudos Ações Afirmativas

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CEPAIA - Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos

CP - Conselho Pleno

CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais

CECA – Centro de Estudos de Cultura Africana

CEAA – Centro de Estudos Afro-Asiáticos

CONNEABS - Consorcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros

COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros

ERER - Educação das Relações Étnico-Raciais

FNB - Frente Negra Brasileira

GERA - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais

GIEAB - Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro-brasileiros

GRUCON - Grupo de União e Consciência Negra

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

LEAFRO - Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

MNU - Movimento Negro Unificado

MUCDR - Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

MN - Movimento Negro

NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro

NEABI - Núcleo de Estudo Afro-Brasileiro e Indígena

NEAAD – Núcleo de Estudos Africanos e Afrodescendentes da Universidade Federal de Goiás

NEIA - Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade

OPAA - Observatório das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior

PE - Produto Educacional

PRP - Partido Republicano Paulista

PUC - Pontifícia Universidade Católica

TEN - Teatro Experimental do Negro

UFG - Universidade Federal de Goiás

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UFVJM – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

ATUAÇÃO DO NEABI DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS PARACATU NO ÂMBITO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar a atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. A metodologia adotada baseou-se em pesquisa bibliográfica, análise documental, com abordagem qualitativa e descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, aplicado a ex-membros e membros atuais do núcleo, designados em portaria emitida pela Direção Geral do Campus, e que consentiram voluntariamente participar da pesquisa. Os resultados da pesquisa subsidiaram a elaboração do Produto Educacional – Plano de Ação para NEABIs, contendo sugestões de ações que podem ser implementadas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Considerando a crescente necessidade de debater e implementar práticas voltadas para a educação das relações étnico-raciais, torna-se fundamental investigar a atuação dos NEABIs para compreender os impactos de suas intervenções no contexto educacional. Ressalta-se que sua importância vai além da formação em educação para as relações étnico-raciais, pois desempenham um papel essencial na promoção do conhecimento, da conscientização e do respeito às culturas afro-brasileira e indígena dentro das instituições de ensino e na sociedade como um todo. Os dados obtidos indicaram um número reduzido de registros formais sobre as atividades desenvolvidas e a predominância de ações concentradas em momentos específicos, como datas comemorativas. Os resultados também apontaram a necessidade de maior integração entre ensino, pesquisa e extensão, visando ampliar o alcance e a eficácia das iniciativas promovidas pelo núcleo. Além disso, como impacto positivo sinalizou a ressignificação das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: NEABI; Associações Negras; Antirracismo.

PERFORMANCE OF NEABI OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF TRIÂNGULO MINEIRO – PARACATU CAMPUS IN THE SCOPE OF TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION

ABSTRACT

This research aimed to identify the performance of the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies - NEABI of the Federal Institute of Education, Science and Technology - IFTM Paracatu Campus in the areas of teaching, research and extension. The methodology adopted was based on bibliographic research, document analysis, with a qualitative and descriptive approach. Data collection was carried out through a semi-structured questionnaire, applied to former and current members of the center, designated by an ordinance issued by the General Management of the Campus, and who voluntarily agreed to participate in the research. The results of the research supported the elaboration of the Educational Product - Action Plan for NEABIs, containing suggestions of actions that can be implemented in the areas of teaching, research and extension. Considering the growing need to debate and implement practices aimed at the education of ethnic-racial relations, it is essential to investigate the performance of NEABIs to understand the impacts of their interventions in the educational context. It is important to emphasize that their importance goes beyond training in education for ethnic-racial relations, as they play an essential role in promoting knowledge, awareness and respect for Afro-Brazilian and indigenous cultures within educational institutions and in society as a whole. The data obtained indicated a reduced number of formal records on the activities developed and the predominance of actions concentrated on specific moments, such as commemorative dates. The results also pointed to the need for greater integration between teaching, research and extension, aiming to expand the reach and effectiveness of the initiatives promoted by the center. In addition, as a positive impact, it signaled the redefinition of pedagogical practices.

Keywords: NEABI; Black Associations; Anti-racism.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa acadêmica vai além da obtenção do conhecimento, constituindo-se como uma oportunidade para reflexões sobre questões sociais, culturais e históricas. Nesse sentido, o estudo das relações étnico-raciais, torna-se relevante ao investigar ações que fortalecem a identidade negra, promovem a equidade racial e ampliam o acesso a espaços de diálogo e pertencimento. Partindo dessa perspectiva, esta pesquisa tem como objeto de estudo o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI¹ do Campus Paracatu, com a pretensão de compreender seu papel na promoção da identidade negra e na implementação de práticas voltadas para a educação antirracista. Com base nisso, buscou-se identificar sua atuação no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesse contexto, os NEABIs têm se configurado como espaços significativos para a articulação de práticas que promovem reflexões sobre as relações raciais, estimulam o debate em torno da identidade e do pertencimento, e contribuem para experiências educativas mais inclusivas e diversas.

Considerando tais aspectos, Siss; Barreto; Oliveira (2013), destacam que o NEAB² tem por intenção consolidar-se como um centro de referência voltado à articulação e promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase no campo dos Estudos Afro-Brasileiros.

Para Miranda *et al.* (2018), os NEABs e grupos correlatos³ têm desempenhado um papel significativo na condução e propagação de pesquisas e métodos educacionais voltados para as relações étnico-raciais, bem como para os aspectos da história e cultura afro-brasileira e africana, focalizando elementos relacionados à desigualdade racial presente na sociedade brasileira.

Com base no exposto, considera-se que os NEABIs constituem um ambiente com potencial para promover ações que vão além do enfrentamento de manifestações discriminatórias, mas também visam estimular reflexões críticas e transformadoras em prol do desenvolvimento de uma sociedade antirracista. Configuram-se como locais propícios para a

¹ No âmbito desta pesquisa, será enfatizada a cultura afro-brasileira.

² Ao longo desta pesquisa, o leitor encontrará as expressões NEAB, NEABI ou grupos correlatos. A explicação para essa polissemia, no contexto dos núcleos, é apresentada no segundo artigo desta dissertação, especificamente na subseção 3.2.1

³ Grupos correlatos são aqueles que, à semelhança dos NEABIs, desenvolvem ações voltadas para as relações étnico-raciais, ainda que sob diferentes formas de organização e níveis de institucionalização. Tais grupos podem assumir diversas denominações — como laboratórios, coletivos, programas, observatórios, centros, redes ou órgãos — e, independentemente da nomenclatura adotada, compartilham o compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão no campo das relações étnico-raciais.

promoção da educação, sensibilização, conscientização e orientação no que tange às dinâmicas étnico-raciais.

Os NEABIs, enquanto espaços de vivência cultural e educacional, desempenham um papel fundamental na promoção do conhecimento sobre as culturas afro-brasileira e indígena. Esses locais não apenas disseminam saberes históricos, mas também são fundamentais para a desconstrução do racismo e a mitigação das desigualdades sociais. Retornando ao aspecto histórico, é importante destacar que os espaços ocupados pelos núcleos têm suas raízes nas lutas de resistência e nos movimentos sociais, especialmente dos negros que, ao longo do tempo buscaram preservar a identidade cultural e promover a igualdade racial. A história e a cultura afro-brasileira carregam uma riqueza que muitas vezes é ignorada ou apagada pelas narrativas sociais hegemônicas. Nesse sentido, os espaços contemporâneos que respeitam, valorizam e promovem esse legado tornam-se essenciais na luta antirracista, especialmente, no contexto das instituições de ensino.

Segundo Jesus (2015), as ações políticas articuladas pelo movimento negro nas décadas de 70 e 80 impulsionaram a inclusão nas agendas políticas de diversos governos, da necessidade de políticas públicas que reconhecessem a cultura negra como elemento central da identidade brasileira. Além disso, buscava-se a valorização da história e da cultura afro-brasileira como um passo importante para a democratização do ensino no país.

Com a promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 foi instituída a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, respectivamente, em todas as escolas públicas e particulares do país. Esses dispositivos legais visam combater o racismo e a discriminação, além de promover a valorização da diversidade cultural brasileira, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

Nesse sentido, a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dispôs o seguinte texto:

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino (BRASIL, 2004, p. 2).

Os NEABIs surgem como instrumentos fundamentais para auxiliar na implementação dessas normativas. O desenvolvimento dos núcleos e grupos correlatos pode ser atribuído a fatores históricos, como a luta contra o racismo, à evolução das políticas públicas, bem como a aspectos sociais, como a necessidade de espaços de expressão cultural e a organização dos movimentos em favor da igualdade racial.

Nesse contexto, o NEABI do Campus Paracatu está inserido em uma localidade que detém uma rica herança histórica e cultural, marcada por tradições que remontam a períodos de resistência e luta pela afirmação da identidade negra. A cidade de Paracatu, com seu legado de irmandades negras, quilombos, festas tradicionais, manifestações culturais, oferece um contexto privilegiado para o NEABI como um espaço de fortalecimento de laços comunitários, reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira.

Por meio da consulta ao Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES⁴, foi possível identificar uma relação das comunidades negras quilombolas em Minas Gerais, incluindo aquelas localizadas no município de Paracatu, que compreendem: Amaros, Buriti do Costa, Cercado, Inocêncio Pereira de Oliveira, Machadinho, Pontal ou Porto Pontal, São Domingos e Vereda da Onça. Dentre essas, destacam-se três territórios quilombolas oficialmente delimitados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra: Amaros, Machadinho e São Domingos. Ressalta-se que essa delimitação é fundamental para garantia de direitos territoriais e culturais dessas comunidades, além da preservação de seus espaços de memória e resistência.

O município de Paracatu teve sua origem marcada pela exploração do ouro, sustentada pelo trabalho forçado de povos escravizados de origem africana. A formação da cidade está profundamente interligada à trajetória desses povos, cujas vidas foram moldadas pelas violências do regime escravocrata. Como legado desse período, o racismo persiste, influenciando as relações sociais e impactando a população negra e afrodescendente até os dias atuais.

No século XVIII, a ocupação do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu⁵ foi ampliada com a exploração de jazidas auríferas, impulsionando a formação e o crescimento do Arraial. A extração do ouro, atraiu colonizadores e intensificou a exploração do território. Após um período de crescimento, o Arraial foi elevado à categoria de vila sob o título

⁴ Disponível em: <<https://www.cedefes.org.br/relacao-das-comunidades-negras-quilombolas-em-minas-gerais/>> Acesso em: 07 jan. 2025

⁵ Mais informações sobre a história da cidade de Paracatu podem ser encontradas em Paracatu memória, disponível em: <<https://paracatumemoria.wordpress.com/inventario-cultural/>> Acesso em: 13 fev. 2025.

de Vila de Paracatu do Príncipe, promovendo melhorias na infraestrutura urbana. Com o esgotamento da mineração, a economia foi afetada, resultando em um longo período de declínio. No entanto, novas atividades econômicas, como a agricultura e a pecuária, passaram a se destacar, redefinindo o desenvolvimento regional.

Gama (2015), descreve, de maneira geral, a memória histórica da cidade, destacando os períodos que marcaram seu desenvolvimento. Segundo o autor, o século XVIII, caracterizado pela exploração do ouro, é exaltado como referência de desenvolvimento e identidade local, enquanto o século XIX é associado à decadência e ao isolamento. Já na segunda metade do século XX, a cidade busca resgatar os valores e progressos atribuídos ao século XVIII.

A base econômica e social da cidade foi construída pelo trabalho forçado de povos escravizados, cuja contribuição foi fundamental para o desenvolvimento local. Esses povos, mesmo sob opressão criaram redes de ajuda e proteção, além de preservação cultural que persistiu ao longo do tempo, muitas vezes organizadas em quilombos, associações negras, irmandades religiosas ou espaços comunitários de apoio mútuo. Dentro desse conjunto de espaços de resistência e preservação cultural que foram mobilizados na cidade ao longo do tempo, em tempos mais recentes, inclui-se o NEABI Campus Paracatu, que foi implementado no ano de 2013.

Voltando à questão dos quilombos localizados em Paracatu, segundo Silva (2020), o quilombo São Domingos, localizado a 3 km da cidade, tem suas origens ligadas aos bandeirantes e à permanência de ex-escravizados na região entre os séculos XVIII e XIX. A comunidade teve origem por volta do ano de 1731 e as primeiras casas eram de adobe, mas foram demolidas devido à infestação de barbeiros, com exceção de um museu que preserva essa tradição arquitetônica.

O autor menciona que na comunidade é comum que as famílias se estabeleçam próximas às casas dos pais após o casamento, tanto por razões econômicas, quanto para reforçar os laços familiares. Com o tempo, os terrenos tornam-se propriedades coletivas, promovendo a convivência entre gerações e a transmissão de saberes e valores culturais, o que fortalece as tradições e a identidade quilombola. Além disso, a comunidade preserva um rico patrimônio imaterial, incluindo artesanato, culinária, festas religiosas, histórias locais e o folclore, com destaque para a caretada, uma manifestação cultural exclusiva dos homens. Sua organização legal conta com duas entidades: a Associação de Moradores e a Associação Quilombola São Domingos.

Para o autor, as tradições da comunidade São Domingos são essenciais para o cultivo da terra, o sustento da população e a transmissão de saberes, costumes e valores que fortalecem

a identidade cultural local. Há um esforço contínuo para preservar e compartilhar o conhecimento herdado dos antepassados, mantendo a conexão com as origens e reforçando os laços coletivos.

Segundo Melo (2022), o histórico de lutas e resistências da população negra no município de Paracatu, destaca seu protagonismo desde o período colonial até os dias atuais. Os quilombos, particularmente as comunidades remanescentes quilombolas, representam uma forma significativa de resistência. Nesses espaços, homens e mulheres continuam a desempenhar um papel importante na preservação de suas tradições e na integração com a sociedade moderna. Além disso, a permanência nas comunidades quilombolas contribui para a preservação do patrimônio imaterial e para o reconhecimento das lutas históricas de seus antepassados.

Além disso, em pesquisa ao Guia do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga (1998), que fornece informações básicas sobre o Arquivo e os diversos fundos documentais nele depositados, é possível identificar o registro das irmandades existentes em Paracatu nas datas limites, entre 1739 e 1851. As irmandades registradas são: Irmandade das Almas (1759 a 1789), Irmandade Nossa Senhora do Amparo (1758 a 1782), Irmandade Nossa Senhora da Assunção (1745), Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte (1802), Irmandade Nossa Senhora do Monserrat (1744), Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1744 a 1851), Irmandade de Sant'Anna (1794) e Irmandade do Santíssimo Sacramento (1739 a 1781).

Diante desse cenário, o estudo de Marinho (2023) menciona, além das irmandades citadas anteriormente, as irmandades Nossa Senhora do Rosário (1808), Nossa Senhora do Amparo (1811) e Glorioso São Benedito (1808). O autor esclarece que as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu, e do Glorioso São Benedito possuíam estatutos próprios que regulavam seu funcionamento. Os termos de compromisso definiam objetivos, critérios de admissão e obrigações dos membros. Além disso, apresentavam a composição étnica dessas irmandades, como as de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, que permitiam a participação de brancos, pretos e pardos. Essas irmandades não restringiam a admissão a negros livres, libertos ou escravizados (desde que com autorização de seus senhores), estando abertas a qualquer pessoa devota que desejasse ingressar. Segundo o autor, a Igreja de Sant'Anna foi um espaço central, abrigando as Irmandades de Sant'Anna, do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, e, temporariamente, a de Nossa Senhora do Amparo, até que construísse sua capela. Ele conclui destacando que os homens e mulheres negros de Paracatu, apesar das adversidades sociais e históricas, conseguiram estabelecer

vínculos e unir esforços para alcançar objetivos coletivos, demonstrando resiliência e capacidade organizativa.

Nesse contexto, ao estabelecer conexões com experiências históricas, o NEABI Campus Paracatu, enquanto espaço contemporâneo de fortalecimento da identidade negra, pode vir a se potencializar por meio da incorporação de elementos dessa rica herança em suas práticas. Essa possibilidade amplia as formas de atuação do núcleo, contribuindo para a promoção da educação para as relações étnico-raciais.

Somando a isso, os NEABIs configuram-se como locais essenciais para a valorização e disseminação da cultura, da história e dos conhecimentos dos povos afro-brasileiros e indígenas, promovendo reflexões sobre identidade, resistência e questões sociais. Nessa perspectiva, esta pesquisa propõe investigar a seguinte questão: como é a atuação do NEABI/IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão? A investigação busca compreender os impactos e as influências do núcleo no contexto institucional, analisando sua contribuição para a promoção da educação antirracista.

Dessa forma, a necessidade de promover a educação para as relações étnico-raciais exige ações concretas que valorizem as identidades negras e contribuam para o enfrentamento das desigualdades históricas. Nesse sentido, o NEABI constitui um espaço estratégico ao conferir visibilidade às narrativas afro-brasileiras e ao fomentar o diálogo sobre diversidade étnico-racial. Ao ampliar a consciência coletiva e fortalecer a luta por uma sociedade mais justa e equitativa, o núcleo reafirma seu papel como mecanismo educativo e de conscientização social, com possibilidade de mobilizar comunidades, compartilhar saberes e contribuir para a ressignificação das práticas pedagógicas e sociais.

Nessa circunstância, Gomes (2002, p. 46) evidencia que “a escola [...] possui um papel importante na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão”. Ainda segundo a autora, respaldada em práticas pedagógicas voltadas para a linguagem, costumes, religião, arte, história, saberes da cultura africana e Afro-brasileira, o espaço escolar tende a construir representações positivas para negros e não negros, e também para todos aqueles de diferentes grupos étnico-raciais.

Ademais, o NEABI ao promover a valorização de histórias, saberes e expressões culturais, contribui para o diálogo intercultural, desconstrução de estereótipos e o fortalecimento de uma educação mais inclusiva e plural. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar a atuação do NEABI/IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Conciliados ao objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: I) identificar as estratégias do NEABI/IFTM/Campus Paracatu para implementação da educação para as relações étnico-raciais na instituição, II) analisar as ações promovidas pelo NEABI/IFTM/Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão e III) elaborar um Plano de Ação para NEABIs, visando auxiliar a implementação das ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Em termos de estruturação metodológica, a pesquisa foi conduzida por meio de quatro etapas: pesquisa bibliográfica, análise documental, aplicação de questionários semiestruturados para os participantes que aceitaram voluntariamente participar do estudo, elaboração/avaliação e validação do Produto Educacional - Plano de Ação para NEABIs.

Para realizar esta investigação, adotou-se a abordagem qualitativa. Em termos de objetivos, a pesquisa configura-se como descritiva, e quanto ao objeto de estudo, caracteriza-se como um estudo de caso. Destaca-se que esta pesquisa foi submetida à apreciação dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), assegurando o cumprimento dos princípios éticos e legais aplicáveis às investigações científicas envolvendo participantes humanos. O protocolo foi inicialmente avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (Entidade Proponente da Pesquisa) sob o Parecer nº 6.705.039, e posteriormente também aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Centro Coparticipante da Pesquisa), sob o Parecer nº 6.718.854. A dupla submissão justifica-se pelo fato de a pesquisa não ser conduzida exclusivamente no âmbito da entidade proponente, envolvendo também a participação de outra instituição, o que exigiu a aprovação ética por ambas as partes envolvidas no estudo.

A primeira etapa envolveu a pesquisa bibliográfica ao longo de todo o estudo, permitindo a obtenção de uma base teórica consistente e atualizada. O material utilizado abrangeu tanto fontes impressas quanto recursos online acessíveis. Para isso, foi conduzido uma revisão bibliográfica fundamentada nas seguintes Bases de Dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Base Scielo, EduCapes, Google Acadêmico. Nesse sentido, Gil (2008) destaca que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Na segunda etapa, realizou-se à análise documental, na qual foram examinados documentos pertinentes ao contexto da pesquisa. Dentre os analisados destaca-se resoluções, regimentos, portarias, projetos pedagógicos, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), relatórios de atividades, entre outros. De acordo com Bardin (2016), o propósito da análise

documental é organizar os dados de forma que possibilite seu armazenamento e facilite o acesso ao observador, proporcionando o máximo de informações (aspecto quantitativo) com elevado grau de coerência (aspecto qualitativo). Dessa forma, foi conduzida uma análise detalhada das normativas institucionais relacionadas ao NEABI, com foco na extração de dados, que possibilitam uma maior compreensão das diretrizes estabelecidas e como o núcleo se articula com as dimensões do ensino, pesquisa e extensão.

Na terceira etapa, foi realizada a aplicação de um questionário semiestruturado aos participantes que aceitaram voluntariamente participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Os selecionados para participar foram os ex-membros e os atuais do NEABI/IFTM/Campus Paracatu que foram designados em Portaria emitida pela Direção Geral. Foram excluídos colaboradores, voluntários e participantes temporâneos, assim como os ex-membros que atualmente não estejam vinculados de forma ativa e permanente ao Campus Paracatu.

Para este estudo, foram analisadas Portarias emitidas entre o ano de implementação do NEABI Campus Paracatu, em 2013, e o início da pesquisa, em 2023. Destaca-se a recorrência na designação de membros, com alguns participantes atuando em mandatos subsequentes. Foram examinadas quinze Portarias relacionadas à nomeação dos membros, envolvendo trinta e cinco participantes, dos quais doze eram membros em exercício e vinte e três ex-membros. Cada mandato teve, em média, doze membros, totalizando cerca de cinquenta e quatro membros que contribuíram para a continuidade do núcleo ao longo dos anos.

O questionário elaborado para este estudo foi composto por quatorze perguntas, distribuídas em três categorias: quatro no formato objetivo, sete no formato discursivo e três no formato objetivo com justificativa. Essa composição possibilitou a obtenção de dados variados, abrangendo tanto respostas diretas quanto narrativas mais detalhadas dos participantes. As perguntas foram elaboradas com o objetivo de coletar dados que possibilitassem uma compreensão mais ampla sobre a atuação do núcleo. Segundo Gil (2002), a elaboração do questionário envolve, essencialmente, transformar os objetivos específicos da pesquisa em perguntas formuladas de maneira clara e precisa. Nesse sentido, essa abordagem metodológica possibilitou captar, as percepções, experiências e interpretações dos participantes sobre as ações e impactos do NEABI Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Além disso, os dados coletados contribuíram para auxiliar na elaboração do Plano de Ação para NEABIs.

A quarta etapa da pesquisa se desenvolveu por meio da elaboração do Produto Educacional – Plano de ação para NEABIs, fundamentado nos dados coletados durante o processo de investigação, o que possibilitou sua construção alinhada às demandas

institucionais. Dessa forma, a elaboração do plano não apenas reflete os resultados da pesquisa, como também busca contribuir para o fortalecimento do papel do núcleo na promoção da educação antirracista.

Ademais, a pesquisa foi estruturada em cinco artigos interdependentes, que exploram diferentes aspectos dos NEABIs e contribuem para uma compreensão mais abrangente do NEABI Campus Paracatu. No primeiro artigo, são apresentados conceitos e finalidades relacionados às diferentes associações negras existentes no Brasil, abrangendo desde o final do século XIX até a atualidade, destacando a luta pela emancipação e promoção dos direitos dos povos afrodescendentes. O texto inicia com uma reflexão sobre o impacto histórico e social da escravidão no Brasil, evidenciando sua influência nas lutas da população negra por igualdade de direitos. Ressalta os quilombos como espaços de resistência e preservação cultural e os clubes negros como ambientes de fortalecimento da identidade e solidariedade afrodescendente. A Imprensa Negra é destacada como meio essencial para documentar e conscientizar sobre as lutas e conquistas da comunidade.

Também são abordadas a Frente Negra Brasileira, pioneira na mobilização política por inclusão, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), que utilizou a arte para desafiar estereótipos e valorizar a identidade afro-brasileira. O Movimento Negro Unificado (MNU) uniu forças contra o racismo na década de 1970. Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) são apresentados como importantes espaços de debate acadêmico sobre relações étnico-raciais, promovendo a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A análise das associações negras como espaços de resistência e preservação cultural é importante para entender o contexto histórico e social em que o NEABI está inserido. Além disso, essas referências históricas atuam como alicerces, fornecendo uma base essencial para a compreensão das lutas, conquistas e estratégias de organização da população negra ao longo do tempo.

No segundo artigo, buscou-se conceituar o NEABI, descrever a história do seu surgimento e desenvolvimento ao longo do tempo. Para isso, considerou-se como marco temporal os primeiros grupos de estudos voltados para temáticas étnico-raciais no Brasil até a atualidade. O artigo apresentou diferentes perspectivas sobre o conceito de NEABI, destacando objetivos e finalidades. Além disso, abordou a experiência dos participantes, evidenciando as transformações sociais, acadêmicas e profissionais decorrentes da participação nesses espaços. Também analisou a trajetória dos grupos de estudos sobre relações raciais, surgidos na década de 1950. Por fim, explorou o contexto histórico, social e político que favoreceu o surgimento dos núcleos, ressaltando seus impactos para na educação no Brasil.

A discussão sobre os NEABIs em um contexto mais amplo, com foco nas suas contribuições no ensino, pesquisa e extensão, oferece uma base teórica abrangente que é essencial para entender as dinâmicas e impactos no ambiente institucional. Assim, ao abordar esses aspectos de forma teórica, é possível observar como o NEABI Campus Paracatu se insere e se conecta a esse movimento mais amplo, aproveitando as experiências, as metodologias e as conquistas de outros núcleos.

A proposta do terceiro artigo, foi analisar as ações promovidas pelo NEABI/IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Para atingir o objetivo proposto, este estudo adotou como metodologia a análise documental que consistiu na coleta e análise de documentos institucionais, como normativas institucionais, projetos pedagógicos dos cursos, resoluções e relatórios de atividades que orientam a implementação da educação étnico-racial na instituição. Ao analisar tais normativas, buscou-se compreender de que forma o núcleo se articula com as políticas educacionais e contribui para a implementação de ações voltadas à educação para as relações étnico-raciais, especialmente nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão.

O quarto artigo teve como objetivo identificar as estratégias do NEABI/IFTM/Campus Paracatu para implementação da educação para as relações étnico-racial na instituição. Para isso, foi aplicado um questionário semiestruturado aos ex-membros e membros atuais do NEABI/IFTM Campus Paracatu designados em Portaria emitida pela Direção Geral, e que aceitaram voluntariamente participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O questionário foi desenvolvido com a pretensão de compreender as percepções dos participantes acerca das ações promovidas pelo núcleo, analisando os impactos dessas iniciativas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, além de identificar os desafios enfrentados. Também buscou-se avaliar o nível de envolvimento e comprometimento dos membros.

O quinto artigo refere-se à elaboração e avaliação do Produto Educacional. Com base nos dados coletados e nas diretrizes relacionadas à educação étnico-racial, foi desenvolvido um Produto Educacional do tipo Plano de Ação para NEABIs, que propõe sugestões de ações a serem implementadas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o plano se configura como um instrumento para auxiliar as ações do núcleo, ampliando sua capacidade de atuação e contribuindo para a promoção de práticas educacionais inclusivas.

Portanto, em um contexto educacional voltado à inclusão, diversidade e respeito à pluralidade cultural, a compreensão do papel e impacto desses núcleos é fundamental para desenvolver uma prática pedagógica alinhada aos princípios da equidade. No entanto, destaca-

se que a efetiva implementação dessas práticas não ocorre de forma espontânea, exige um comprometimento contínuo e consistente por parte das instituições de ensino, dos educadores e demais indivíduos envolvidos. Apenas com esse engajamento será possível consolidar ações e práticas antirracistas no cotidiano, promovendo mudanças reais e duradouras no ambiente educacional.

1.1 Referências

BRASIL. **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 23 out. 2023.

_____. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 23 out. 2023.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CNE/CP 1/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> Acesso em: 05 fev.2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016

GAMA, Alexandre de Oliveira. **Historiografia e memórias de Paracatu - Noroeste de Minas Gerais**. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas. Brasília 2015. Disponível em: <<http://www.rlbea.unb.br/handle/10482/18413>> Acesso em: 28 mar 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra**. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, [S. l.], v. 9, p. 38–47, 2002. DOI: 10.17851/2317-2096.9.38-47. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>> Acesso em: 11 out. 2023.

Guia do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga. Fundação Municipal Casa de Cultura de Paracatu: Prefeitura Municipal de Paracatu, 1998. 34 p. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/slideshow/guia-do-arquivo-pblico-municipal-olmpio-michael-gonzaga/4269555#22>>

JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais**. Dissertação (Mestrado em Educação) 2015. Disponível em: <<https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/13029/3/2015%20-%20Marize%20Concei%c3%a7%c3%a3o%20de%20Jesus.pdf>> Acesso em 04 nov. 2024.

MARINHO, Mendes Leonardo. **A construção de laços e espaços: as Irmandades Negras em Paracatu/mg no século XVIII**. Universidade Federal de Catalão Instituto de História e Ciências Sociais Departamento de História. 2023. 122 f. Mestrado em História, Catalão

MELO, Wesley Oliveira. **A população negra e os sentidos históricos na cidade de Paracatu MG.** Universidade Federal de Catalão Instituto de História e Ciências Sociais Departamento de História. 2022. 129 f. Mestrado em História, Catalão

MIRANDA, Shirley Aparecida de; GONÇALVES, Carmen Regina Teixeira; SANTOS, Suelen Alves dos; PIRAGIBE, Franz Galvão; MIRANDA, Silvia Maria de. **Justiça Cognitiva: a produção bibliográfica dos NEABs e grupos correlatos.** In: SILVA, Paulo Vinicius Baptista; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida (org.). Educação das Relações Étnico-Raciais: O ESTADO DA ARTE. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018. Disponível em:<https://www.membros.abpn.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=58> Acesso em: 06 jul. 2024.

SILVA, Luiz Henrique Gomes. **COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO DOMINGOS – MG: um estudo na perspectiva dos letramentos múltiplos e da sociolinguística.** Tese. Universidade de Brasília Instituto de Letras Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas Programa de Pós-Graduação em Linguística 2020. 213 f. Doutorado em Linguística.

SISS, Ahyas; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; OLIVEIRA, Otair Fernandes de. **PROCESSOS FORMATIVOS E AS CONTRIBUIÇÕES DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UFES E DA UFRRJ.** Revista Teias, [S.l.], v. 14, n. 34, p. 15, dez. 2013. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24344>> Acesso em: 05 set. 2024.

2. ASSOCIAÇÕES NEGRAS NO BRASIL: CONCEITOS, FINALIDADES E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO AFRODESCENDENTE⁶

Resumo

O objetivo deste estudo consiste em apresentar conceitos e finalidades de diferentes associações negras existentes no Brasil desde o final do século XIX até a atualidade, destacando sua luta pela emancipação e promoção dos direitos dos povos afrodescendentes. Para isso, adotamos a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, além da revisão de literatura em fontes acadêmicas, incluindo livros, artigos científicos, teses e dissertações, buscando compreender como essas associações têm-se transformado com o decorrer do tempo. Analisamos a influência dessas associações nos movimentos sociais negros contemporâneos, observando suas estratégias de mobilização, resistência e articulação política. Destacamos a importância dos clubes negros, que atuaram como espaços de sociabilidade e fortalecimento da identidade negra; da imprensa negra, que documentou e divulgou as lutas e conquistas das comunidades negras; e da Frente Negra Brasileira, que representou um marco na mobilização política e conscientização racial. Além disso, ressaltamos o papel do Teatro Negro e do Movimento Negro Unificado - MNU, que utilizaram a arte e a mobilização social para promover a igualdade racial. Analisamos também, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas NEABIs, que se tornaram importantes espaços de discussão sobre as relações étnico-raciais, contribuindo para a valorização da história e cultura afro-brasileira e Indígena no ambiente institucional. Consideramos que as associações negras do século XIX desempenharam um papel importante na promoção da educação, cultura e direitos dos povos afrodescendentes. Suas ações e legados são exemplos de luta e resistência contra as adversidades impostas pelo racismo e discriminação. A continuidade e o fortalecimento dessas associações são importantes para promover a diversidade cultural e combate ao racismo.

Palavras-chave: Escravidão; Associações Negras; NEABI.

⁶Parte do conteúdo deste artigo foi publicada na Revista Caderno Pedagógico, vol. 21, nº 10, p. 01-31 out. 2024. Disponível em: <<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/9875/5726>>

2.1. Introdução

As associações negras no Brasil desempenham um papel importante na luta pela igualdade racial e no fortalecimento das identidades afrodescendentes. Inicialmente voltadas para a preservação cultural, essas associações ampliaram sua atuação para incluir questões políticas e sociais, engajando-se na luta por reconhecimento e reparação histórica. Nesse contexto, têm promovido iniciativas voltadas para a educação, cultura e os direitos humanos contribuindo para a luta em favor da igualdade étnico-racial.

Este estudo adota uma abordagem conceitual, que envolve a análise de conceitos relacionados a essas associações, suas dinâmicas internas e o contexto histórico e social em que atuam. Realizamos uma revisão bibliográfica em fontes acadêmicas, incluindo livros, artigos científicos, teses e dissertações, buscando compreender como essas associações tem se transformado com o decorrer do tempo.

Para fundamentar nossa análise, recorreremos a estudos de renomados autores, tais como, Abdias Nascimento, Petrônio Domingues, Clóvis Moura, Kabengele Munanga, Joel Rufino dos Santos, Beatriz Nascimento, entre outros. Ao dialogar com as obras desses estudiosos, buscamos entender o significado e a organização interna das associações negras, bem como seus objetivos e seu papel na luta pelos direitos da comunidade afrodescendente. Além disso, analisamos como essas associações têm influenciado os movimentos sociais negros atuais, observando suas estratégias de mobilização, resistência e articulação política. Essa análise nos permitiu compreender melhor a continuidade e as transformações nas lutas pelos direitos e pela igualdade racial no Brasil contemporâneo.

Iniciamos com um breve relato sobre a escravidão no Brasil, um contexto histórico indispensável para compreender a formação e as transformações dessas associações. Em seguida, exploraremos os aspectos conceituais dos quilombos, dos clubes negros, imprensa negra, Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro – TEN. O artigo também discute o papel do Movimento Negro Unificado – MNU e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI, voltados à promoção da educação e valorização da história e cultura afro-brasileira.

Esta pesquisa não pretende esgotar as reflexões sobre as associações negras, mas sim apresentar conceitos e objetivos dessas organizações, além de analisar como elas influenciaram e continuam a influenciar o debate sobre as relações raciais no Brasil. Ao destacar a luta e as conquistas dessas associações ao longo do tempo, almejamos não apenas reconhecer sua

importância histórica, mas também inspirar e fortalecer as lutas atuais por justiça e igualdade étnico-racial. O objetivo deste estudo consiste em apresentar conceitos e finalidades de diferentes associações negras existentes no Brasil desde o final do século XIX até a atualidade, destacando sua luta pela emancipação e promoção dos direitos dos povos afrodescendentes.

2.2. Escravidão no Brasil: breves reflexões sobre o impacto histórico e social

Durante séculos milhões de indivíduos africanos foram arrancados de seus lares, famílias e submetidos a condições desumanas de trabalho forçado nas plantações, minas e outros locais de exploração, contribuindo para a construção do território brasileiro. A expansão colonialista se apoiou no trabalho escravo, inicialmente explorando a mão de obra dos povos indígenas, por meio de um sistema de semi-servidão. Apesar dos desafios enfrentados, incluindo genocídio e doenças, os povos indígenas resistiram às tentativas de exploração devido ao seu conhecimento das terras brasileiras e sua adaptação à vida na mata. No entanto, essa exploração contribuiu para o etnocídio desses povos. Os colonizadores do Brasil buscaram uma alternativa ao trabalho indígena e encontraram no tráfico africano uma solução. Esse comércio de escravizados foi fundamental para a colonização do Brasil e a exploração contínua da África (Silveira, 2017). Neste aspecto, Leite (2017) discorre sobre a participação do Brasil na escravidão, enfatizando suas profundas marcas na sociedade brasileira.

O Brasil envolveu-se plenamente nessa trágica aventura da escravidão. Presume-se que tenham sido trazidos forçadamente para o nosso país cerca de 40% dos africanos vitimados pela escravidão moderna. Foram eles e seus descendentes que constituíram a quase total força de trabalho existente durante os mais de trezentos anos em que vigorou a instituição escravocrata brasileira. Assim, a escravidão acabou por penetrar todos os aspectos da sociedade brasileira durante esse período (Leite, 2017, p. 65).

Em complemento ao que discorre Leite (2017), Albuquerque; Filho (2006), relatam que as mãos dos escravizados desempenharam diversas atividades na economia brasileira, incluindo a extração de recursos naturais, a agricultura de exportação e subsistência, a criação de gado, a produção de alimentos e serviços urbanos. Nas cidades, eles foram essenciais para o transporte, construção e distribuição de produtos. Os escravizados também desempenharam atribuições como vendedores ambulantes e quitandeiras, contribuindo para a vida urbana do Brasil colonial.

Ainda de acordo com os autores, a posse de escravizados não estava restrita apenas aos grandes proprietários de terra ou pessoas ricas, mas também incluía ex-escravizados. A convergência de interesses entre grandes e pequenos proprietários de escravizados foi determinante para a manutenção da escravidão no Brasil por mais de três séculos. Além de ser um sistema econômico, a escravidão influenciou comportamentos, criou desigualdades sociais e raciais, e estabeleceu hierarquias de poder na sociedade brasileira. Os autores, também qualificam o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista:

[...] pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos. Podemos dizer também sociedade racista, na medida em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados como “inferiores” aos brancos europeus ou nascidos no Brasil. Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial (Albuquerque, Filho, 2006, p. 68).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a escravidão não apenas explorou a mão de obra, mas também negou aos escravizados sua humanidade, dignidade e seus direitos básicos. Em consequência disso, conforme observado por Silveira (2017), muitos escravizados que foram arrancados dos seus lares e trazidos para o Brasil buscavam formas de resistência, lançando mão da fuga como meio de escapar desse sistema opressor ao qual foram submetidos. A fuga representava uma tentativa de sobrevivência e uma forma de resistência pela recuperação de sua liberdade.

Corroborando com os apontamentos de Silveira (2017), Leite (2017) relata que onde houve escravidão, houve também resistência manifestada de diversas formas. A fuga se destacou como uma das estratégias mais comuns de resistência. Os escravizados frequentemente fugiam em grupos, dando origem aos quilombos. Ainda para Leite (2017), os quilombos que abrigavam os escravizados, constituíam espaços de luta e resistência, sendo comunidades autônomas que desafiavam o sistema escravocrata, ao mesmo tempo em que preservavam a liberdade e a identidade cultural dos seus membros.

Conforme destacado por Moraes (2019), as revoltas contra os senhores eram frequentemente realizadas, caracterizando-se pela destruição dos materiais e plantações. Nesse contexto, emergia a necessidade de busca por refúgio e abrigo nos quilombos, os quais se constituíam como locais ocupados por grupos de resistência. Esses espaços se caracterizavam pela organização social, política e econômica. A autora relata que nessa conjuntura o

movimento abolicionista⁷ ganhava força e aumentava o número de apoiadores. Destacam-se entre os membros Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças, todos eles negros que se empenharam na luta pela abolição da escravidão. Eles exigiam aos senhores de escravizados a libertação de seus cativos, além de oferecer refúgio e auxiliar na fuga dos escravizados. Estes, por sua vez, também contribuíam para a causa por meio de fugas coletivas em direção aos quilombos, frequentemente com o apoio dos abolicionistas, e organizavam protestos contra prisões e abusos sofrido por seus senhores. Ainda acrescenta que após a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel marca o fim da escravidão no Brasil. No entanto, a liberdade concedida aos negros também resultou em sua marginalização, com muitos encontrando-se desamparados nas ruas e periferias. No período pós-abolição, os negros enfrentavam dificuldades para encontrar trabalho e integração social, pois as oportunidades eram controladas pelos antigos senhores de terra. Apesar disso, uma minoria conseguiu ascender socialmente, enquanto a maioria permanecia em situação precária, buscando formas de resistência e subsistência.

Em complemento aos apontamentos de Moraes (2019), Loner (2017), ressalta a importância da organização do negro e da busca por apoio em espaços de luta e resistência, tais como associações, clubes e movimentos negros, como estratégias fundamentais para fortalecer sua posição e enfrentar os desafios decorrentes da marginalização no período pós-abolição.

A situação do negro na República Velha era extremamente débil. Imerso numa sociedade acostumada a tratá-lo como escravo, frágil em seus apoios culturais e econômicos, abandonado quando da Abolição pelos seus parceiros brancos, ele teve que pacientemente tecer uma ampla rede de associações, clubes e jornais, que, ao mesmo tempo, organizassem e conscientizassem os elementos de raça negra, dando-lhes respaldo em momentos de crise (Loner, 2017, s.p.).

Com o passar do tempo e o avanço dos movimentos de emancipação e abolição, as associações negras começaram a se consolidar como espaços de resistência, solidariedade, acolhimento e preservação da cultura africana. Nessa conjuntura, a imprensa negra, os grêmios e clubes, os movimentos negros e as manifestações artísticas, entre outros, surgiram como componentes essenciais na manutenção da resistência no período pós-abolição. Nesse sentido, destaca-se a importância desses locais para o fortalecimento das identidades como símbolo de resistência e luta contra as diversas formas de opressão e discriminação enfrentadas pelas comunidades afrodescendentes.

⁷ Acerca do movimento Abolicionista, Albuquerque; Filho (2006, p. 180), explanam que “desde o início o movimento abolicionista não se restringiu a uma elite intelectual branca. [...] Intelectuais negros e pardos participaram ativamente do movimento, alguns na liderança das associações ou clubes abolicionistas. Muitos se destacaram como grandes oradores, discursando nas ruas e no parlamento, escrevendo crônicas e artigos em jornais, atuando na propaganda de rua ou auxiliando os escravizados nas disputas judiciais contra seus senhores”.

A seguir, serão apresentados os conceitos de algumas associações negras existentes no século XIX até a atualidade, bem como suas finalidades e contribuições na luta pela igualdade racial e valorização da cultura afrodescendente. Começaremos discutindo sobre quilombos, apesar de não se configurarem formalmente como associações negras, caracterizavam-se como comunidades autônomas que se baseavam nos princípios da solidariedade e cooperação. Esses espaços representam locais de resistência, nos quais se buscava preservar a cultura e identidade negra.

2.3. Quilombos: espaços de resistência, preservação da cultura e identidade negra

Os quilombos representam locais importantes na história do Brasil, marcados pela resistência e busca pela liberdade por parte dos afrodescendentes. Ao longo dos séculos, essas comunidades autônomas foram cenário de uma luta incansável contra a escravidão e a opressão colonial, tornando-se símbolos de luta contra a escravidão e conquista de direitos. Munanga (1996), associa o conceito de quilombo no Brasil aos povos de línguas bantu.

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra (Munanga, 1996, p. 58).

Para este autor, o modelo de quilombo encontrado no Brasil reflete o modelo existente na África. Destaca que o quilombo brasileiro é uma reprodução do quilombo africano, recriado pelos escravizados como uma forma de resistência à estrutura escravocrata, estabelecendo uma nova estrutura política que acolhia todos os oprimidos. Os escravizados, revoltados, organizaram-se para escapar das senzalas e das plantações, ocupando áreas remotas e pouco povoadas do território brasileiro. Seguindo o exemplo africano, eles transformaram essas regiões em locais de aprendizado para a resistência, abertos a todos os marginalizados da sociedade (negros, indígenas e brancos), antecipando um modelo de democracia multirracial que o Brasil ainda busca alcançar.

Tal como exposto por Munanga (1996), Moura (2021, p.47) reforça que o quilombo era abrigo de vários grupos marginalizados pela sociedade escravista, independente da cor. “Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das

unidades quilombolas”. Ainda segundo o autor, o conceito de quilombo envolve a organização em locais de refúgios para os escravizados e seus descendentes.

Quilombo: ajuntamento de negros em região não-habitada. O mesmo que mocambo. Esse tipo de organização existiu durante toda a escravidão no Brasil, tendo sido Palmares o maior. Outros também foram importantes como o do Ambrósio, em Minas Gerais (Moura, 2021, p. 97-98).

Junior (1997, p. 15), ressalta que o que contribuiu para fortalecer os ideais de liberdade no negro foi a formação dos quilombos, conceituados pelo autor como “núcleos em florestas ou serras, onde se reuniam negros fugidos das localidades vizinhas”. Os estudos de Junior (1997) e Moura (2021) seguem uma direção semelhante, ao afirmar que o quilombo e ou quilombagem, como referenciado por Moura, foram formas de resistência dos negros contra o regime escravocrata. Os autores destacam que os negros não eram passivos diante das opressões que enfrentavam; pelo contrário, reagiam de diversas maneiras, incluindo o suicídio, atentados ou crimes contra os senhores, feitores e capitães-do-mato, além das fugas e guerrilhas. No entanto, a formação de quilombos foi a base da resistência dos escravizados.

Moura (2021), complementa que o quilombo deve ser visto como um representante ativo no enfraquecimento das relações escravistas. Não foi um protesto isolado de pequenos grupos de escravizados à margem da sociedade, sem consciência social, mas sim um movimento que operou no cerne do sistema nacional e se manteve constante. Os quilombos tinham diversas maneiras de organização e variações de tamanhos, mas todos compartilhavam um objetivo comum: fugir do sistema escravista. A título de exemplo, o autor narra que Palmares representou a maior manifestação de rebeldia contra a escravidão na América Latina. Com uma duração de quase cem anos, essa comunidade contribuiu para desestabilizar regionalmente o sistema escravocrata.

Acerca do termo quilombos Albuquerque; Filho (2006, p. 118), afirmam que eles recebiam distintas denominações: quilombos, palenques, marrons para o mesmo significado nas Américas: “os grupos organizados de negros fugidos”. No Brasil, acrescenta-se a denominação de mocambos para esse grupo. Para Nascimento (1980), os quilombos surgiram da necessidade essencial dos africanos escravizados de recuperar sua liberdade e dignidade por meio da fuga dos cativeiros e da criação de uma sociedade livre. O aumento do número dos quilombos resultou em um movimento extenso e contínuo. O quilombismo tinha como base as associações que tanto podiam estar localizadas em locais de difícil acesso o que facilitava a defesa e a organização econômico-social própria. Além disso, essas associações apresentavam modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com finalidades religiosas,

recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Ele afirma que as aparências e os objetivos declarados eram irrelevantes, pois: “fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana” (Nascimento, 1980, p 255). O autor apresenta o conceito do termo quilombismo como um modelo de resistência e sobrevivência para a comunidade negra brasileira, ressaltando que são autênticos núcleos de resistência física e cultural.

Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade; dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os ‘ilegais’ foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (Nascimento, 1980, p. 255).

Para o autor, o quilombismo, como sistema econômico, adapta o comunitarismo e/ou ujamaísmo da tradição africana ao contexto brasileiro. Nesse sistema, as relações de produção diferem substancialmente daquelas encontradas no capitalismo, que se baseia na busca do lucro a qualquer custo. Complementando, o autor ressalta que os quilombolas dos séculos XV ao XIX nos deixaram um legado de práticas quilombistas. É responsabilidade dos negros contemporâneos preservar e expandir a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação de sua identidade. Em seus estudos, o autor também faz referência ao termo quilombismo como um conceito científico histórico-social que tem como fundamento ético “assegurar a condição humana das massas afro-brasileiras, há tantos séculos tratadas e definidas de forma humilhante e opressiva” (Nascimento, 1980, p. 264).

Apresenta o quilombismo como um movimento político dos negros brasileiros, e propõe a criação de um Estado Nacional Quilombista, baseado no modelo da República de Palmares, cuja finalidade básica era promover a felicidade do ser humano. Baseando no conceito de quilombismo proposto por Nascimento (1980), Evaristo (2010), em seu texto intitulado *Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira*, acrescenta outro aspecto às considerações, além de distinguir quilombo de senzala.

Podemos pensar o quilombo como um espaço de vivência marcado pelo enfrentamento, pela audácia de contradizer, pelo risco de contraviver o sistema. O quilombo não garantia ao escravo a liberdade. [...] Distingo ainda quilombo de senzala, porque quilombo é um lugar de escolha, senzala, como gueto, guarda um sentido de lugar vivido por imposição. Entretanto, a senzala subverte também a ordem, na medida em que é a oposição da casa-grande, constituindo-se um pólo ameaçador (Evaristo, 2010, p. 139).

Nas considerações sobre quilombos Nascimento (2006), acrescenta que eles representam um marco na capacidade de resistência e organização do nosso povo ao longo da história e que essas diversas formas de resistência refletem a trajetória do povo negro no Brasil. A autora explora alguns significados atribuídos ao termo quilombo. Um deles refere-se ao ritual de iniciação dos Imbangala que envolvia a prática da circuncisão e a entrada dos jovens na sociedade guerreira. Nesse contexto, o quilombo representava tanto a instituição em si quanto ao território, local sagrado, onde o ritual ocorria. Além disso, o termo também era usado para descrever o acampamento de escravizados fugitivos, assim como as caravanas de comércio em Angola no século XIX. Ademais, acrescenta que “o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional” (Nascimento, 2006, p 125).

Neste contexto, observa-se que os quilombos, além de preservar a cultura e tradições africanas, fortalecem a identidade afro-brasileira. A compreensão da formação e estruturação dos quilombos é essencial para preservar e valorizar nossa herança cultural. Além disso, esses espaços são referência na luta e resistência dos afrodescendentes, constituindo-se em fonte de inspiração para movimentos negros, ao demonstrarem força e superação em meio a contextos opressores. A seguir, serão apresentados elementos conceituais das associações negras, as quais também são reconhecidas como espaços de luta e resistência.

2.4. Associações Negras: aspectos conceituais

Souza (2016), ao analisar a história dos movimentos negros no Brasil, destaca que estes estiveram comprometidos com a luta antirracista desde o período colonial. Isso se evidencia na formação das comunidades quilombolas e nas irmandades religiosas após a abolição. De acordo com Albuquerque; Filho (2006), as associações iniciadas no século XIX e as surgidas no início do século XX, são fortes exemplos da manifestação do negro na política. Domingues (2007), aponta que essas associações negras, especialmente assistencialistas, recreativas ou cultural, conseguiam reunir uma quantidade considerável de “homens de cor” uma denominação atribuída à época. Além disso, narra a existência de associações formadas unicamente por mulheres negras.

Em complemento ao que menciona Domingues (2007), Maia (2021), expõe que a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu um aumento significativo das associações culturais

e beneficentes negras nas cidades brasileiras, notadamente nas capitais. Outro aspecto apresentado por Maia (2021) é que, a princípio, essas entidades surgiram como forma de assistência social a essa população. Posteriormente, passaram a exercer diferentes papéis, atuando nas demandas culturais, sociais, econômicas, além de fortalecer a identidade negra, resultando na luta contra a discriminação racial. Inclusive destaca que o associativismo negro ocorrido na fase da escravidão e no pós-abolição representou claramente a manifestação de “busca por visibilidade social, mesmo em uma sociedade preconceituosa como a brasileira” (Maia, 2021, p. 57).

Rosa (2018), afirma que o papel assistencial, o avanço social por meio do conhecimento e a imagem produzida nesses locais são indícios dos métodos utilizados pelos afrodescendentes para alcançar a progressão social em uma sociedade que os excluía de todas as maneiras. Em meio aos bailes e outras atividades culturais, essas associações demonstravam preocupação com a condição econômica, cultural e educacional dos afrodescendentes. Uma parte dessas entidades tinha como objetivo promover a educação formal e a formação profissional de homens, mulheres e crianças, ações que influenciaram as condições desses indivíduos, oferecendo perspectivas de melhoria de vida. Lucindo (2010), pontua que essas associações foram estabelecidas com a intenção de serem beneficentes e, embora algumas visassem principalmente celebrar datas cívicas importantes, também foram criadas como locais que poderiam facilitar a entrada dos afrodescendentes no mundo letrado, possibilitando a criação de fundos para a construção de bibliotecas, salas de leitura ou instituições escolares.

De acordo com o estudo de Silva (2011), a respeito das associações criadas para negros em Pelotas nos períodos da escravidão e pós-abolição, os negros buscaram juntar-se a indivíduos ou grupos presentes nos espaços que residiam. Visavam unir-se aos seus pares, identificando-se com o propósito de assegurar proteção, solidariedade e a alteração da uma imagem negativa que os envolvia. Destaca que a sociedade dominante os via como incapazes de se organizarem socialmente. Além disso, que a ampliação das associações negras estabeleceu inicialmente uma ligação com a sociabilidade negra, contudo almejava o fim do regime escravista, pressupondo que isso resultaria na inclusão do negro na esfera social e política, sem preconceitos, almejando a conquista da cidadania. Essa ampliação incluiu associações beneficentes, culturais, de assistência, auxílio mútuo, e destas algumas vinculadas as Irmandades, enquanto outras surgiam de demandas para viabilizar novos espaços para a integração dos negros. Acrescenta também, que as associações formadas no período pós-abolição identificaram um aumento na variação de suas atividades, pois já não estavam mais restritas a questões religiosas, beneficentes ou abolicionistas.

A autora relata que os objetivos dessas associações no período do regime escravocrata, eram bem diversificados. Nas Irmandades, as atividades envolviam desde o benefício aos irmãos em situação de pobreza, o acompanhamento de funerais até a Igreja, e a organização de festas religiosas. Elas buscavam auxiliar na melhora das condições de vida dos associados e familiares, prestar socorro em casos de doença, prisão ilegal, desemprego ou morte, promover a libertação de escravizados, comprá-los e alforriá-los, além de atuar na representação política dos negros. Nas décadas seguintes ao período pós-abolição, surgiram outras associações negras com diferentes atividades e novos objetivos, focando em dois aspectos: “inserção dos libertos e livres no mercado de trabalho com condições dignas e a busca por uma efetiva cidadania” (Silva, 2011, p. 80).

Nesse contexto, Loner (1999), em uma das suas pesquisas com foco no mercado de trabalho intitulada: *Classe Operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937*, ressalta:

[...] em razão do forte preconceito e discriminação que enfrentavam na sociedade, os negros foram obrigados a desenvolver uma rede associativa completa e diferenciada das demais. Eles foram desde entidades recreativas até entidades de classe, para organizarem-se na luta pelos seus direitos como trabalhadores e de resistência contra o preconceito e a dominação branca. Nesse processo, provaram possuir um alto grau de criatividade e determinação, que a simples enunciação de suas atividades deixa entrever (Loner, 1999, p.232).

Neste estudo, a autora traz apontamentos acerca da estruturação e finalidades das associações criadas entre os períodos de 1888 a 1930 e de 1930 a 1937. Em relação ao primeiro período, destaca que muitas dessas associações faziam parte de um amplo campo denominado popular, que abrangia diversos segmentos da população. Essas associações tinham múltiplas finalidades, incluindo a defesa de interesses, amparo e beneficência, além de promover a integração social, recreação e lazer. Elas também forneciam instrumentos essenciais para a sobrevivência individual e familiar, em um contexto em que o Estado estava ausente das áreas de apoio à infância e velhice, à previdência e saúde da população. Em comparação ao período subsequente, de 1930 a 1937, houve menos associações do que nas décadas anteriores, mas as entidades existentes tinham objetivos mais bem definidos. No entanto, alguns tipos de associações regrediram, como as beneficentes, devido à intervenção do Estado no setor previdenciário. As entidades culturais passaram por uma reacomodação na sociedade frente às novas formas de diversão, como o cinema, além do futebol e do carnaval. Associações esportivas e carnavalescas tornaram-se os dois principais tipos de entidades desenvolvidas pelas classes populares dessa época, incluindo os operários, para seu lazer.

A trajetória histórica das associações negras no Brasil é marcada por resistência, resiliência, solidariedade, emancipação e luta pelos direitos da comunidade afrodescendente. Nessa perspectiva, é importante destacar que as associações negras desenvolveram um papel importante tanto durante o período colonial quanto no período da abolição da escravidão, e continuam a ser entidades essenciais na luta contra o racismo e pela igualdade de oportunidades.

2.4.1. Clubes Negros

De acordo com Escobar (2010), em seu estudo *Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial*, a origem dos clubes sociais negros remonta a um período anterior à Abolição da Escravidão em 1888. Eles surgiram como uma forma de oposição à ordem social vigente, além de servirem como espaços de sociabilidade e lazer para a população negra, que era excluída dos tradicionais clubes sociais frequentados pelos brancos. Além disso, a autora destaca que os clubes sociais negros, em sua origem, desafiaram a estrutura da sociedade da sua época. Através das festividades e da aparente convivência pacífica, superaram a estagnação que os mantinha em seus devidos lugares. Atualmente, esses clubes ainda desempenham o papel de fortalecer a população negra, preservando o sentimento de pertencimento e integração a um grupo que, embora pareça uniforme, apresenta diversas diferenças conforme o período, local e as circunstâncias em que foram criados.

Dando continuidade às discussões, a autora ressalta que os clubes sociais negros demonstraram resistência e resiliência ao desafiar os padrões sociais, formando uma elite empoderada e forçando o reconhecimento de sua cidadania e direitos iguais.

Os clubes sociais negros são um exemplo de resistência e resiliência, pois romperam com os padrões da sociedade ao sair da inércia que os mantinha isolados, ao constituir uma “elite negra empoderada”, que construiu monumentos com suas próprias mãos, ao se fazer enxergar por aqueles que não os queriam ver em um mesmo patamar, nem dividir os mesmos espaços, que não queriam que fossem cidadãos e muito menos que desfrutassem dos mesmos direitos (Escobar, 2010, p. 164).

Similarmente Batista (2015), em seu estudo *Clubes Negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora*, relata que a população negra ao ser submetida à segregação espacial, contava exclusivamente com seus próprios recursos. A partir disso, desenvolveram maneiras de enfrentar o sistema, o que ajudou a preservar sua integridade emotiva, física, mental, espiritual e cultural. Para realizar seus rituais tradicionais, atividades de lazer e diversão, organizaram-se

em grêmios, blocos carnavalescos, ranchos, maracatus, congadas, irmandades, além de criar espaços de confraternização e entretenimento. Assim, surgiram os clubes sociais negros, inicialmente com o objetivo de proporcionar momentos de lazer e socialização em ambientes requintados. Ainda para a autora, os clubes sociais negros são estabelecidos como espaços que possibilitaram o autorreconhecimento, lugares que aumentaram a autoestima, e assim, fortaleceram a unidade do grupo. Além disso, a autora aponta que foram constatados nos clubes sociais diversos propósitos, incluindo conseguir fundos para comprar a liberdade de escravizados, ajudar nas despesas de funeral e custos com educação, auxiliar os desempregados e socorrer pessoas endividadas. Em vários momentos, a noite dançante transformou-se unicamente em mais uma atividade do clube.

Nesse estudo, a autora relata algumas entidades e fornece dados que as caracterizam historicamente como clubes sociais negros, destacando sua importância tanto para a sociedade negra quanto para a sociedade não negra. O estudo apresenta vários clubes sociais negros existentes em diferentes regiões do Brasil, que tiveram registros de sua existência, inclusive alguns ainda estão em funcionamento⁸. Foram listados clubes sociais negros, associações e sociedades, além de grêmios, para os quais há registros de existência. No estado de São Paulo foram identificados 13; no Rio de Janeiro 03; em Minas Gerais 20; no Paraná 04; em Santa Catarina 24; e no Rio Grande do Sul 55 dessas associações. A autora observa que muitas dessas entidades relacionadas podem estar desativadas ou com atividades modificadas, uma vez que o auge dos clubes sociais negros ocorreu nas décadas de 1950, 1960, 1970 e em meados da década de 1980. Além disso, a autora menciona a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora como o mais antigo clube social negro do Brasil ainda em funcionamento. Esta associação oferecia assistência aos membros de baixa renda, incluindo apoio para funerais. No entanto, as festividades constituíam as atividades mais populares. Dessa forma, ao considerarmos esses espaços para além do entretenimento, compreendemos que eles funcionaram como locais de resistência negra, possibilitando o resgate e a preservação da autoestima e solidariedade, resultando no fortalecimento da identidade negra e na sustentação das relações sociais.

⁸ Informações sobre a existência de clubes negros no Brasil, incluindo publicações de trabalhos acadêmicos, podem ser encontradas no site dedicado ao acervo de Clubes Sociais Negros do Brasil e do Uruguai. O portal disponibiliza um formulário para o cadastro nacional de clubes sociais negros, oferecendo um panorama abrangente sobre o impacto desses clubes na comunidade afro-brasileira. Disponível em: <<https://clubessociaisnegros.com/>> Acesso em: 23 maio 2024.

2.4.2. Imprensa Negra

Para Rosa (2014), a imprensa negra emergiu como uma estratégia adotada pelos negros brasileiros para provocar um debate público sobre o racismo no Brasil. Dominando as técnicas jornalísticas, eles utilizaram espaços públicos para articular um discurso que se opunha às narrativas das forças hegemônicas. Domingues (2007, p. 104), conceitua imprensa negra como “jornais publicados por negros e elaborados para tratar suas questões”. O autor destaca que esses jornais veiculavam as diversas dificuldades enfrentadas pela população negra no campo do trabalho, moradia, educação e saúde. Ressalta que era um espaço propício para se refletir em soluções concretas para o enfrentamento do racismo, por outro lado configuravam-se como canais de denúncia do regime de segregação racial que repercutia em várias partes do país, impossibilitando o negro de frequentar determinados espaços da sociedade, além de algumas escolas, ruas e praças públicas.

Moura (2014) aponta que, em São Paulo, houve uma manifestação cultural dos negros conhecida como imprensa negra, que circulou de 1915 a 1963. Ele exemplifica os jornais *A Voz da Raça* e *O Clarim da Alvorada* como os mais significativos da época. O autor considera essa imprensa como a portadora de uma linguagem alternativa, devendo ser vista, dentro de sua estrutura, uma parte da cultura brasileira.

Pinto (1993), caracteriza a imprensa negra como ativa e combativa. Argumenta que, além de divulgar as atividades, criava espaços para a produção literária dos negros e discutia aspectos educacionais, enfatizando a importância da educação como forma de superar as dificuldades. Assim, a imprensa negra se configurava como um veículo educativo. Araújo (2019), apresenta uma conceituação mais ampla acerca da imprensa negra:

Defendemos que conceituação da imprensa negra é ampla, plural e passa por um estágio de concretude, apesar disso reiteramos nossa compreensão de que são veículos de comunicação produtores de conteúdo jornalístico em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, em temáticas raciais e não-raciais. A compreensão história sobre a imprensa negra é um passo importante para ampliar os horizontes sobre essa conceituação (Araújo, 2019, p 111).

De acordo com Araújo (2019), o sistema escravocrata brasileiro perdurou por tanto tempo que conviveu com o surgimento da imprensa negra. O movimento da imprensa foi crescente durante o período imperial, particularmente a partir de 1827, quando houve um aumento no número de jornais e pasquins. Os pasquins contribuíram com o surgimento da imprensa negra em uma época em que a escravidão era legitimada pelo Estado. Ainda para o

autor, outros jornais do século XX também discutiram a pauta abolicionista, mesmo não sendo identificados como pertencentes à imprensa negra. Ele apresenta uma diferenciação para imprensa negra e imprensa abolicionista:

[...] a imprensa abolicionista defendia o fim do sistema escravocrata, enquanto a imprensa negra também defendia o fim da escravidão e a necessidade de se debater o papel do negro na sociedade brasileira, buscando o fim da discriminação, a violência e a falta de oportunidades (Araújo, 2019, p. 116).

Nesse contexto, o autor acrescenta que a diferenciação entre elas está na análise dos objetivos de atuação de cada uma. Enquanto a imprensa abolicionista tinha como “objetivo a luta pelo fim de um sistema”, considerado atrasado do ponto de vista político e econômico, a imprensa negra apresentava o compromisso “com a luta pelo fim da escravidão e também contra a discriminação racial, que impedia o exercício da cidadania das “pessoas de cor”, sejam elas livres ou não (Araújo, 2019, p. 116). O autor destaca que nas primeiras décadas do século XX a população negra com o auxílio dos movimentos sociais, começa a demandar mudanças a partir da perspectiva negra e os jornais negros se tornam importantes ferramentas para trazer à tona questões raciais que a sociedade em geral e a imprensa tradicional evitavam discutir.

Nesse mesmo período, muitos dos periódicos negros eram produzidos por grêmios recreativos, clubes dançantes, esportivos, dramáticos, literários ou carnavalescos. Consequentemente, grande parte das notícias se concentrava em temas relacionados à vida social dos associados e da população negra em geral. Com o passar do tempo, os grupos passaram a focar na denúncia do racismo, destacando as restrições sociais enfrentadas pela população negra, que se tornavam evidentes no tratamento desigual dispensado as pessoas negras (Araújo, 2019). Pinto (2006), apresenta o conceito de imprensa negra, argumentando que o termo possui diferentes interpretações em relação à autoria, público-alvo e aos objetivos da publicação.

Desse ponto de vista formal, imprensa negra, do mesmo modo que imprensa brasileira, imprensa abolicionista, imprensa operária ou imprensa feminina, é somente uma expressão composta em que o adjetivo posposto ao substantivo sugere algumas possibilidades de entendimento, às quais também se conectam questões relativas à autoria, ao público e aos objetivos – jornais feitos por negros? para negros?; veiculando assuntos de interesse das populações negras?. Há de se reconhecer, por suposto, que no desenvolvimento do jornalismo isso traz à baila um elemento de maior complexidade, a saber, a especialização ou a segmentação da produção jornalística (Pinto, 2006, p. 24-25).

Na perspectiva de Carvalho (2009), a conceituação de imprensa negra “compreende o conjunto de jornais criados e mantidos por pessoas negras, direcionados ao público negro para

o atendimento de expectativas específicas em defesa de seus interesses” (Carvalho, 2009, p. 66). O autor comenta que a imprensa negra conseguiu congregiar um grupo significativo de pessoas para lutar contra o preconceito racial. Essas lideranças eram respeitadas dentro da comunidade negra, não apenas por sua atuação jornalística, mas também pelo seu histórico associativo. Elas possuíam habilidade de unir e convocar a população no caminho da mobilização e conscientização, compondo com o que consideramos a base do movimento negro na primeira metade do século XX.

Ferrara (1985), em seu texto: *A imprensa negra paulista (1915/1963)* destaca que os jornais feitos por negros no Brasil, durante o período de 1915 a 1963, representam uma camada social descendente de escravizados e que, após três décadas de liberdade, conseguiu se articular socialmente, divulgando suas ideias e reivindicações. Ressalta a importância desses jornais, que além de expressarem as demandas do grupo, combatiam o preconceito, conscientizavam os negros sobre sua posição na sociedade brasileira e promoviam a valorização da educação e da instrução. A autora divide o percurso histórico da imprensa negra em três períodos. O primeiro, de 1915 a 1923, menciona os seguintes jornais: *Menelik* – 1915, *A Rua* – 1916, *O Xauter* – 1916, *O Alfinete* – 1918, *O Bandeirante* – 1919, *A Liberdade* – 1919, *A Sentinela* – 1920, *O Kosmos* – 1922 e *Getulino* – 1923. Esses jornais compartilhavam a característica comum de publicar versos, datas de aniversários, casamentos falecimentos, festas, avisos e mexericos, com a reivindicação aparecendo de forma limitada.

No segundo período, de 1924 a 1937, cita os seguintes jornais: *O Clarim da Alvorada* – 1924, *Elite* – 1924, *Auriverde* – 1928, *O Patrocínio* – 1928, *Progresso* – 1928, *Chibata* – 1932, *Evolução* – revista 1933, *A Voz da Raça* – 1933, *Tribuna Negra* – 1935, *O Clarim* – 1935, *A Alvorada* – 1936. Durante este período, as manifestações ganharam força e a imprensa se destaca atingindo seu ápice. Os protestos repercutiram em distintos aspectos da vida, incluindo o profissional, político e de lazer. Entre 1937 e 1945, a ditadura brasileira afetou todos os partidos políticos, bem como a imprensa, resultando na interrupção das atividades das organizações. Durante esse período a autora observou que não há registros de circulação de jornais da imprensa negra.

No terceiro período, de 1945 a 1963, a autora relata os seguintes jornais: *Alvorada* – 1945, *Senzala* - revista 1946, *União* – 1948, *Mundo Novo* – 1950, *Quilombo* – revista 1950, *Redenção* – 1950, *A Voz da Negritude* – 1953, *O Novo Horizonte* – 1954, *Notícias de Ébano* – 1957, *O Mutirão* – 1958, *Hífen* – 1960, *Níger* – revista 1960, *Nosso Jornal* 1961 e *Correio d’Ébano* – 1963. Este período foi marcado por novas propostas, com ênfase na crítica à situação do negro na sociedade e na reivindicação de sua participação.

Destaca-se que a imprensa negra exerceu um papel determinante na preservação da história e da cultura afrodescendente, documentando as experiências, as lutas e as conquistas das comunidades negras ao longo do tempo. Além disso, a imprensa negra foi, e ainda continua a ser um veículo de educação e conscientização, destacando questões sociais e políticas para as comunidades afrodescendentes e promovendo a mobilização, a sensibilização e o ativismo.

2.4.3. Frente Negra Brasileira

Segundo Ferrara (1985), no início da década de 30, foi fundada a Frente Única Paulista, resultando da união do Partido Republicano Paulista (PRP) com o Partido Democrático, excluindo qualquer forma de participação dos negros. Diante disso, surgiu a ideia de organização da Frente Negra Brasileira - FNB, fundada em 1931 e implementada por meio de estatutos que regulamentavam as atividades da organização. Para o autor, a Frente Negra Brasileira - FNB tinha como objetivo o desenvolvimento social dos negros, incentivando-os a estudar, trabalhar, ter residência própria e ascender socialmente. Mantinha reuniões regulares com a intenção de educar e conscientizar a comunidade negra. Além disso, os ideais da FNB eram disseminados por meio do jornal *A Voz da Raça*, órgão oficial da FNB que tinha como propósito divulgar seus ideais. Este veículo de comunicação combativo também foi divulgado no exterior na época.

Complementando, Domingues (2007), reforça que o ativismo negro ganhou força com a Frente Negra Brasileira - FNB. No início do século XX, a FNB foi a mais relevante organização negra do país. Com afiliadas em alguns estados brasileiros, destacou-se ao transformar o movimento negro brasileiro em movimento popular. O autor destaca também, a participação feminina nesse movimento.

De acordo com Custódio (2017, p.30), a Frente Negra Brasileira desempenhou um papel relevante no movimento negro da época, quando os negros necessitavam iniciar a disputa por seu espaço na sociedade e garantir o básico para sua subsistência. Baseando-se nessa perspectiva, a Frente Negra Brasileira “organizou as primeiras escolas para afrodescendentes, tanto de alfabetização quanto de profissões técnicas”. Além disso, promovia encontros sociais, como grandes bailes e festas, realizava palestras políticas e mantinha sua própria imprensa e gráfica, empregando negros paulistas em um período em que o desemprego entre negros, especialmente homens, atingia índices de até 70%. Vale destacar que o autor caracteriza a FNB

como uma das maiores organizações negras existentes no Brasil, tendo sido transformada em um partido político de cunho nacional. Isso “demonstra o caráter de influência massiva da Frente Negra Brasileira, tendo sua principal batalha contra o racismo científico (Custódio, (2017, p. 32)”.

Segundo Alves (2022), a Frente Negra Brasileira pode ser compreendida como uma organização política e social com reivindicações e metas mais claras.

[...] “movimento reivindicatório de tipo assimilacionista”, atuando como um mecanismo de reação em relação ao contexto social vivenciado pela população negra paulista. Visava difundir e consolidar uma consciência própria e autônoma em relação à situação racial no país e desenvolver entre os negros tendências que os organizassem como uma “minoridade racial integrada”, desencadeando, assim, comportamentos que apressassem a integração do negro à sociedade (Alves, 2022, p.18).

Na perspectiva da autora, a Frente Negra Brasileira é considerada o primeiro movimento negro no Brasil com um projeto explícito de mobilização e intervenção política e social. Este projeto intencionava promover a melhoria da qualidade de vida de seus membros por meio da educação, criação de espaços de sociabilidade, melhores condições de acesso ao trabalho, serviços essenciais, culturais, além de promover a participação política dos associados. A educação era prioridade da organização, visto que entendiam que investir na formação era imprescindível para a conquista da elevação do status da população negra. Por meio do jornal *A voz da Raça*, denunciavam o preconceito racial e discriminação enfrentado pelos alunos negros que frequentavam as escolas públicas paulistas (Alves, 2022). Além disso, a autora afirma que a FNB, integra o movimento negro “amplo”, que abrange as organizações e suas atividades de diversas naturezas, em qualquer período, estabelecidas e promovidas por negros.

Irmandades religiosas, associações assistenciais, artísticas, culturais e políticas, e também as ações de mobilização política, enfrentamento da discriminação, aquilombamento, rebeldia armada, movimentos artísticos e literários e toda a complexa dinâmica que constitui o movimento negro (Alves, 2022, p.18).

A Frente Negra Brasileira desempenhou um papel importante na luta pelos direitos dos afrodescendentes no país. Sendo uma organização política no Brasil dedicada as questões raciais, promoveu a conscientização sobre as opressões sofridas pelos negros e implementou estratégias para combater a discriminação racial, incluindo a criação de escolas e programas de formação profissional. O jornal *A Voz da Raça* serviu como um importante veículo de comunicação, denunciando o racismo e disseminando ideias de igualdade racial. Compreender as raízes da resistência negra no Brasil é essencial para valorizar e inspirar as lutas contemporâneas por justiça e igualdade de oportunidades. A trajetória da Frente Negra

Brasileira reforça a importância de continuar lutando contra o racismo e promovendo a inclusão social.

2.4.4. Teatro Negro

Iniciamos este tópico com a definição apresentada por Douxami (2001). Segundo a autora, a denominação pode ser compreendida de várias maneiras, dependendo das características específicas.

A denominação de teatro negro pode tanto ser aplicada a um teatro que tenha a presença de atores negros, quanto aquele caracterizado pela participação de um diretor negro, ou, ainda, de uma produção negra. Uma outra definição possível seria a partir do tema tratado nas peças (Douxami, 2001, p. 313).

Alexandre (2014), apresenta uma visão crítica acerca do teatro negro, destacando que este não só representa as particularidades dos sujeitos negros, mas também se enriquece com as diversas manifestações artísticas.

Devo destacar que, em minha perspectiva crítica, o teatro negro não só retrata as especificidades dos sujeitos negros e sua integração na sociedade, mas também se retroalimenta dos elementos que compõem e integram a cultura dos afrodescendentes em suas distintas manifestações artístico-performativas: danças, músicas, jogos, linguagem, mitos, religião e ritos (Alexandre, 2014, p.69).

Lima (2010) apresenta uma definição de Teatro Negro como sendo “aquele cuja base fundamental é a afirmação da identidade negra associada a proposições estéticas de matriz africana, embasadas em questões existenciais e político-ideológicas negras” (Lima, 2010, p. 48).

Fundado em 1944 por Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro - TEN, constituiu uma iniciativa dedicada à recuperação dos valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, que haviam sido degradados e negados pela sociedade dominante desde o período colonial. O TEN tinha como objetivo promover a valorização social dos negros no Brasil por meio da educação, cultura e arte (Nascimento, 2004).

O que é TEN? Em termos dos seus propósitos ele constitui uma organização complexa. Foi concebido fundamentalmente como instrumento de redenção e resgate dos valores negro-africanos, os quais existem oprimidos ou/e relegados a um plano inferior no contexto da chamada cultura brasileira, onde a ênfase está nos elementos de origem branco-europeia. Nosso Teatro seria um laboratório de experimentação cultural e artística, cujo trabalho, ação e produção explícita e claramente enfrentavam

a supremacia cultural elitista-arianizante das classes dominantes. O TEN existiu como um desmascaramento sistemático da hipocrisia racial que permeia a nação (Nascimento, 1980, p.68).

Souza (2016), afirma que o TEN tinha um caráter educativo e provocador, buscando romper com a marginalização dos negros nos espaços de representação cênica e social. Seus objetivos incluíam preparar a população negra para ocupar os espaços políticos e sociais, oferecendo cursos de alfabetização e de formação para atores e técnicos do espetáculo.

Nascimento (2004), destaca que o TEN pretendia refletir as experiências humanas e criar um espaço de diálogo, discussão e implementação de ideias voltadas para mudanças sociais. “Um teatro que ajudasse a construir um Brasil melhor, efetivamente justo e democrático, onde todas as raças e culturas fossem respeitadas em suas diferenças, mas iguais em direitos e oportunidades” (Nascimento, 2004, p.221). Dentro desse objetivo, o TEN intencionava combater o racismo, que se revela de forma tão evidente no teatro, na televisão e no sistema educativo, perpetuadores da discriminação racial na sociedade brasileira.

Outro aspecto mencionado pelo autor foi a necessidade da estruturação de ações, por parte das lideranças, em benefício da coletividade afro-brasileira excluída no mercado de trabalho, habitação, acesso à educação e saúde, remuneração, em todos os âmbitos da vida social. Dentre as ações organizadas destacam-se: Comitê Democrático Afro-Brasileiro com atuação a nível político, objetivava inserir as demandas específicas da coletividade afro-brasileira no processo de construção da nova democracia; Convenção Nacional do Negro (São Paulo, 1945 e Rio, 1946); I Congresso do Negro Brasileiro, Rio de Janeiro 1950; Concurso do Cristo Negro no Rio de Janeiro em 1955, com o propósito de estimular a presença do negro nas artes e Concurso de Beleza Rainha das mulatas e Boneca de Pixe, buscavam realçar a beleza das mulheres afro-brasileiras e educar a influência dos padrões de beleza brancos na sociedade.

Pinto (1993) afirma que o TEN fomentou o debate sobre a questão do negro na região Rio de Janeiro-São Paulo, tanto por meio do trabalho teatral quanto dos eventos que inspirou ou patrocinou. Voltando as observações de Nascimento (2004), o TEN se destacou como uma influência estimulante e inovadora, introduzindo abordagens alternativas para os afrodescendentes e para a cultura do país. Expôs as injustiças raciais, enfrentou a hegemonia cultural branca e promoveu recursos psicológicos para vencer o complexo de inferioridade.

Souza (2016) relata que a Companhia Negra de Revistas, fundada em 1926 no Rio de Janeiro e encerrada em 1927, foi pioneira ao abordar temas de pertencimento étnico-racial no palco. Posteriormente, o Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu em 1944, também no Rio, encerrando suas atividades em 1961. Esses dois grupos teatrais são emblemáticos, apresentando

duas abordagens distintas de atuação negra: a Companhia Negra de Revistas, que reproduzia estereótipos, e o TEN, que valorizava a identidade negra através de textos encenados e um posicionamento político aliado aos ideais estéticos. Ainda segundo a autora, além dos grupos mencionados, outros grupos teatrais negros igualmente importantes marcaram a cena brasileira, como o grupo Brasiliana (1949-1953, de Haroldo Costa), Teatro Popular Brasileiro (1950, criado pelo poeta Solano Trindade) e Teatro Profissional do Negro (1974, de Ubirajara Fidalgo). Embora cada um desenvolvesse trabalhos distintos do TEN, todos compartilhavam objetivos semelhantes no que “concerne ao novo pensamento de se fazer Teatro Negro: com propostas de valorização do pertencimento étnico-racial negro e de suas manifestações culturais” (Souza, 2016, p. 36).

O Teatro Experimental do Negro foi pioneiro na utilização do teatro como mecanismo de conscientização e mobilização política. Além disso, a cultura e a arte são ferramentas eficazes para a transformação social. O Teatro Experimental do Negro desempenhou um papel importante na promoção do empoderamento e na visibilidade das comunidades afrodescendentes, enfrentando preconceitos enraizados na sociedade.

2.4.5. Movimento Negro Unificado

Para Domingues (2007):

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (Domingues, 2007, p. 101).

Custódio (2017), complementa:

Podemos caracterizar então como Movimento Negro todo grupo que atuou ou atua na luta, seja pela via ideológica, como houve nos movimentos abolicionistas e acadêmicos, ou pela via física, como podemos notar nas lutas de resistência quilombola e rebeliões e confrontos armados, pela igualdade de direitos entre negros e brancos e pelo fim da desigualdade social que tange as relações raciais e que recebem novos contornos dentro do sistema capitalista (Custódio 2017, p.22).

Pereira (2010) traz o seguinte entendimento em relação ao movimento negro.

[...] considero o movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de

práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social (Pereira, 2010, p. 81).

Santos (1985), propõe, em sua opinião, a melhor definição de movimento negro, abrangendo todas as entidades e todas as ações que visam à autodefesa física e cultural da comunidade negra. Sua definição vai além da dimensão racial e cultural, incluindo aspectos sociais, políticos e históricos.

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como "clubes de negros"), artísticas (como o Grupo de Dança Afro Olorum Baba Mi), culturais (como diversos "centros de pesquisa") e políticas (como o MNU); e ações de mobilização-política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e "folclóricos" - toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (Santos, 1985, p. 303).

Ressalta-se que a definição exposta pelo autor amplia a compreensão do movimento negro ao reconhecer que sua atuação ultrapassa a mera reivindicação de igualdade racial, visando também à transformação estrutural da sociedade para assegurar a plena integração e valorização da população negra em todas as esferas sociais. Tal como mencionado por Santos (1985), Gomes (2011) assinala que o movimento negro é percebido como sujeito coletivo e político, especialmente a partir da década de 1970.

[...] o movimento negro pode ser compreendido como um sujeito coletivo e político que passa a ocupar a cena pública brasileira de maneira mais destacada na década de 1970, no contexto dos chamados novos movimentos sociais. Como sujeito coletivo [...] uma coletividade em que se elaboram identidades e se organizam práticas pelas quais se defendem interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável. Como sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados (Gomes, 2011, p. 44).

A autora destaca também que o movimento negro participa como o sujeito político que propõe outra opção a esse processo de tensão no esforço de redefinir a emancipação sociorracial conforme seus próprios padrões e não nos parâmetros preestabelecidos. Com base nisso, a autora expõe que essa opção pode ser vista de duas formas: primeiro, o movimento evidencia que o percurso do negro no Brasil gera conhecimentos políticos, identitários e corpóreos. Em

segundo lugar, esse mesmo movimento interage com a sociedade e enfatiza a presença do negro na história, concedendo-lhe um significado político ao corpo negro.

Pereira (2010), descreve que em 1978, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial - MUCDR foi criado por militantes em São Paulo e lançado publicamente em 7 de julho. Este movimento protestou contra a morte de um operário negro e a expulsão de atletas negros de um clube, marcando o início do movimento negro contemporâneo no Brasil. Em 1979, a organização passou a ser chamada de Movimento Negro Unificado - MNU, uma entidade que permanece ativa até os dias atuais e conta com representações em diversos estados do país.

Domingues (2007), afirma que o surgimento do MNU representou um marco na história do protesto negro do país, visto que, entre outras razões, estabeleceu-se a “proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro” (2007, p. 114).

Retomando Pereira (2010), o autor considera que uma das principais ações estratégicas adotadas para mobilização desse movimento consistia em reuniões de estudo, leitura e debate, além de seminários e palestras. Essas atividades ocorriam em diferentes locais, incluindo o centro de Estudos Afro-asiáticos (CEAA) da atual universidade Candido Mendes, localizada na cidade do Rio de Janeiro, no início da década de 1970. O objetivo dessas discussões era abordar a questão do negro com o intuito de fortalecer o movimento em formação.

Além disso, o autor menciona que as reuniões realizadas no CEAA ampliaram a visibilidade do movimento, contribuindo para seu crescimento e estimulando a formação de novos grupos em diferentes partes do país. Por volta de 1979 foram estabelecidos o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, a Associação Cultural Zumbi (ACZ), em Maceió; os blocos afro-brasileiros Olodum e Malê Debalê, em Salvador; o Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, entre outros. Em 1981 surgiu o Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), que se formou vinculado à Igreja Católica, mas se desvinculou no início dos anos 1980. Também houve instituições fundadas no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, que se inspiraram no MNU para sua constituição.

Silva (2023), destaca o papel do Movimento Negro na luta pela inclusão das questões raciais no sistema educacional e ressalta a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais como uma ferramenta importante na promoção da conscientização e na luta pela igualdade racial e na superação do racismo.

Movimento Negro brasileiro lutou para que as pautas raciais fizessem parte da educação brasileira, buscando através de uma Educação para Relações Étnico-Raciais

buscar a igualdade racial e a luta contra o racismo estrutural presente em nossa sociedade (Silva, 2023, p.55).

Outro aspecto importante a ser destacado, diz respeito à implementação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da temática História e cultura Afro-Brasileira nos currículos do de ensino fundamental e médio, tanto em instituições públicas quanto privadas. De acordo com Souza (2021), esta Lei emergiu das demandas e lutas do movimento negro contra o racismo e pela valorização da cultura africana. No contexto de formulação e implementação da referida Lei, é pertinente destacar as declarações de Gomes (2009),

[...] faz-se importante o diálogo com a sociedade civil e, mais particularmente, com o movimento negro. A Lei 10.639/03 e suas diretrizes curriculares nacionais são fruto de um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado. Uma política pública voltada para a diversidade étnico-racial precisa reconhecer e dialogar com as lutas históricas da população negra. Uma luta que pode ser considerada repleta de iniciativas e práticas afirmativas, antecessoras e inspiradoras da atual demanda por políticas de ação afirmativa realizada pelo movimento negro nos dias atuais e, aos poucos, implementadas pelo Estado (Gomes, 2009, p. 41).

Ribeiro (2000), em seu estudo intitulado *Anti-racismo e Educação: o projeto político pedagógico das lideranças negras de Uberlândia*, objetivou conhecer as concepções das lideranças negras da cidade de Uberlândia sobre Educação, expressas nas propostas educacionais, intenções, planos, tendências, orientações e alternativas visando solucionar os problemas enfrentados pelos negros no interior das escolas. Para isso, a pesquisadora investigou cinco grupos de movimentos negros em Uberlândia, selecionados intencionalmente. Entrevistou os membros de suas diretorias utilizando questionários semiestruturados e analisou documentos internos, incluindo depoimentos fornecidos a programas de rádio, televisão e jornais escritos. Realizou uma retrospectiva histórica das mobilizações raciais no Brasil, destacando três tendências antirracistas ao longo do século: assimilacionista/integracionista nos anos 30, uma oscilação entre as tendências de afirmação, de um lado, e um projeto elitista de ascensão social, de outro, nos anos 40 e 50, e defesa de identidade negra com crítica radical nos anos 70. A segunda tendência mostrou que as organizações negras sempre tiveram uma forte preocupação com a educação, evoluindo de simples orientações para a instrução dos negros até a denúncia explícita dos estigmas e prejuízos sofridos por eles no sistema educacional brasileiro.

A autora ressalta que os movimentos negros que emergiram nesse contexto histórico são caracterizados pela denúncia da discriminação racial e a contestação da ordem vigente, abrangendo tanto a questão racial quanto a de classes. Eles rompem com a adesão aos valores

brancos, afirmando os valores negros, e comprometem-se em dismantelar mitos como a democracia racial brasileira, substituindo-os pela verdadeira história dos negros no Brasil. Isso significa dar visibilidade positiva aos negros e resgatar sua memória social. Ainda para a autora, essa fase representa uma ruptura com os momentos anteriores do movimento negro, que focavam na assimilação e na elevação cultural, ao promover a valorização da diferença e a identidade negra distinta da branca a partir dos anos 70. Destaca também, que os militantes e pesquisadores sugerem a inclusão nos currículos de conteúdos que abordem a participação dos negros na história e informações sobre suas raízes culturais. Durante as décadas de 1970 e 1980, os chamados estudos africanos passaram a ser considerados essenciais para a formação das crianças negras, destacando a importância da cultura negra. Nesse sentido, Ribeiro (2020) esclarece:

Surge, no interior destas organizações negras, a preocupação de se criarem cursos destinados, prioritariamente aos negros, como curso de inglês e cursinhos pré-vestibulares. Assume-se uma postura mais crítica com relação à responsabilidade do sistema educacional do negro, empenho em valorizar e estimular uma maneira de ser negra diferente da do branco. Portanto, reivindicasse do sistema educacional o reconhecimento de sua cultura, do seu modo de ser e de sua história, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade étnica (Ribeiro, 2020, p. 92).

Além disso, o estudo revelou que as lideranças concordam unanimemente que a educação é fundamental para melhorar a situação do negro, mas destacam para a necessidade de estabelecer alterações como por exemplo: a introdução da história da África nos currículos escolares, a redefinição da historiografia do negro brasileiro e a capacitação de educadores, funcionários, pais e alunos para lidarem com a diversidade.

Nesse contexto, podemos observar que o Movimento Negro Unificado foi responsável em articular diversas demandas sociais, educacionais e políticas da população afrodescendente. Suas manifestações destacaram a necessidade de reconhecer as contribuições dos negros na formação da sociedade brasileira, além de enfatizar a importância de implementar ações afirmativas e reparatórias. O legado do Movimento Negro continua a influenciar e inspirar os movimentos negros atuais, sustentando a luta diária contra o racismo e promovendo mudanças nas estruturas sociais.

2.4.6. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI

Ao examinar a linha do tempo, observa-se que a luta pela inclusão da história da África e dos afro-brasileiros nos currículos escolares remonta ao início do século XX. Desde então, movimentos e intelectuais negros têm lutado por uma educação mais inclusiva e representativa. Essa demanda foi formalmente reconhecida com a promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e cultura Afro-Brasileira nas escolas de educação básica, e posteriormente pela Lei 11.645/2008 que incluiu a temática indígena. Este marco legal reflete um esforço contínuo para promover uma maior valorização da contribuição afrodescendente na formação da identidade nacional e para combater o racismo estrutural por meio da educação.

Lima (2012), afirma que a batalha para integração da temática história e cultura afro-brasileira nos programas educacionais é uma questão de longa data. Segundo o autor, essa demanda já estava presente nas lutas da Frente Negra Brasileira, em meados do século XX, e também foi foco nas marcantes lutas do Teatro Experimental do Negro – TEN e do Movimento Negro Unificado – MNU. Ainda destaca a atuação de parlamentares negros, como Abdias Nascimento, que registrou suas reivindicações pela inclusão da história da África e da cultura negra no currículo escolar. Além disso, o autor aponta que o surgimento dos NEABs é uma consequência da histórica militância de intelectuais e ativistas negros, bem como de defensores antirracistas e dos direitos humanos.

Em complementariedade à discussão acerca do surgimento dos NEABs, Silva (2023), menciona que esses núcleos foram estabelecidos em uma época caracterizada pela busca da criação de grupos e centros de pesquisas voltados ao debate sobre as relações raciais no Brasil, como também a preservação da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ainda para o autor, o cenário de luta por ações afirmativas para combate ao racismo, o preconceito, as desigualdades raciais e a discriminação, por meio da articulação do movimento negro e de intelectuais, predominantemente negros e negras, favoreceu a criação dos NEABs entre as décadas de 1980 e 1990. Essa mobilização gerou muitos debates na sociedade brasileira sobre o racismo, resultando na implementação de ações governamentais destinadas à criação de Políticas de Promoção da igualdade racial.

Dessa forma, os NEABs acabam assumindo um papel de destaque na luta histórica contra o racismo e, através de suas ações e articulações com os movimentos sociais, buscam viabilizar a aplicação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 que tornam obrigatório o ensino da História das Culturas Africanas e Indígenas nas escolas de educação básica (Silva, 2023, p. 72).

Borghi (2022, p. 84), caracteriza o NEABI como “espaços que foram se construindo, institucionalmente e socialmente, potencializando o lugar de fala dos atores sociais em ações

que possam trazer reflexões por meio da comunicação dialógica”. Silva (2019), ao caracterizar os NEABIs, afirma que são locais de apoio na luta antirracista:

[...] esses espaços e fóruns são locais que tecem redes de solidariedade, compromissos e construções de conhecimentos ligados às temáticas sobre as populações negras no Brasil, África e Diáspora, firmando-se enquanto campos coletivos de referências epistemológicas e políticas na luta antirracista (Silva, 2019, p. 25).

A tese de Ribeiro (2005), intitulada: Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas, apresenta uma perspectiva abrangente sobre a evolução das relações étnico-raciais no Brasil, focalizando especificamente a proposta educacional e pedagógica ao longo de 34 anos (1970 a 2004). A autora catalogou e analisou dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos de livre docência, revelando informações fundamentais que subsidiam pesquisas contemporâneas sobre a educação e a luta pelos direitos dos afrodescendentes. A autora relata que os preconceitos e discriminações enfrentados pelos negros no sistema de ensino brasileiro são institucionalizados, manifestando-se em todos os níveis e aspectos do sistema educacional. Os dados da pesquisa indicam que essa discriminação resulta em prejuízos significativos para os estudantes negros, apontando para a necessidade urgente de implementar discussões sobre diversidade étnico-cultural nos cursos de formação de professores.

Podemos sugerir através dos dados da presente pesquisa que os preconceitos e as discriminações a que os negros estão sujeitos no sistema de ensino é institucionalizado, uma vez que dentro dele e em todos os seus níveis e aspectos, os negros estão sujeitos a prejuízos. Os resultados sinalizam também para a necessidade de ações no sentido de implementação de discussões sobre a diversidade étnico-cultural nos cursos de formação de professores. Sendo assim qualquer ação que se disponha contribuir para reverter a situação de inferioridade da população negra no interior do sistema educacional pressupõe sua redefinição enquanto sistema, maciços investimentos nessa redefinição e apresentação de encaminhamentos no sentido de uma democratização nas relações e valorização do negro e de sua cultura no interior do mesmo (Ribeiro, 2005, p. 210).

Tal como exposto por Ribeiro (2005) Silva (2022), apresenta uma perspectiva semelhante ao afirmar que nos cursos de formação orientados a temáticas que englobam as relações étnico-raciais tem-se a possibilidade de desconstruir estereótipos, estimular o debate a respeito das práticas pedagógicas, obter conhecimentos, elaborar projetos antirracistas, “pensar e repensar o papel da escola na construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva” (Silva, 2022, p. 152).

Nesse contexto, a atuação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas se torna indispensável. Os NEABIs, presentes nas instituições de ensino, têm como propósito promover

a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, além de fomentar a inclusão e igualdade racial no ambiente institucional. Eles desempenham um papel importante na sensibilização e formação inicial e continuada de professores, auxiliando-os a tratar com a diversidade étnico-racial de maneira inclusiva. Além disso, a implementação de ações pelos NEABIs tem possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e para a redefinição do sistema educacional.

Ao estabelecer um paralelo das associações negras dos séculos XIX e XX, que foram pioneiras na luta por direitos dos afrodescendentes, e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, observa-se que ambas as iniciativas coadunam objetivos comuns, apesar de atuarem em contextos históricos distintos. As associações negras desempenharam um papel fundamental na resistência e mobilização contra a discriminação racial, enquanto os NEABIs representam a continuidade e evolução dessas lutas dentro de um contexto institucionalizado, reforçando a importância da educação e das ações afirmativas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, os NEABIs contribuem para o empoderamento ao favorecer espaços de debate, capacitação e promoção de lideranças, capacitando os afrodescendentes a terem voz ativa na sociedade e a lutarem por seus direitos e interesses coletivos. Portanto, ao compreender os objetivos das associações negras em conexão com os objetivos dos NEABIs, não apenas enriquece nosso entendimento do passado, mas também nos capacita a enfrentar desafios do presente e a construir um futuro mais justo e igualitário para os diversos grupos étnicos.

2.5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar os conceitos e objetivos de diferentes associações negras existentes no Brasil desde o final do século XIX até a atualidade, destacando sua luta pela emancipação e promoção dos direitos dos povos afrodescendentes. Por meio de uma abordagem conceitual, analisamos os conceitos relacionados a essas associações e o contexto histórico e social em que atuam.

A revisão bibliográfica em fontes acadêmicas, incluindo livros, artigos científicos, teses e dissertações, nos permitiu compreender melhor a evolução dessas associações ao longo do tempo. Além disso, apresentamos um breve relato da escravidão no Brasil, destacando suas consequências profundas e duradouras na estrutura social e nas relações raciais do país. Em

seguida, discutimos os quilombos, não apenas como espaços de resistência e preservação cultural, mas também como modelos de organização comunitária que continua a inspirar associações negras. Ao longo do século XX, diversas associações negras surgiram, cada uma com suas especificidades e objetivos, mas todas unidas pelo propósito comum de combater o racismo e promover a inclusão social. Enfocamos a importância dos clubes negros, que funcionaram como espaços de sociabilidade e fortalecimento da identidade negra, a imprensa negra que desempenhou um papel importante na documentação e divulgação das lutas e conquistas das comunidades negras e a Frente Negra Brasileira que marcou um novo tempo de mobilização política e conscientização racial.

O Teatro Negro e o Movimento Negro Unificado - MNU foram destacados como movimentos culturais e políticos que utilizaram a arte e a mobilização social para promover a igualdade racial. Posteriormente, analisamos a atuação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABIs, que se estabeleceram como importantes espaços de discussão sobre as relações étnico-raciais no Brasil, contribuindo para a valorização da história e cultura afro-brasileira no ambiente institucional. Nos períodos pós-abolição e ao longo do século XX, essas associações ajudaram a organizar movimentos sociais em prol dos direitos humanos, essa iniciativa contribuiu para fortalecer a luta por igualdade racial. Elas não apenas moldaram o debate sobre relações raciais no Brasil, pelo contrário, continuam a influenciá-lo com iniciativas voltadas à inclusão social e à promoção da igualdade de oportunidades.

Dessa forma, o estudo pretende contribuir para a valorização e reconhecimento das associações negras como importantes agentes de transformação social. Recomenda-se, o desenvolvimento de estudos futuros que explorem as dinâmicas dessas associações e seu impacto na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, as associações negras desempenharam e continuam desempenhando um papel fundamental na promoção da educação, cultura e direitos dos afrodescendentes. Suas ações e legados são exemplos de luta e resistência frente às adversidades impostas pelo racismo e discriminação. A continuidade e o fortalecimento dessas associações são essenciais para a promoção da diversidade cultural e para o combate ao racismo. Nesse sentido, reconhecer e valorizar essas contribuições é essencial para avançarmos na luta por justiça e igualdade racial.

2.6. Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R; Filho, Walter Fraga. de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>> Acesso em 13 mar. 2024.

ALEXANDRE, Marcos Antônio. **O Teatro Negro no Brasil: perspectivas críticas**. 2014. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/araticum/article/view/864/924>> Acesso em: 25 mai. 2024.

ALVES, Daiele Taís. **Frente Negra Brasileira: história do movimento em Minas Gerais**. 2022. Dissertação. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/14512/1/taisdaiielealves.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2024.

ARAÚJO, Valmir Teixeira de. **Imprensa Negra na Internet: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z**. TESE. 2019. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/METODISTA_0a9f92fceed2aa0b12a92eff2a275751> Acesso em: 21 mai. 2024.

BATISTA, Paula Carolina. **O quilombismo em espaços urbanos: 130 após a abolição**. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 12, p. 377–396, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153780>> Acesso em: 4 abr. 2024.

BATISTA, Rita de Cassia Souza Félix. **Clubes Negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora**. Tese. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20088/1/2015_tese_rcsfbatista.pdf> Acesso em 20 mai. 2024.

BORGHI, Juliana Marques. **Caminhos para a construção da interculturalidade: a relação entre a extensão universitária e a comunicação pública no NEABI – IFPR**. 2022. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/76160/R%20-%20D%20%20JULIANA%20MARQUES%20BORGHI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 23 mai. 2024.

BRASIL. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em: 31 out. 2023.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira",

e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 31 out. 2023.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências.** Dissertação. 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05022010-145521/publico/GILMAR_LUIZ_DE_CARVALHO.pdf> Acesso em: 22 mai. 2024.

CUSTÓDIO, Lourival Aguiar Teixeira. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) – 1978 – 1990.** 2017. Dissertação. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-22052018-122717/publico/Original_Lourival_Custodio.pdf> Acesso em: 22 mai. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Petrônio Domingues. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 07 mai. 2024.

DOUXAMI, Christine. **Teatro negro: a realidade de um sonho sem sono.** 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21016/13616>> Acesso em 04 abr. 2024.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial.** 2010. Dissertação. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10961/ESCOBAR%2c%20GIANE%20VARGAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 02 mai. 2024.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). **Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 132-142.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A Imprensa negra paulista (1915/1963).** Revista Brasileira de História. São Paulo v 5 n° 10 março/agosto 1995.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das Políticas Públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosa. (org.). **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. Disponível em: Acesso em: <<https://biblioteca.flacso.org.br/files/2013/02/1012.pdf>> Acesso em: 10 jun. de 2024.

_____. Nilma Lino. **Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra.** Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar. v. 1 n. 2 (2011): julho - dezembro de 2011. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/35>> Acesso em: 05 abr. 2024.

JUNIOR, Manuel Diégues. **A África na vida e na cultura do Brasil**. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 25 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat25_m.pdf> Acesso em: 08 abr. 2024.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Sankofa. **Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano X, Nº XIX, agosto/2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/137196/132982>> Acesso: 19 mar. 2024.

LIMA, Evani Tavares. **Um olhar sobre o teatro negro do Teatro Experimental do Negro e do Bando de Teatro Olodum**. 2010. Tese (Doutorado em Artes). Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/778472>> Acesso em: 25 mai. 2024.

LIMA, Sergio Gonçalves de. **A questão étnico-racial na formação continuada de professores da Escola Básica: uma análise de quatro Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros do estado do Rio de Janeiro**. 2012. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10134/1/2Dissertacao%20Revisada.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2024.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: Mobilização e Organização em Pelotas 1888-1937**. Tese. 1999. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2018/08/Classe-oper%C3%A1ria-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-e-organiza%C3%A7%C3%A3o-em-Pelotas-1888-1937-Vol.-I.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2024.

_____. Beatriz, Ana. Negros: **Organização e luta em Pelotas**. História em Revista, v. 5, n. 5, 12 set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/12080/7624>> Acesso em: 26 mar. 2024.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-Abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_521d0b8810104443b90a56852ef0c5ed.pdf> Acesso em 10 mai. 2024.

MAIA, Evanilson Pereira. **MEMÓRIAS DE AFRONTA: O Clube Negro Social dos Artífices, História, Educação Antirracista e Ensino de História em Belém do São Francisco – PE**. Dissertação Universidade Regional do Cariri Centro de Humanidades Departamento de História Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). 2021. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/701395/2/MEMO%CC%81RIAS%20DE%20AFRONTA.pdf>> Acesso em: 09 mai. 2024.

MARQUES, Danilo Luiz; CORREIA, Rosa Lúcia Lima da Silva. **O Movimento Negro, o NEABI/UFAL e a implementação do Programa de Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (2003-2022)**. Escritas do Tempo, v. 4, n. 10, p. 23-45, 30 abr. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1837>> Acesso em: 08 abr. 2024.

MORAIS, Marisete de Mattos. **A participação do negro em São Luiz Gonzaga-RS: trajetórias e memórias do Clube Recreativo Imperatriz**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18909/DIS_PPGHISTORIA_2019_MORAIS_MARISETE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 26 mar. 2024.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª Ed. Anita: São Paulo, 2014.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª edição. Teresina: EdUESPI, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, [S. l.], n. 28, p. 56–63, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>> Acesso em: 29 mar. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista**. Editora Vozes, Petrópolis, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. **Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/?format=pdf&lang=pt>> 2004. Acesso em: 22 mai. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. O Conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTIS, Alex (org.). **Eu sou Atlântica sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial/Ed. Instituto Kuanza, 2006. Disponível em: <<https://abpn.org.br/biblioteca-abpn/eu-sou-atlantica-sobre-a-trajetoria-de-vida-de-beatriz-nascimento/>> Acesso em: 02 mai. 2024.

PEREIRA, Amilcar Araújo. 2010. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010. Tese. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2024.

PINTO, Regina Pahim. **Movimento Negro e Educação do Negro: a ênfase na identidade**. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 86, p.25-38, ago. 1993. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/893.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2024.

PINTO, Ana Flávia Magalhaes. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação. 2006. Disponível em: <<http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf>> Acesso em: 26 mai. 2024.

RIBEIRO, Cristiane Maria. 2005. **Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas**. Tese (Doutorado em Educação) Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2359/TeseCMR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 27 abr. 2024.

_____. Cristiane Maria. **Anti-racismo e Educação: o projeto político pedagógico das lideranças negras de Uberlândia**. 2000. DISSERTAÇÃO. Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. **Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro**. 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n2p555/28245>> Acesso em: 01 jun. 2024.

ROSA, Júlio César da. **CLUBES NEGROS EM SANTA CATARINA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: histórias, memórias e trajetórias**. 2018. Disponível em:

<<https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/309/248>> Acesso em: 10 mai. 2024.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O movimento negro e a crise brasileira**. In Rev. Política e Administração. Nº 2 jul./set-1985, RJ.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820-1943)**. Dissertação. Porto Alegre. 2011. Disponível em:

<<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2373>> Acesso em: 11 mai. 2024.

SILVA, Luiz Gustavo Santos da. **A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS (ABPN) E OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (NEABS): PRODUÇÕES ANTIRRACISTAS**. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/25341/25341>> Acesso em 15 abr. 2024.

SILVA, Marcell da. **A política educacional para as relações étnico-raciais: notas a partir da atuação dos NEABIs no IFSUL**. 2023. Dissertação. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13738780> Acesso em: 10 mai. 2024

SILVA, Rosa Maria da. **NEABI/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais**. 2022. Tese. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35494/1/NEABI_IFTM%20Campus%20Uberaba.pdf> Acesso em: 07 abr. 2024.

SILVEIRA, Yume Kikuda. **SOBRE QUILOMBOS E TERRITÓRIOS: UM ESTUDO NA COMUNIDADE MANDIRA**. 2017. Disponível em:

<<https://repositorio.unesp.br/bitstreams/b5d3afb6-64fd-4125-8b81-f69b20c3dd66/download>> Acesso em: 02 mai. 2024.

SOUZA, Rosana Machade de. Dissertação. 2016. **TEATRO NEGRO E EDUCAÇÃO: entre políticas e corporeidades**. Disponível em:

<[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/48030/1/Souza%20Rosana%20M%20Teatro%20Negro%20e%20Educacao%20entre%20politicas%20e%20corporeidades](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/48030/1/Souza%20Rosana%20M%20Teatro%20Negro%20e%20Educacao%20entre%20politicas%20e%20corporeidades.pdf)>.pdf Acesso em: 10 mai. 2024.

SOUZA, Sandra Regina Alves de. **O Núcleo afro-brasileiro e indígena de Ilha Solteira e a formação inicial de professores de ciências e matemática**. 2021. Dissertação. <Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/4e195c28-1d83-4428-9dec-25dae52cd0a4/content>> Acesso em: 04 jun. 2024.

3. COMPREENDENDO O NEABI: CONCEITO, HISTÓRIA E SEUS IMPACTOS E INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA⁹

Resumo

Este artigo buscou conceituar os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABIs, descrever a história do seu surgimento e desenvolvimento, considerando como marco temporal desde os primeiros grupos de estudos voltados para temáticas étnico-raciais no Brasil até a atualidade. Para atingir esse propósito, adotamos uma metodologia que abrange a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Realizamos uma revisão bibliográfica em fontes acadêmicas, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), repositórios institucionais e base Scielo, além de consulta a livros e artigos que discutem o tema. Para a análise documental, procuramos Leis, Decretos e Resoluções que estabelecem diretrizes governamentais para implementação e/ou criação dos NEABIs. Além disso, apresentamos o conceito de NEABI sob diferentes perspectivas, demonstramos a trajetória dos grupos de estudos voltados para a temática étnico-racial no Brasil, cuja origem remonta à década de 1950, quando surgiram as primeiras iniciativas acadêmicas. Também se apresenta o contexto de surgimento dos NEABIs no Brasil e em Minas Gerais, visando compreender as condições históricas, sociais e políticas que levaram à criação desses núcleos. O estudo revelou que os primeiros núcleos de pesquisa surgiram na década de 1950, impulsionados por intelectuais negros que buscavam combater o racismo através da produção do conhecimento acadêmico. Concluimos que a atuação dos NEABIs no cenário educacional brasileiro é, portanto, importante para o avanço de políticas inclusivas e para a promoção de uma educação que reconhece, respeita e valoriza as identidades afro-brasileiras e indígenas presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: NEABI; Definição; Educação Étnico-Racial; Antirracismo.

⁹ Parte do conteúdo deste artigo foi aceita para publicação na Revista Interterritórios.

3.1. Introdução

Este artigo buscou conceituar os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABIs, descrever a história do seu surgimento e desenvolvimento, considerando como marco temporal desde os primeiros grupos de estudos voltados para temáticas étnico-raciais no Brasil até a atualidade. Esses núcleos surgiram como resposta às demandas históricas de inclusão e valorização da população negra e indígena brasileira. Estão presentes em diversas instituições de ensino, com o foco na promoção da igualdade, combate à discriminação e ao racismo, além de fortalecer a identidade étnico-racial por meio de atividades que podem contemplar o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para alcançar o objetivo proposto, adotou-se uma metodologia de natureza qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica. Essa abordagem possibilita uma compreensão aprofundada de referenciais teóricos que dialogam com a temática em questão, permitindo a sistematização do conhecimento já produzido sobre o assunto. Nesse aspecto, Bastos; Ferreira (2016), esclarecem que a pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que busca responder a um problema por meio da análise de materiais já publicados, incluindo livros, artigos científicos, dissertações e teses. Esse tipo de estudo se fundamenta em produções acadêmicas previamente submetidas a rigorosos critérios científicos, assegurando a validade e a confiabilidade das informações apresentadas à comunidade acadêmica e à sociedade.

Nesse contexto, para a seleção dos estudos que fundamentam esta pesquisa, foram consultadas bases de dados acadêmicas, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da CAPES e repositórios institucionais. A busca foi orientada pela relevância dos estudos para a temática investigada, priorizando produções que contribuíssem para a compreensão das dinâmicas socioculturais, educacionais e políticas que envolvem os NEABIs e grupos correlatos. Foram consideradas publicações de diferentes períodos, permitindo uma visão ampla da evolução conceitual e metodológica sobre o tema. Nesse contexto, destacam-se as produções acadêmicas de Domingues (2007), Gomes (2009), Mourão (2011), Oliveira (2014) e Ratts (2011), cujas pesquisas fornecem subsídios teóricos importantes para este estudo.

Cabe destacar, ainda, a utilização de obras relevantes para a compreensão do papel e da atuação desses núcleos e grupos correlatos. Entre elas, destaca-se Marques; Silva (2016), organizadores da obra “Educação, Relações Étnico-Raciais e Resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil”, analisam as experiências de

NEABIs e grupos correlatos em diferentes regiões do Brasil, abordando suas contribuições para o ensino, pesquisa e extensão. O estudo apresenta um panorama de setenta e dois NEABIs e grupos correlatos registrados no Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS) na época, indicando suas respectivas localizações e instituições vinculadas. Além disso, evidencia as trajetórias e a organização de dezesseis desses grupos, consolidando-se como uma referência essencial para pesquisadores, educadores e gestores ao fornecer subsídios para a democratização do conhecimento e a valorização da diversidade cultural.

Outra obra utilizada na pesquisa foi organizada por Coelho; Silva e Soares (2016), intitulada “Núcleo Gera dez anos: entre a Universidade e a Escola Básica”, a qual aborda os eventos promovidos pelo núcleo no período de 2006 a 2016. Além de documentar as atividades realizadas, a obra reúne depoimentos de membros que vivenciaram experiências transformadoras ao longo de sua participação, evidenciando seu impacto na formação acadêmica, cultural e social dos envolvidos. Dessa forma, a obra contribui para a compreensão da importância desses espaços na promoção do pensamento crítico, bem como na valorização das identidades e expressões culturais.

Na análise documental, procuramos normativas legais, incluindo Leis, Decretos e Resoluções que têm estabelecido diretrizes governamentais para a criação e a implementação dos NEABIs. Essa abordagem permitiu observar as transformações ocorridas ao longo do tempo, considerando o marco temporal definido, desde os primeiros grupos de estudos étnico-raciais até os mais contemporâneos.

Inicialmente, apresentamos o conceito de NEABI sob diferentes perspectivas. Também abordamos seus objetivos e finalidades para compreendermos o contexto de atuação desses núcleos. Além disso, apresentamos as experiências dos membros, conforme relatado em alguns estudos, enfatizando as transformações sociais, acadêmicas e profissionais proporcionadas por esses núcleos e/ou grupos correlatos.

Em seguida, exibimos a trajetória dos grupos de estudos voltados para a temática étnico-racial no Brasil, cuja origem remonta à década de 1950, quando surgiram as primeiras iniciativas acadêmicas. Esses grupos pioneiros, constituídos especialmente por pesquisadores negros, dedicaram-se a produção de conhecimento com pesquisas sobre as relações raciais. Posteriormente, demonstramos o contexto de surgimento dos NEABIs no Brasil, em Minas Gerais para compreendermos as condições históricas, sociais e políticas que levaram à criação desses núcleos. Com base no exposto, pretendemos por meio deste artigo possibilitar a compreensão do papel dos NEABIs na educação brasileira e na sociedade, destacando suas

conquistas, desafios e impactos na produção do conhecimento e na promoção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

3.2. NEABIs: uma abordagem conceitual

Nesse contexto pedagógico direcionado para a educação nas relações étnico-raciais, os NEABs desenvolvem-se como espaços e fóruns que se estabeleceram como locais de destaque para a reunião, coordenação, discussão e formulação de propostas de estudos e pesquisas. Esses núcleos envolvem intelectuais tanto negros(as) quanto não negros(as), que trabalham com a temática das relações raciais, tanto no ambiente institucional quanto fora dele (Siss; Barreto; Oliveira, 2013).

Ao definir os NEABs, Gomes (2009) destaca que são nestes locais que os intelectuais negros brasileiros atualmente geram conhecimento.

Os NEAB's são núcleos compostos de pesquisadores e pesquisadoras, na sua maioria negra, que tematizam a diversidade étnico-racial e realizam ações de ensino, pesquisa e extensão voltados para a mesma. Esses núcleos, apesar de nem sempre ocuparem lugares hegemônicos no interior das universidades onde estão localizados possuem uma atuação que se traduz na produção de um conhecimento politicamente posicionado. À questão étnico-racial não é considerada pelos pesquisadores que os integram apenas como mais um tema de pesquisa, mas, sim, como uma questão social, política e de pesquisa que demanda da universidade a produção de novos conhecimentos e do Estado novas formas de intervenção na luta anti-racista (Gomes, 2009, p. 427).

Segundo Ratts (2011), muitos NEABs são como espaços negros em meio a um ambiente branco.

Vários NEABs se constituem como “territórios negros no espaço branco” acadêmico, se tornam grupos de estudos e pesquisas, realizam projetos de extensão e de qualificação de professores/as para a educação das relações étnico-raciais (no espírito da lei 10639/03) e elaboram propostas de ações afirmativas para a população negra (Ratts, 2011, p. 36).

Nesse contexto, Siss, Barreto e Oliveira (2013) afirmam que os NEABs têm como objetivo se estabelecer como um centro de referência que coordena e impulsiona atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro do campo de estudos afro-brasileiros. Alves (2020), amplia os objetivos do NEABI ao incluir a importância do diálogo com os envolvidos:

Dentre os objetivos que o Neabi representa estão referenciados o diálogo com as disciplinas, com docentes, discentes e comunidade, favorecendo a interdisciplinaridade e a construção do conhecimento através da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão (Alves, 2020, p. 4).

Ainda com relação ao objetivo dos núcleos, Souza (2021) aponta que buscam promover a educação para relações étnicas e valorizar os legados de grupos historicamente excluídos, como negros e indígenas.

A educação para as relações étnicas, a produção de etnicidades, a valorização de diferentes legados, especialmente de coletivos negros, indígenas que, historicamente, foram excluídos dos espaços de produção de conhecimento, têm sido centrais para a produção de outros saberes e epistemologias que tencionam a ciência eurocêntrica, esse movimento de descolonização do pensamento e enfrentamento do racismo tem sido um dos objetivos dos NEABIs em todo território brasileiro (Souza, 2021, p. 56).

Oliveira (2014) acrescenta, que os NEABs se constituíram como espaços de formação política e produção de conhecimento, onde a questão racial passou a ser discutida e pesquisada.

Institucionalmente, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros transformaram-se em *locus* privilegiados de formação, aglutinação, articulação, debates, propostas de estudos de pesquisas de negros(as) e não negros que atuam academicamente com a temática das relações raciais e cultura afro-brasileira e suas intersecções no campo da educação e cultura. Em outras palavras, os NEABs constituíram-se polos de formação política onde se concentram e circulam os intelectuais negros no sentido antes definido por Santos (Oliveira, 2014, p. 200).

Ainda de acordo com Oliveira (2014), por meio do desenvolvimento de suas atividades, os NEABs estão se tornando cada vez mais espaços de formação e de produção de conhecimento numa sociedade profundamente estratificada, preconceituosa e desigual como a brasileira.

Para Marques; Silva (2016), os NEABIs são núcleos que buscam fortalecer a luta e a resistência, com o objetivo de valorizar a população negra e assegurar a expansão de direitos através de iniciativas acadêmicas que contribuem para a formulação de políticas destinadas à eliminação do racismo e da discriminação. Segundo Dias (2020), os NEABIs despontam com funções de apoio ao processo de implementação às Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Apresentam-se como ações afirmativas que têm como objetivo a valorização da identidade, memória e cultura das consideradas “minorias” (no caso dos NEABI’s, as minorias afro-brasileiras e indígenas), reivindicadas historicamente pelos movimentos afro-referenciados, os quais se organizam para lutar por igualdade de reconhecimento, por mais democracia, para que suas diferenças sejam aceitas (Dias, 2020, p. 58).

Ao definir NEABs, Roza (2022a), afirma que eles são, em sua maioria, compostos pela intelectualidade negra servindo como ponto de referência e apoio para intelectuais que estudam questões étnico-raciais e se dedicam à luta antirracista.

Os NEABs são espaços majoritariamente negros engendrados pela intelectualidade negra no âmbito das universidades e outras instituições de ensino. São um encontro, que se faz no ambiente acadêmico, com o intuito de enegrecer a produção de conhecimento, de ser um espaço de referência para intelectuais negros(os) e não negros(os) nas universidades, que tematizam a questão étnico-racial e se dedicam às lutas antirracistas, de ser um encontro acadêmico, político e afetivo (Roza, 2022a, p. 100).

De acordo com Gomes (2009), a produção acadêmica e política dos NEABs questiona a perspectiva de conhecimento científico que se encontra dissociada da realidade social e política do país, bem como das necessidades apresentadas pelos movimentos sociais e diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, Martins; Souza (2021), destacam a relevância do NEABI em suprir essa ausência.

[...] Daí a importância da consolidação do NEABI enquanto instância que prima pelos estudos e projetos que despertem o olhar da comunidade escolar para as relações étnico-raciais, mas sobretudo enquanto ponto de debate das questões atuais dos povos negros e indígenas (Martins; Souza, 2021, p. 11).

Na sequência, será abordada a diversidade de significados atribuídos aos NEABIs no contexto institucional.

3.2.1. NEABIs: pluralidade de significados

Outro aspecto a ser examinado é a polissemia dos NEABIs no contexto educacional. A esse respeito, Roza (2022a) esclarece que esses núcleos apresentam uma variedade de significados, refletindo nas diversas denominações que recebem nas instituições de ensino. Eles podem ser chamados de Núcleos de Estudos Africanos e Afrodescendentes, Núcleo de Estudos Afrodescendentes e Indígena, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, e outros grupos correlatos, bem como Laboratórios, Programas, Grupos, Centros, Observatórios, Redes e Órgãos, dentre outros. A autora afirma que a institucionalização é um processo complexo e diverso. Os núcleos podem nascer institucionalizados com a denominação NEAB ou com outras denominações como tentativa de

inserção na estrutura organizacional. Também é comum a institucionalização ocorrer após um período de existência do núcleo, ou ainda haver núcleos que existem e resistem, mas não são reconhecidos institucionalmente.

Menciona que a polissemia em volta dos NEABs envolve alguns aspectos. Que a trajetória desses núcleos, a inserção da intelectualidade negra, e de aliados não negros nesses espaços, resulta de estratégias desenvolvidas no ambiente institucional. Essas estratégias podem incluir a inserção no organograma da universidade, a obtenção de recursos com base em demandas específicas do coletivo institucional, ou a manutenção de uma dinâmica própria, sem se preocuparem com o enquadramento institucional.

Subsidiando a análise de Roza (2022a), Miranda *et al.* (2018), relatam que os nomes atribuídos aos grupos registrados na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN variam devido à orientação específica de institucionalização implementada em cada instituição de ensino. Diante dessas condições, destaca-se a similaridade entre esses grupos, núcleos ou laboratórios, que se dedicam a realizar ações no âmbito da pesquisa, ensino e extensão, com foco nas relações raciais no Brasil, bem como na história e cultura afro-brasileira e africana. A seguir, apresentam-se as iniciativas dos NEABIs e grupos correlatos com ênfase em suas contribuições para a consolidação da educação étnico-racial no ambiente institucional.

3.2.2. Atuação dos NEABIs e Grupos Correlatos

Os trabalhos realizados pelos NEAB's nas áreas de pesquisa, ensino e extensão dentro das universidades em todo o país distinguem-nos de outros espaços, caracterizando-os como sujeitos ativos e coletivos na luta ideológica contra o racismo. Os autores afirmam que o racismo opera como uma ideologia dominante e está disseminado por toda a sociedade, inclusive nas universidades, funcionando como um sistema de valores culturais que permeia, penetra, socializa e integra o sistema social em sua totalidade. Nesse contexto, os NEAB's ganham crescente importância e significado, tornando-se espaços de formação e produção de conhecimento contra-hegemônico. Além de combater o racismo do ponto de vista epistemológico, esses núcleos também enfrentam o racismo institucional (Siss; Barreto; Oliveira, 2013).

De forma a exemplificar a atuação dos núcleos e grupos correlatos, assinalamos Marques; Silva (2016), organizadores da obra Educação, Relações Étnico-Raciais e

Resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil, apresentam as experiências dos NEABIs e grupos correlatos das diferentes regiões do País com o objetivo de divulgar o contexto de produção do conhecimento e as ações realizadas pelos núcleos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. A obra apresenta um quadro com os setenta e dois NEABIs e grupos correlatos registrados no CONNEABS na época, incluindo sua localidade e instituição. Além disso, demonstra as ações e as produções científicas desenvolvidas por dezesseis NEABIs e grupos correlatos de diferentes regiões do Brasil, nos quais eles expõem sua trajetória, organização e atuação. A seguir apresentamos alguns exemplos da atuação dos NEABIs e grupos correlatos.

Bente, Pereira e Costa (2016, p. 20) descrevem que o Núcleo de Estudos Africanos e Afrodescendentes - NEAAD da Universidade Federal de Goiás, teve sua origem no ano de 2005, sob a coordenação dos professores: Alecsandro (Alex) J.P. Ratts e Joaze Bernadino Costa. Esse núcleo “desenvolveu ações de pesquisa e extensão com alunos e professores de vários cursos da UFG, além de se consolidar junto à rede nacional e internacional de pesquisadores que discute as relações étnico-raciais”. Em 2011, o núcleo passou por reestruturação e foi nomeado Núcleo de Estudos Afrodescendente e Indígena sob a liderança das professoras Mariana Cunha Pereira e Cristiane Maria Ribeiro, com o seguinte objetivo:

Nosso objetivo é discutir as relações étnico-raciais na escola, tendo como *locus* tanto o município de Goiânia quanto a região metropolitana, procurando demonstrar os diferentes recortes pelos quais é possível discutir e contribuir com a implementação das ações que consolidam as Diretrizes da Educação para as Relações Étnico-raciais, bem como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Nossa contribuição é uma reflexão sobre como a Educação das Relações Étnico-raciais/ERER tem encontrado um campo fértil de debate e, ao mesmo tempo, alguns entraves (Bente; Pereira; Costa, 2016, p. 23).

Algumas atividades realizadas pelo núcleo na época incluem: curso piloto para professores da Rede Municipal de Goiânia intitulado: Educação Antirracista: desafios e perspectivas. Uma nova edição do curso, voltada para os técnicos, recebeu o título: Apoio Pedagógico. Além disso, a criação do Projeto Permanente de Colóquios – Colóquios do NEAD, realização de eventos e seminários, proposição de ações interdisciplinares, desenvolvimento de projeto de extensão, apoio ao surgimento da Comissão de Ação Afirmativa – CAF, dentre outras (Bente; Pereira; Costa, 2016).

Outro exemplo é o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – LEAFRO/NAEAB-UFRRJ teve o início de suas atividades no primeiro semestre de 2006, com “o objetivo de produzir, incentivar e acompanhar as políticas de ação afirmativa nas instituições, no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio

de Janeiro” (Siss; Fernandes; Costa, 2016, p. 125). Entre as iniciativas, ressalta-se a criação do Programa Observatório das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior (OPAA). Este laboratório vem atuando no campo das ações afirmativas e no ensino superior, contribuindo com as discussões sobre a necessidade e a viabilidade de se estabelecer uma política de ação afirmativa racial ou etnicamente direcionada aos Afro-Brasileiros. Seu objetivo é promover o ingresso e a permanência bem-sucedida de estudantes negros(as) no ensino superior, particularmente na UFRRJ (Siss; Fernandes; Costa, 2016).

Em acréscimo, destaca-se o Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos – CEPAIA. Fundado em 1996 e localizado no Centro Histórico de Salvador. A partir de 1999 a gestão do centro passou a ser responsabilidade da Universidade do Estado da Bahia. Sua função é promover estudos, debates para questionar perspectivas etnocêntricas e avançar políticas de igualdade étnico-racial, com foco nas populações negras e indígenas (Mattos; Macêdo, 2016).

[...] função passou a ser a promoção de estudos, pesquisas e formação, estabelecendo-se como um espaço de debate e interlocução sobre as populações negras e sobre os povos indígenas do Brasil e das Américas, de modo a fortalecer a revisão crítica de noções etnocêntricas e o processo de institucionalização de políticas públicas de promoção da igualdade étnico-racial (Mattos; Macêdo, 2016, p. 171).

O CEPAIA está organizado em três áreas temáticas: ações afirmativas, África e Diáspora e Africanidades Brasileiras e Comunidades Tradicionais e Religiosidade. Entre as ações mais relevantes destacam-se: O Seminário Áfricas (realizado nos anos de 2009, 2010 e 2011), Programa de Formação Inicial nos Estudos Africanos: História, Antropologia e Literatura 2009 e a Conferência Ações Afirmativas em 2011 (Mattos; Macêdo, 2016).

O Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-raciais - GERA teve suas atividades iniciadas no ano de 2006. Seu objetivo reside:

[...] no aprofundamento do conhecimento sobre relações étnico-raciais na análise de questões relacionadas à formação educacional e cultural contemporânea a partir da realidade amazônica. Trata-se de uma diretriz para o atendimento desse chamado à responsabilidade sobre o qual dispõe as ações do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Coelho; Soares, 2016 p. 60).

O núcleo desenvolve suas atividades por meio da formação, discussão, divulgação e projetos de pesquisa. O trabalho de pesquisa envolve pesquisadores consolidados, alunos de programas de pós-graduação, nos níveis de mestrado e doutorado e alunos de graduação por intermédio da concessão de bolsas de Iniciação Científica. Além disso, inclui atividades sistemáticas de estudo, sendo a participação nessas atividades é condição para permanência no

núcleo. O núcleo também promove eventos científicos, cursos de especialização em relações raciais, formação continuada nas escolas e publicações (Coelho; Soares, 2016).

Santos; Almeida; Borges (2016), no estudo denominado NEAB/CEFET/RJ: trajetória antirracista na rede profissional e tecnológica de ensino, os autores narram que a criação do núcleo ocorreu em maio de 2008 e que ele se apresenta como observatório de questões étnico-raciais e espaço de atuação da comunidade do CEFET/RJ. Seu objetivo:

[...] incentivar, apoiar e promover políticas de ação afirmativa, cuja proposta principal seja articular e promover atividades de estudo, ensino, pesquisa e extensão relacionadas a temáticas concernentes a população negra, a cultura afro-brasileira e africana e as diásporas africanas, como também ao cumprimento da Lei nº 10.639/2003 (Santos; Almeida; Borges, 2016, p. 252).

Dentre as diversas ações realizadas pelo núcleo, os autores relatam que ocorreu a revisão da matriz curricular de algumas disciplinas, instituição do projeto de Iniciação Tecnológica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica, criação de grupo de pesquisa além de realização de seminários. Também se enquadram nessas ações: realização de reuniões, parceria com o programa de pós-graduação, realização de eventos, roda de conversa, dentre outras.

Os NEABIs e grupos correlatos se apresentam como uma iniciativa inclusiva e inovadora em um cenário desafiador, com a intenção de remediar as desigualdades históricas causadas pelo racismo. Isso ressalta a necessidade premente de abordar temas relacionados à identidade cultural, processos identitários, senso de pertencimento e empoderamento, abordando dimensões físicas, sociais e culturais, e auxiliando na conexão do indivíduo com suas raízes ancestrais (Dias, 2020).

Siss; Barreto; Oliveira (2013), destacam que, especialmente no campo da educação, os NEABs têm demonstrado uma atuação proativa e bem-sucedidas, dentro e fora das universidades. Isso é evidenciado pela formação continuada de professores por intermédio da realização de cursos de extensão, aperfeiçoamento e Pós-Graduação Lato Sensu, seminários, simpósios, ciclos de palestras e debates, pesquisas, entre muitas outras atividades também desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação Stricto-Sensu. Essas iniciativas têm como principal objetivo a implementação, implantação e institucionalização da Lei 10.639/2003, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP 01/2004 e Parecer do CNE/CP 03/2004), assim como o Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes (2009).

Com base nas iniciativas apresentadas, percebe-se que a finalidade intrínseca desses núcleos reside na promoção de estudos, pesquisas, formação, conscientização e, sobretudo, no estímulo a reflexão crítica e ao respeito à diversidade, contribuindo assim para a formação de cidadãos críticos e emancipados.

3.2.1. A voz dos membros: impactos e transformações

Os depoimentos a seguir destacam os impactos que a participação no NEABI ou em grupos correlatos promoveram em seus membros. Eles relatam experiências de crescimento profissional, acadêmico e pessoal, enfatizando a importância do núcleo na valorização da cultura afro-brasileira e sua contribuição para o fortalecimento da identidade étnico-racial. Além disso, ressaltam o papel do NEABI na promoção de um ambiente inclusivo e na formação antirracista. Nesse contexto, Martins; Souza (2021), afirmam que o trabalho teórico e prático desenvolvido pelo NEABI é fundamental para implementar a educação das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, “uma vez que auxilia na formação de sujeitos emancipados, críticos e capazes de se manifestarem publicamente enquanto cidadãos” (Martins; Souza 2021, p.12).

Sob essa perspectiva, a atuação do Núcleo GERA exemplifica essa dinâmica. Com sua jornada iniciada em 2006, abordou em uma de suas publicações, intitulada Núcleo Gera dez anos entre a Universidade e a Escola Básica (2016), os eventos organizados pelo núcleo no período de 2006 a 2016. A obra também traz depoimentos de membros que tiveram experiências transformadoras na sua participação no núcleo.

Ter passado pela iniciação científica e ser integrante do Núcleo Gera somaram e muito em minha formação, tanto profissional quanto pessoal. Pois foi possível rever conceitos e corrigir posturas diante das temáticas que são tão caras ao Núcleo. Recebi uma formação para o enfrentamento do racismo, da discriminação e do preconceito; seja no espaço escolar, enquanto professor, ou na sociedade (Rafael da Silva Oliveira, p. 41).

E a militância acadêmica do Núcleo Gera – que passou também a ser a minha – consiste em formar professores para que não reproduzam desigualdades de diálogo com estudantes e respeitem a diversidade constitutiva da sala de aula (Camille Gouveia Castelo Branco Barata, p. 43).

[...] Acredito que em todos que ali passaram foram despertados para o seu potencial em modificar a realidade, fazer acontecer e fortalecer a educação em seus diversos contextos. Meu agradecimento será eterno, assim como minha lembrança quando

alguém pergunta, por exemplo, “onde você aprendeu todas essas coisas?” E, com orgulho, posso dizer: com a professora Wilma Coelho, no Núcleo Gera. (Yuri Leandro do Carmo de Souza, p. 45).

Proporcionou uma oportunidade de repensar o papel de educadora e perceber que poderia ir além do repasse de conteúdo de uma disciplina e contagiar novos sujeitos em defesa de uma educação das relações raciais que realmente promova uma sociedade mais justa e igualitária. Imensamente grata ao Núcleo Gera! (Josimeire Gonçalves, p.48).

A partir dos depoimentos, observamos que a formação continuada possibilita uma prática pedagógica ética e eficiente, incentivando a autoavaliação e a reflexão contínua sobre conteúdos e contextos sociais. A formação em relações étnico-raciais capacita-os a lidar de maneira mais consciente e responsável com a diversidade cultural e a inclusão no ambiente educativo. Como aponta Oliveira (2020):

O aproveitamento das experiências nos cursos de formação continuada por profissionais reflexivos pode levar a uma atuação consciente, ética, responsável, eficiente, na proporção de como e por quais razões cada um internalizou as informações obtidas. Logo, são meios pelos quais auxiliam os professores (as) no exercício da reflexão sobre a prática pedagógica, sobre si mesmo (a), sobre os conteúdos a serem ministrados, sobre a cultura e o contexto social, no qual o espaço educativo está inserido (Oliveira, 2020, p. 58).

Já Silva (2018), em sua pesquisa intitulada: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) AYÓ: uma experiência em uma escola da rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro teve como objetivo analisar a trajetória histórica, política e pedagógica que marca a criação do NEAB dentro de uma escola de ensino fundamental, buscando refletir acerca das ações que impactam no cotidiano dos alunos, professores e comunidade do entorno, visando uma formação antirracista. Para isso, utilizou as narrativas dos indivíduos envolvidos com o NEAB para examinar a formação docente e as práticas pedagógicas. Segundo o autor, ao perguntar os professores quais eram as contribuições do NEAB AYÓ para a formação deles, ficou surpreso com os depoimentos:

Das contribuições do NEAB para minha formação, considero primordiais as conversas, sempre que o tempo permite, na sala dos professores, como também as leituras ofertadas, as reflexões sobre os trabalhos proposto aos alunos (Professora Célia Regina, p. 74).

O contato com o NEAB na Clementino Fraga, trouxe a mim uma inquietude e uma preocupação diante do que apresento ao meu aluno. Minha prática era contaminada por falas preconceituosas que eu reproduzia de forma mecanizada. Hoje me preocupo mais com relação a isso (Professora Marilene, p. 75)

Ajudou muito. Hoje penso o folclore de maneira mais ampla, incluindo as manifestações afro-brasileiras. Refletir sobre letras de cantigas tradicionais e expressões cotidianas de cunho racista (Professora Elisa, p. 75).

Tenho aprendido muito. Sobretudo, o verdadeiro significado de expressões populares de cunho racista (Professor Renato, p. 75).

O NEAB abriu minha visão para a questão afro-brasileira dentro da escola. Principalmente no trabalho de conscientização dos alunos desde muito pequenos. O aluno se reconhecer e se aceitar, além de aceitar e reconhecer o outro dentro da sociedade (Professora Isabelle, p. 75).

Além de trazer informações pertinentes e importantes para o nosso conhecimento, formação e trabalho pedagógico na UE, o NEAB contribui muito com os projetos, ações e intervenções diretas e indiretas, facilitando às crianças conhecer e ter contato com aspectos culturais e temáticas que são pouco abordadas no âmbito escolar. Assim contribui para a prática de conscientização social e cultural, valorização e respeito (Professora Taís, p. 75).

(...) ter o NEAB, é ter a oportunidade de formar estas crianças pessoas mais respeitadas, crianças conhecedoras de seus direitos, crianças críticas que não vão aceitar passar pelo preconceito, uma condição que é imposta, quando não deve ser. Então a aceitação do NEAB, foi para que nós tivéssemos a oportunidade de formar as nossas crianças o que nós não tínhamos antes, que a gente não conseguia formar antes, porque nós tínhamos uma direção que dizia que a escola não precisava disso, só que a escola sempre precisou (Diretora da escola, p. 43).

Nesse contexto, Lopes *et al.* (2021), afirmam que a teoria e a prática sempre estiveram interligadas no contexto dos NEABs. As iniciativas implementadas pelo núcleo visam não apenas disseminar conhecimentos teóricos, mas também criar espaços de reflexão e ação que contribuam para a formação antirracista e a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Outro exemplo positivo dessa realidade pode ser identificado no estudo apresentado por Faria; Alves; Silva (2022) intitulado: O grupo de estudos Ações Afirmativas (GEAA): uma construção coletiva de estudantes negras(os). O artigo busca apresentar os sentidos que estudantes negras e não negras atribuem ao Grupo de Estudos Ações Afirmativas (GEAA). Este grupo é uma das ações desenvolvidas pelo Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Os autores utilizaram as narrativas dos integrantes do grupo com o intuito de compreenderem a importância desses coletivos na valorização da autoestima, construção da identidade e do fortalecimento construído coletivamente. Afirmam que o Programa Ações Afirmativas, e outras experiências do NEAB ou grupos correlatos, tornam-se essenciais ao se estabelecerem como “verdadeiros aquilombamentos acadêmicos, capazes de contribuir com a formação antirracista estudantil universitária” (Faria; Alves; Silva, 2022, p. 145). Os depoimentos a seguir ilustram como o grupo tem contribuído na formação antirracista e emancipatória dos estudantes negros(as).

Hoje é uma experiência extremamente importante pra mim, faz parte da minha trajetória acadêmica e não só da minha trajetória acadêmica, mas me auxilia a entender os espaços que ocupo fora da Universidade. Os meus ciclos e afetos que me faz entender também a vida de um jeito mais leve, porque eu ficava bem pilhada, bem preocupada com algumas questões, um medo imenso de não me sentir em casa quando eu estava com algumas pessoas e em alguns ciclos sociais. Fazer parte do GEAA, me possibilita que eu encontre meios de fazer a minha casa, que eu encontre também locais que sejam casa, a possibilidade de eu me aquilombar. Então o GEAA contribui racialmente na minha construção enquanto estudante e pesquisadora, no caso eu ainda não sou pesquisadora, mas enquanto estudante, essa necessidade de ocupar espaços dentro da Universidade, que eu entendo também que são meus por direito, enquanto estudante negra, que é a possibilidade de levar minhas vivências pros espaços de sala de aula, para minhas atuações e para fazer compartilhar saberes. O GEAA é um movimento de poder me aquilombar, estar dentro enquanto estudante sem precisar separar do que sou para me fazer presente porque me entendo como sujeito integral por um todo, que eu levo cada coisa que aprendo de um lugar para o outro. Então, isso tem sido mais ou menos a minha meta, o meu caminho acadêmico, principalmente na questão de entender que tenho vontade de entrar para pesquisas ou mapear questões de corpo-território com sujeitos negros e as relações étnico-raciais dentro da educação (Mahin, graduanda do curso de Pedagogia, p. 141-142).

E como estudante e pesquisadora, o GEAA agregou muito, racialmente falando, porque primeiro eu me racializei né? Me entendi como pessoa branca. Acho interessante o fato de eu ser a única pessoa branca, sabe? Da pra gente refletir bastante sobre. Eu entendi o meu papel, a minha posição racial e entendi a importância de me pronunciar diante às questões raciais. E também, a partir do GEAA eu fiquei com mais vontade de me fortalecer e fortalecer a minha argumentação porque eu sei que no local que eu ocupo, às vezes vou ser mais ouvida, e a minha voz contra o racismo, ela precisa ser mais incisiva. Por causa do GEAA eu fiquei com vontade de me armar de argumento, porque eu entendi qual que é meu papel nessa luta (Mel graduanda do curso de Pedagogia, p. 142-143).

E ser parte deste coletivo com graduandas(os) negras(os) e brancas(os), acredito que para mim, fala muito sobre permanência e nutrição do meu eu e dos meus pares, fortalecimento do ser e do autoconhecimento da sua ancestralidade e atualidade (...). Ademais, para além, dos seus estudos e debates, centralizar-se dentro de pautas de caráter étnico-raciais, de ações afirmativas, O GEAA é um encontro de pares, ação afirmativa de permanência e resistência. (Odara graduanda do curso de Pedagogia, p. 143).

Com base nas vivências dos membros, notamos mobilizações direcionadas à construção de perspectivas futuras no estudo das relações étnico-raciais. Além disso, essas mobilizações contribuem para o desenvolvimento de conhecimentos que promovem uma educação emancipatória, democrática e antirracista. Outro ponto a ser considerado diz respeito a formação continuada de docentes, observamos que contribuiu para reavaliar as práticas pedagógicas na perspectiva da educação étnico-racial.

Conforme afirmam Martins; Souza (2021), é fundamental que o NEABI e as instituições educacionais se posicionem ativamente contra as injustiças sociais, especialmente o racismo. Isso requer uma profunda reestruturação das bases pedagógicas, iniciada por meio de discussões abertas sobre as relações étnico-raciais. As instituições de ensino são espaços essenciais para

essa transformação, devendo ser promotoras de emancipação e do respeito à diversidade. Complementando, Roza (2022b) declara:

Sobre os NEABs, são espaços engendrados pela intelectualidade negra acadêmica e outros sujeitos aliados da luta antirracista, onde se desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para as relações étnico-raciais (Roza, 2022b, p. 484).

Nesse sentido, é importante a criação de espaços, de resistência e liberdade, que reflitam o propósito do NEABI na luta contra as injustiças sociais. Tal como os quilombos, que historicamente simbolizam a resistência negra no Brasil, que acolhia negros e não negros, o NEABI se configura como um espaço contemporâneo de fortalecimento da identidade étnico-racial, de educação antirracista e promoção da inclusão. Esse espaço não acolhe apenas indivíduos negros, mas também inclui não negros que compartilham do propósito do NEABI. Dessa forma, o NEABI representa a possibilidade de manter viva a esperança de um futuro em que a diversidade seja respeitada e todas as vozes sejam ouvidas.

Na sequência, será apresentado um breve histórico do contexto que envolve o surgimento dos NEABIs destacando a criação de centros de estudos na década de 1950, ilustrando o desenvolvimento dessas iniciativas em prol da promoção da igualdade étnico-racial e do reconhecimento das culturas afro-brasileira e indígena no cenário acadêmico brasileiro.

3.3. Surgimento dos NEABIs e Grupos Correlatos: um breve histórico

A luta dos movimentos sociais negros por educação formal e a demanda por políticas educacionais que reconhecessem as desigualdades raciais profundamente enraizadas na sociedade brasileira sempre foram pontos centrais defendidos na história desses movimentos (Marques et al., 2016). Domingues (2007), em sua pesquisa Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos, descreve a formação desse movimento.

Já na primeira fase do movimento negro na era republicana (1889-1937), emergiram organizações de perfis distintos: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, grupos “dramáticos”, jornais e entidades políticas, as quais desenvolviam atividades de caráter social, educacional, cultural e desportiva, por meio do jornalismo, teatro, música, dança e lazer ou mesmo empreendendo ações de assistência e beneficência. Em momento de maior maturidade, o movimento negro se transformou em movimento de massa, por meio da Frente Negra Brasileira. Na segunda fase (1945-1964), o Movimento Negro retomou a atuação no campo político, educacional e cultural. Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do

Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis. Na terceira fase (1978-2000) surgiram dezenas, centenas de entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Negro Unificado (Domingues, 2007, p. 121).

A partir da década de 1980, em um período de intensa mobilização e participação social em direção à democratização do país, emerge uma nova geração de intelectuais negros, muitos dos quais vindos do Movimento Negro. Após a conclusão de seus estudos de pós-graduação, eles ingressam no meio acadêmico como pesquisadores, principalmente em instituições de ensino superior públicas. Embora a presença de pesquisadores negros fosse inicialmente limitada, ao longo da década de 1990, ela começou a se fazer notar nos círculos intelectuais do Brasil e no campo do conhecimento acadêmico (Oliveira, 2014).

Quando se menciona movimentos e grupos sociais organizados que lutam pela implementação de políticas públicas de reparação, especialmente no âmbito educacional, é importante realizar um recorte histórico para destacar o percurso iniciado pelas instituições pioneiras no Brasil, como a Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade de São Paulo - USP e Universidade Cândido Mendes - UCAM.

Neste cenário, Sansone (2011) discorre que no ano de 1959, sob a liderança do professor português Agostinho Silva, o Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO foi estabelecido na Universidade Federal da Bahia. Este centro representou um passo significativo, ao se posicionar como uma ponte de diálogo entre a universidade e a comunidade afro-brasileira, assim como entre o Brasil e as nações africanas e asiáticas. O autor também esclarece que o CEAO tem desempenhado um papel ativo em diversas frentes de pesquisa, ensino e extensão, em um contexto de crescente preocupação com questões raciais no Brasil, desempenhando um papel participativo no debate sobre políticas afirmativas.

Dentro desse cenário das lutas dos movimentos sociais negros e da organização de grupos de pesquisadores no meio acadêmico, torna-se oportuno mencionar também o surgimento do Centro de Estudos Africanos da USP – CEA. Mourão (2011), descreve que entre 1965 a 1968, o Centro de Estudos de Cultura Africana - CECA funcionou junto à antiga cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Já em 1969 foi estabelecido o Centro de Estudos Africanos - CEA e foi transformado em órgão interdepartamental de apoio ao ensino e à pesquisa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH. Salienta ainda, que muitos convênios foram formalizados com universidades africanas durante estes anos, possibilitando desenvolver um intercâmbio sadio que, entre outros benefícios, resultou em aproximações e conhecimento.

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA foi estabelecido por Cândido Mendes em meados de 1973, em associação com a Universidade Cândido Mendes. Este centro desempenhou um papel importante promovendo muitos debates acadêmicos, com a participação ativa de membros do Movimento Negro - MN em suas reuniões semanais. A colaboração do MN no CEAA também teve influência nas publicações da Revista Estudos Afro-Asiáticos, que, durante este período concentrou-se em temas relacionados a independência dos países africanos e questões do terceiro mundo (Schlickmann, 2016).

No contexto apresentado, acredita-se que as manifestações desses intelectuais foram fundamentais para as gerações futuras, uma vez que desafiaram os paradigmas impostos pela sociedade branca dominante. Além disso, Ratts (2011) destaca que na década de 1980 também surgiram alguns núcleos de estudos brasileiros.

Nos anos 1980, são criados alguns Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, protagonizados por mestres e doutores negros/as e com a colaboração de intelectuais brancos/as e outros. É o caso do NEAB-UFAL, NEAB-UFMA, CEAB-UCG (PUC-GO). Outros são criados na década seguinte: NEAB/UFSCar, PENESB-UFF, NUPE-UNESP e NEN-SC. Tais coletivos podem ter sido formados por uma quase totalidade de pesquisadores/as negros/as ou contar com a colaboração de estudiosos/as de outros pertencimentos étnico-raciais (Ratts, 2011, p. 36).

Nessa mesma perspectiva, Siss, Barreto e Oliveira (2013), afirmam que os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - NEABs tem suas raízes nas iniciativas desses professores negros, com formação em cursos de pós-graduação nas décadas de 1980 e 1990, muitos dos quais participantes do Movimento Negro. Esses professores começaram a integrar o corpo docente em universidades por todo país e a formar grupos, núcleos, laboratórios ou centros de estudos e pesquisas sobre as relações raciais no Brasil.

Prosseguindo com as contribuições dos autores anteriormente mencionados, os quais apontam que o surgimento dos NEABs ocorreu durante um período favorável ao processo de democratização do Estado brasileiro.

[...] surgiram numa conjuntura história favorável à democratização do Estado brasileiro, num momento em que as lutas e reivindicações do Movimento Negro nacional pautavam a necessidade do aprofundamento do debate sobre as questões raciais e a importância de ampliação dos espaços político-institucionais e acadêmicos para negros(as) no contexto das ações afirmativas (Siss; Barreto; Oliveira, 2013, p. 08).

De modo semelhante, Gomes (2009) afirma que os intelectuais negros que organizaram, fundaram e desempenham um papel ativo nesses movimentos são predominantemente aqueles que lideram, estabelecem e supervisionam os diversos NEABs que têm surgido no Brasil,

especialmente a partir de meados da década de 1990. E nesse mesmo período observa-se a ascensão de um número substancial de núcleos de pesquisa e extensão, marcando a gradual entrada de um novo contingente de intelectuais negros nas instituições de ensino superior públicas e privadas do país, engajados na luta pela erradicação do racismo.

Roza (2022a), destaca que a presença dos NEABs resultantes da organização e reivindicação de intelectuais negros, constitui uma evidência de que as experiências organizativas possibilitam o avanço na luta contra o racismo, tanto dentro quanto fora das instituições.

A existência dos NEABs, a partir da organização e da mobilização das(os) intelectuais negras(os) e a polissemia com que se configuram, demonstra que são experiências organizativas em movimento, que produzem energia, que deslocam ao mesmo tempo em que são deslocados, pela dinâmica das instituições e da própria sociedade. Não se trata de projetos acabados de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e seus correlatos. Entretanto a dinâmica da instituição, dos sujeitos que o compõem — docentes, técnico-administrativos, discentes, comunidade externa —, as possibilidades de avanços e recuos, as demandas que tencionam estes Núcleos vão moldando essa complexa rede institucional, que tem sido protagonista no combate ao racismo dentro e fora das universidades e demais instituições de ensino onde se localizam (Roza, 2022a, p. 81).

Segundo Oliveira (2014), esses pesquisadores articulam a militância política com a produção do conhecimento relacionado à realidade étnico-racial.

Esses grupos se organizam e se autodenominam com diferentes nomes nos espaços acadêmicos, desde meados dos anos noventa do século passado. Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), criada a partir do ano 2000, são exemplos concretos da atuação organizada desses intelectuais enquanto sujeitos coletivos. Através desses espaços os intelectuais negros buscam mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento com o objetivo de dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos socio-raciais e suas vivências (Oliveira, 2014, p. 199).

Com isso, a presença de professores e estudantes negros adquire uma maior organização e articulação, culminando em eventos que reivindicam a promoção de políticas públicas educacionais que visam beneficiar a população negra (Ratts, 2011).

São realizados eventos como o I Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília, em 1989, e o Seminário Nacional de Universitários Negros, em Salvador, no ano de 1993, que tem como tema “A universidade que o povo negro quer”. Este processo culmina em 2000, em Recife, na UFPE, com a organização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, no qual é criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), proposição do engenheiro e educador Henrique Cunha Jr.. Como participantes deste cenário, estão

graduandos/as e pós-graduandos/as que posteriormente assumem a docência e participam da consolidação e criação de NEABs, situação na qual me incluo, o que me permite tecer considerações como observador participante (Ratts, 2011, p. 36).

Adicionalmente, acrescenta-se que a Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em 20 de novembro de 1995 na cidade de Brasília, constituiu um ponto de partida para o reforço das demandas do Movimento Negro Brasileiro. Nesse cenário, os NEABs ganharam força no campo das ações afirmativas (Silva, 2018). Em decorrência dessa Marcha, Siss, Barreto e Oliveira (2013), destacam que esta teve impactos na participação do Brasil em duas conferências importantes: a I Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 2001, e a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, também em 2001. Além disso, reforçam a narrativa de que a partir da conferência Mundial, os NEABs proliferaram e estabeleceram como locais ou fóruns nos quais a questão étnico-racial é refletida e adquire maior destaque.

Ainda no ano de 2000, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – COPENE realizado em Recife, Pernambuco. Nesse evento foi aprovada a constituição da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN. Esta, com alcance nacional, atua na organização do COPENE, unindo produção teórica e ativismo político. Já o COPENE “prima pela construção científica na temática racial, por meio dos debates entre intelectuais africanos, afro-americanos e latino-americanos” (Oliveira, 2020, p. 136).

Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN é uma associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil (ABPN, 2024¹⁰).

A ABPN com o propósito de promover a pesquisa e o estudo das questões étnico-raciais estabeleceu parceria com os NEABs instituindo a Rede Nacional dos NEABs – CONNEABS.

O CONNEABS tem por finalidade o fortalecimento institucional de seus constituintes no que tange à implementação, acompanhamento e avaliação das políticas afirmativas nas instituições, bem como as iniciativas acadêmicas que visem a erradicação do racismo, da discriminação racial e o fortalecimento da identidade negra (Mattos; Marques, 2016, p. 5).

¹⁰ A informação está disponível em: <<https://abpn.org.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

No âmbito dessa parceria, o CONNEABS estabelece uma cooperação com a ABPN, em uma dinâmica de coordenação e intercâmbio com a crescente participação de acadêmicos negros e movimentos sociais. O CONNEABS possibilita a integração de vivências e conhecimentos que emergem no cotidiano de cada núcleo (Mattos; Marques, 2016). Nesse sentido, é importante ressaltar que as pesquisas realizadas pelos NEABIs têm a possibilidade de serem divulgadas durante o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros - COPENE, desempenhando um papel importante na disseminação desses estudos, e na promoção da discussão e divulgação da história afro-brasileira e indígena.

Além disso, destaca-se a promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, aprovadas em um período histórico favorável às demandas dos movimentos sociais afro-brasileiros. Essas leis estabeleceram a inclusão obrigatória do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial das escolas, sejam elas públicas ou privadas, em todo o território nacional. Adicionalmente, a autora relata que esse cenário também foi um fator contribuinte para o surgimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABIs (Dias, 2020).

Nessa circunstância, Roza (2022b) aponta que no âmbito das universidades federais o NEAB/UFSCar foi um dos primeiros do Brasil, estabelecido em 1991, o que lhe garante uma trajetória sólida, além de reconhecimentos institucionais e entre intelectuais negros. O segundo é o NEAB/UFMG, fundado em 2002, em contexto bastante desafiador para discutir ações afirmativas nas universidades.

A seguir, será brevemente exposto o contexto do surgimento dos NEABIs em Minas Gerais. Esse enfoque se justifica pela localização do objeto de estudo neste Estado. Além disso, Minas Gerais possui uma herança histórica e cultural caracterizada pela resistência negra e indígena, o que pode influenciar a formação e as atividades dos NEABIs.

3.4. Contexto do surgimento dos NEABIs em Minas Gerais

O objeto de estudo desta pesquisa é um NEABI localizado no estado de Minas Gerais. A escolha por focar Minas Gerais no contexto de surgimento dos NEABIs justifica-se pelo fato de ser o estado onde se encontra o NEABI em questão, cujas características regionais podem influenciar a atuação e a importância do núcleo. Nesse sentido, torna-se oportuno considerar que a localização do núcleo pode trazer particularidades do Estado que possibilitam o seu desenvolvimento, além de favorecer uma compreensão mais abrangente do objeto de

estudo. Recorremos, portanto, aos estudos de Fonseca (2009) e Lamas (2012) que traçam o perfil populacional nos séculos XIII e XIX em Minas Gerais, destacando a presença dos povos negros e indígenas e suas contribuições para a formação do Estado.

Segundo Fonseca (2009), nos séculos XVIII e XIX, Minas Gerais apresentava um perfil populacional que a diferenciava de outras regiões do Brasil, em grande parte devido à maneira particular como a escravidão se desenvolveu ali. A historiografia contemporânea destaca essa peculiaridade, apontando para a predominância da população negra no território mineiro, o que conferia à região uma característica demográfica singular. Além disso, o autor destaca que estudos históricos recentes têm enfatizado essas particularidades e desafiado a visão tradicional da população negra, que muitas vezes foi descrita como um grupo isolado socialmente e vinculado exclusivamente à escravidão. Essas interpretações começaram a ser revisadas, com pesquisas demonstrando que os negros estavam integrados em diversos aspectos da vida social e, dentro das suas possibilidades, disputando espaço em diferentes esferas.

Somado a presença da população negra em Minas Gerais, destaca-se que os povos indígenas também tiveram um papel importante na formação cultural e territorial da região. As interações entre os povos indígenas e outros grupos sociais, inclusive os negros, contribuíram para a construção social e cultural do Estado. A esse respeito, Lamas (2012) nos diz que a presença do povo indígena na Capitania de Minas Gerais remonta a tempos muito antigos, embora tenha sido pouco documentada e analisada tanto pelos registros contemporâneos quanto pela historiografia nacional. Estudos acadêmicos recentes revelam que, mesmo no período áureo da mineração, quando a mão de obra escrava negra, africana e afrodescendente, era amplamente utilizada, a força de trabalho indígena manteve sua importância, especialmente entre aqueles que não tinham recursos suficientes para adquirir escravizados africanos.

A formação cultural, social e territorial de Minas Gerais está intrinsecamente ligada às contribuições dos povos negros e indígenas. A resistência, as tradições e as influências desses grupos afetaram a formação da identidade mineira, desde as práticas culturais até as estruturas sociais. Assim, ao contextualizar a pesquisa no estado de Minas Gerais, buscamos compreender não somente as atividades do núcleo, mas também como o ambiente local, com sua herança histórica de resistência negra e indígena, pode influenciar e orientar suas ações e metas.

Além disso, Minas Gerais abriga instituições de ensino pioneiras na criação, atuação e fortalecimento dos NEABIs. Entre essas instituições, destaca-se a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que desde meados da década de 1990, já fomentava discussões sobre questões étnico-raciais, contribuindo para o surgimento e fortalecimento dos NEABIs no Estado. Essas discussões eram promovidas por intermédio do Grupo Interdisciplinar de Estudos

Afro-brasileiros - GIEAB, criado por estudantes afrodescendentes no início dos anos 90 (UFMG, 2024).

O GIEAB tornou-se referência na Universidade para a pesquisa e o debate das questões étnicas e raciais, destacando-se no estudo das formas assumidas por tais relações no âmbito da sociedade e da cultura brasileira. Com esse objetivo, promoveu pesquisas, discussões e eventos dentro e fora da instituição, atingindo segmentos tradicionalmente excluídos da Academia, e atuando inclusive em comunidades carentes. Posteriormente, o grupo passou por uma reformulação passando a denominar-se Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA. Com essa mudança, expandiu seus objetivos e ampliou o campo de atuação, além da raça/etnia, temas como gênero, cultura popular, homoerotismo e diásporas (UFMG, 2024).

Além disso, no estudo de Praxedes (2021), Histórias de lutas, desafios e protagonismos no campo da educação étnico-raciais: o caso do Programa Ações Afirmativas na UFMG na sua primeira década (2002-2013) a autora relata que o Programa Ações Afirmativas na UFMG, enquanto um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB, foi criado em um período de significativa mobilização política e social no Brasil, marcado por intensos debates públicos sobre ações afirmativas. Esses debates, centrados na questão do acesso à educação superior tanto pública quanto privada, destacaram a importância da democratização educacional, resultando em transformações substanciais no cenário educacional brasileiro. A partir de 2003, o Programa Ações Afirmativas se organizou como um projeto de extensão, integrando atividades de ensino e pesquisa com foco em educação, cultura, políticas públicas, formação de professores e relações raciais.

De acordo com a autora, a estruturação do Programa Ações Afirmativas na UFMG seguiu três principais eixos: fortalecimento acadêmico de estudantes negros e pardos, formação de professores conforme a Lei 10.639/03 e realização de estudos e pesquisas sobre educação, relações étnico-raciais, políticas públicas e cultura afro-brasileira. Desde 2002, a experiência do Programa tem sido amplamente documentada através de artigos, livros, congressos e seminários nacionais e internacionais, envolvendo bolsistas de extensão, pesquisa socioeducacional e a equipe de professores. O marco inicial do Programa foi o I Seminário Nacional Ações Afirmativas, realizado em agosto de 2002, que apresentou o projeto à comunidade acadêmica e aos movimentos sociais.

Outro núcleo que surgiu na década de 90 foi o NEAB na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Este núcleo foi criado por meio da RESOLUÇÃO CON/UEMG Nº 02/97, de 19 DE novembro de 1997. A Resolução traz, em seu art. 2º, as seguintes competências:

Art. 2º Compete ao NEAB/UEMG:

I – Subsidiar, acompanhar e apoiar a realização de atividades nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, que contemplem a questão do negro brasileiro, incentivando a qualificação crescente de professores, alunos e comunidades nos Campi da Universidade;

II – Estabelecer intercâmbio entre estudiosos, pesquisadores, docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais e outras instituições interessadas em questões relacionadas à etnia negra;

III – Promover intercâmbios técnico, científico e cultural com pesquisadores brasileiros e estrangeiros e com entidades afins em outros países;

IV – Promover e coordenar cursos, concursos e eventos de curto, médio e longo prazo, que contribuam para o crescimento moral, social e cultural da comunidade negra;

V – Estimular a presença do grupo étnico nas propagandas institucionais contratadas pelos órgãos públicos das administrações direta, indireta e empresas estatais;

VI – Criar um banco de dados e documentação sobre o negro na sociedade brasileira, que possa auxiliar as pessoas interessadas no assunto com fontes de pesquisa, referência e consulta (UEMG, 2024).

Considerando este contexto, identificamos o surgimento de outros núcleos em Universidades de Minas Gerais. Na Universidade Federal de Uberlândia – UFU o NEABI foi criado em 2006¹¹, com o objetivo de promover ensino, pesquisa e extensão na área dos estudos afro-brasileiros e ações afirmativas em prol das populações afrodescendentes, além de estudos sobre História Africana e Cultura Afro Brasileira.

Segundo Luz (2018), a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF conta com um NEAB desde 2008. Este núcleo vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, atua como um órgão suplementar da Universidade, promovendo a participação de docentes, discentes, pesquisadores e servidores de todos os departamentos e unidades acadêmicas. O NEAB da UFJF visa desenvolver um diálogo contínuo e participativo com os diversos segmentos do Movimento Negro da cidade, representados em seu conselho deliberativo.

O NEABI da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, conforme apontam Santos; Santos; Peixoto (2016), foi criado em 2008, sendo instituído oficialmente em 2012. Desde sua criação, o NEABI/UFOP vem adotando ações com o objetivo de contribuir para a formação inicial e continuada de professores sobre o tema relações étnico-raciais, além de ampliar o debate na universidade e na comunidade.

Neste cenário, destacamos também o Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros NEAB/CEFET-MG. De acordo com Valentim (2016), o núcleo foi estabelecido em maio de 2009, com os seguintes objetivos: “o desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão e

¹¹ Disponível em:<<https://diepafro.ufu.br/unidades/diretoria-de-estudos-e-pesquisas-afro-raciais>> Acesso em: 19 set. 2024.

ensino sobre as relações étnico-raciais, na perspectiva de gênero e pertença social” (Valentim, 2016, p. 221).

Além disso, foram identificados dezoito NEABIs e grupos correlatos de Minas Gerais inscritos no Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - CONNEABS. A consulta foi realizada no site oficial da ABPN/CONNEABS, e as datas de criação de cada núcleo foram verificadas por meio dos respectivos endereços eletrônicos dos núcleos ou através de e-mails disponibilizados no site. Os núcleos e grupos correlatos identificados serão apresentados no quadro a seguir¹².

Quadro 1 - NEABIs e grupos correlatos inscritos no CONNEABS

NEABI ou Grupo Correlato	Instituição	Criação
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI Campus Ituiutaba	IFTM – Campus Ituiutaba	2012
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB/IFMG/OP	IFMG – Campus Ouro Preto	2008
NEAB NIEHLAFRO	UEMG – Campus Belo Horizonte	s.d.
Programa Institucional de Ações Afirmativas UEMG	UEMG – Campus Ubá	s.d.
Programa de Ações Afirmativas da UFMG	UFMG	2002
Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros – NEAB	CEFET/MG	2009
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Juiz de Fora – NEAB/UFJF	UFJF	2008
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – IFMG (Campus Ribeirão das Neves) – NEABI – IFMG (Campus Ribeirão das Neves)	IFMG – Campus Ribeirão das Neves	s.d.
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade – NEPGRES	IFMG	s.d.
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB UFU	UFU	2006
Observatório da Diversidade – OD	IFMG	s.d.
Grupo de Estudos e Pesquisa em Poéticas Latinoamericanas e Educação para as Relações Étnico-Raciais – Yalodê Geplafro	UFU	s.d.
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – Neabi Pontal	UFU	s.d.
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IF Sudeste MG – NEABI – IF Sudeste MG	IF Sudeste MG Campus Manhuaçu	2021
Sem denominação	IF Sudeste MG – Campus Muriaé	s.d.
Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão sobre Diáspora Africana – NUPED	UFVJM	2019
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto – NEABI/UFOP	UFOP	2008

¹²A consulta aos NEABIs do Estado de Minas Gerais inscritos no Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – CONNEABS foi realizada em 19/08/2024. Disponível em: <<https://abpn.org.br/conneabs-2/>>

Núcleo de Estudos afro brasileiro e indígenas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – NEABI – UFVJM	UFVJM	s.d.
---	-------	------

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras (2024).

A inscrição dos NEABIs e grupos correlatos no CONNEABS, indica uma possibilidade de organização em expansão das ações direcionadas para a promoção da educação étnico-racial no Brasil. Ao estabelecerem sua participação no consórcio, esses núcleos não apenas afirmam sua legitimidade e visibilidade, mas também contribuem para a construção de uma educação que reconhece, respeita e valoriza as identidades afro-brasileiras e indígenas.

Após discutirmos sobre o conceito, os impactos e transformações, e o contexto do surgimento dos NEABIs e grupos correlatos, avançaremos para o próximo artigo onde será apresentado o objeto de estudo, bem como o contexto do seu surgimento, análise e a discussão dos resultados da pesquisa a partir do estudo realizado e do questionário aplicado.

3.5. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo conceituar os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABIs, descrever a história do surgimento e desenvolvimento desses núcleos desde os primeiros grupos de estudos voltados para temáticas étnico-raciais no Brasil até a atualidade. Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e análise documental.

Durante o estudo, identificamos várias definições para o NEABI. Nesse sentido, constatamos que esses núcleos são espaços institucionais de acolhimento, voltados à promoção da inclusão, formação antirracista, valorização da cultura afro-brasileira e indígena, e especialmente enfrentamento das desigualdades étnico-raciais. Os depoimentos dos membros dos NEABIs e/ou grupos correlatos destacaram os impactos positivos desses espaços na formação pessoal, acadêmica e profissional dos envolvidos sejam negros ou não. O estudo aponta que as experiências compartilhadas reforçam a importância dos NEABIs na promoção do debate sobre as relações étnico-raciais, na conscientização sobre a diversidade cultural brasileira, e na busca por uma educação emancipatória e antirracista. Essa perspectiva favorece a construção de um espaço inclusivo onde pessoas diferentes podem se unir em prol de um ideal comum, fortalecendo o compromisso com a igualdade e a justiça social. Esse ambiente não só

enriquece o debate, mas também promove a solidariedade e a cooperação entre todos os envolvidos, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

O estudo revelou que os primeiros núcleos de pesquisa surgiram na década de 1950, impulsionados por intelectuais negros que buscavam combater o racismo através da produção do conhecimento acadêmico. Com o passar dos anos, especialmente a partir da década de 1990 e com o advento de políticas públicas como a Lei 10.639/03, os NEABIs se consolidaram como espaços de resistência e formulação de políticas afirmativas nas universidades e instituições de ensino. Também destacamos o contexto do surgimento dos NEABIs em Minas Gerais, local onde se encontra nosso objeto de estudo.

Dessa forma, ressaltamos que os NEABIs atuam na transformação do cenário educacional brasileiro, atuando não apenas como núcleos de produção de conhecimento, mas também como agentes de mudança social e cultural. Portanto, o fortalecimento desses núcleos assegura a continuidade de suas ações transformadoras, permitindo que suas iniciativas tenham um impacto duradouro e ampliado no combate ao racismo e na promoção da diversidade.

3.6. Referências

ALVES, Alcilene Oliveira. **ATUAÇÃO E POSSIBILIDADES PARA O NEABI DO IFAC -CAMPUS RIO BRANCO**. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/3254/2228> > Acesso em: 01 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS. **Institucional**. Disponível em: <<https://abpn.org.br/institucional/>> Acesso em: 07 mar. 2024.

Bastos, Maria Clotilde Pires; Ferreira Daniela Vitor. Metodologia científica. Londrina: Editora e Distribuidora. Educacional S.A., 2016.

BENTE, Anna M. Canavarro; PEREIRA Mariana Cunha; COSTA Kência Gonçalves. **Reinventando o currículo nas ações do NEADI, LPEQI e LAGENTE**. In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.). EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. P. 19-35.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenila Brito. **NÚCLEO GERA: articulações possíveis entre a universidade e a escola básica**. In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.). EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. P. 59-88.

DIAS, Érica Fernandes. **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: A IMPLEMENTAÇÃO DOS NEABI'S - NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS - NO IFCE E AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**. 2020 Dissertação. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/59169>.>Dissertação. Acesso em: 17 jun. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf> >Acesso em: 31 out. 2023.

FARIA, Roberta Batista de; ALVES, Aline Neves Rodrigues; SILVA, Natalino Neves da. **O GRUPO DE ESTUDOS AÇÕES AFIRMATIVAS (GEAA): UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ESTUDANTES NEGRAS(OS)**. Revista da ABPN v. 14, n. Ed. Especial, outubro 2022, p. 129-146. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1447/1346> >Acesso em: 02 jul. 2024.

FONSECA, Marcus Vinícius. **O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX**. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/dchpPx4Fq4cN7ncftpNM5Bs/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 16 ago. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade Brasileira.** In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Org.) Epistemologias do sul. Edições Almedina S.A, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **NEABI**, 2024. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/neabi/sobre/>> Acesso em: 28 jun. 2024.

LAMAS, Fernando. **Os Indígenas de Minas Gerais: guerra, conquista da terra, colonização e deslocamentos.** 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9939> > Acesso em: 16 ago. 2024.

LOPES, Ana; LIMA, Graziela dos Santos; MORAES, Janine Soares R.; RASCKE, Karla Leandro. **Experiências Neabianas no núcleo extensionista Rondon: contribuições do núcleo de estudos afro-brasileiros NEAB/UEDESC.** 2021. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/article/view/19969/13085>> Acesso em: 11 jul. 2024.

LUZ, Monica Abud Perez de Cerqueira. **Resistências afro-brasileiras e indígenas contra a intolerância e o racismo no Brasil.** 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/27041/18717> > Acesso em: 05 jul. 2024.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; JÚNIOR, Mário Teixeira de Sá; AGUIAR, Márcio Mucedula; SILVA, Wilker Solidade da. **As contribuições do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros- NEAB/UFDG – para a implementação de Políticas afirmativas e Educação das relações étnico-raciais.** In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.). EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.). **EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil.** São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

MARTINS, Luci Helena Silva; SOUZA, Valesca Rodrigues de. **O NEABI e a educação para as relações étnico-raciais.** 2021. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1983/1319> > Acesso em: 11 jul. 2024.

MATTOS, Wilson Roberto de; MACÊDO, Marluce de Lima. **O CEPAIA e as ações afirmativas na UNEB: seguindo rastros e compondo os caminhos.** In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.). EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. P. 19-35.

MIRANDA, Shirley Aparecida de; GONÇALVES, Carmen Regina Teixeira; SANTOS, Suelen Alves dos; PIRAGIBE, Franz Galvão; MIRANDA, Sílvia Maria de. **Justiça Cognitiva: a produção bibliográfica dos NEABs e grupos correlatos.** In: SILVA, Paulo

Vinicius Baptista; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida (org.). Educação das Relações Étnico-Raciais: O ESTADO DA ARTE. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018. Disponível

em: <https://www.membros.abpn.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=58> Acesso em: 06 jul. 2023.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **O centro de estudos africanos da Universidade de São Paulo e os trinta anos da revista África**. *África, [S. l.]*, n. 29-30, p. 9-12, 2011. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i29-30p9-12. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/96103>> Acesso em: 8 nov. 2023.

OLIVEIRA, Daniela Pinheiro de. **PEDAGOGIA DA DIVERSIDADE: A contribuição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do ABC (UFABC) para a formação continuada dos (as) professores (as) no contexto de uma educação antirracista**. Dissertação. 2020. Disponível em: <<https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/2160/2/Daniela%20Pinheiro%20de%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 18 out. 2023.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. **O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos NEAB's**. In: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. vol.7. nº 2. Rio de Janeiro, 2014. P. 191-204 Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/19669>> Acesso em: 10 out. 2023.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. **Histórias de lutas, desafios e protagonismos no campo da educação das relações étnico-raciais: o caso do Programa Ações Afirmativas na UFMG na sua primeira década (2002-2013)**. Disponível em: <<https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/3320/1672>> Acesso em: 03 jul. 2024.

RATTS, Alex. **CORPOS NEGROS EDUCADOS: NOTAS ACERCA DO MOVIMENTO NEGRO DE BASE ACADÊMICA**. Nguzu, Revista Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), ano 1, n.1, mar/jul.2011. Disponível em: <http://www.uel.br/neaa/sites/default/files/revistas/nguzu_miolo_final.pdf> Acesso em: 30 set. 2023.

ROZA, Isis Silva. **Intelectuais negras e negros partícipes de núcleos de estudos afro-brasileiros: práticas e produções teóricas**. 2022b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/pkvBjdbGkRr4S5j5wwwDPFR/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 15 jul.2024.

ROZA, Isis Silva. **TRAJETÓRIAS, PRÁTICAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA REGIÃO SUDESTE**. 2022a. Tese. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/43714>> Acesso em: 30 set. 2023.

SANSONE, Lívio. **Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)**. Acervo, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 181–188, 2011. Disponível em: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/16>> Acesso em: 18 set. 2023.

SANTOS, Adilson Pereira dos; SANTOS, Erisvaldo Pereira dos; PEIXOTO, Silvana Vanêssa. **O NEABI/UFOP e a formação inicial e continuada de professores**. In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.) Educação, Relações Étnico-Raciais e Resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

SANTOS, Elisângela de Jesus; ALMEIDA, Fábio Sampaio de; BORGES, Roberto Carlos da Silva. **NEAB CEFET/RJ: trajetória antirracista na rede profissional e tecnológica de ensino**. In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.). EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. P. 249-264.

SCHLICKMANN, Mariana. **A trajetória dos estudos africanos no Brasil: 1930 a 1980**. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 8, n. 1 (jan./maio 2016) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5691/3624>> Acesso em: 25 set. 2023

SILVA, Gustavo Pinto Alves da. **NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO (NEAB) AYÓ: UMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**. Dissertação. 2018. Disponível em: <<https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/13047/3/2018%20-%20Gustavo%20Pinto%20Alves%20da%20Silva.pdf>> Acesso em: 20 out. 2023.

SISS, Ahyas; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; OLIVEIRA, Otair Fernandes de. **PROCESSOS FORMATIVOS E AS CONTRIBUIÇÕES DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UFES E DA UFRRJ**. Revista Teias, [S.l.], v. 14, n. 34, p. 15, dez. 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24344>> Acesso em: 05 set. 2023.

SISS, Ahyas; FERNANDES, Otair; COSTA, Ricardo. **O LEAFRO e as ações afirmativas na UFRRJ: dilemas e perspectivas**. In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.). EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. P. 125-140.

SOUZA, Elizabete Gonçalves de. **EDUCAÇÃO, MILITÂNCIA DECOLONIAL E ANTIRRACISMO: UM ESTUDO SOBRE O ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE/UESB**. 2021. Dissertação. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2021/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Elizabete-Gon%C3%A7alves-de-Souza-PPGREC.pdf>> Acesso em: 31 out. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS. **RESOLUÇÃO CON/UEMG Nº 02/97, 19 DE NOVEMBRO DE 1997**. Cria o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Minas Gerais – NEAB/UEMG. Disponível em: <<https://www.uemg.br/resolucoes-conun/2779-resolucao-con-uemg-n-02-97-19-de-novembro-de-1997-cria-o-nucleo-de-estudos-afro-brasileiros-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-neab-uemg>> Acesso em: 03 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Faculdade de Letras FALE Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA**. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/padrao_cms/?web=neia&lang=1&page=2645&menu=1677&tipo=1> Acesso em: 01 jul. 2024.

VALENTIM, Silvani dos Santos NEAB/CEFET-MG – **Práxis pedagógica antirracista: aproximações e diálogos com professores**. In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.). **EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil**. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. P. 59-88.

4. ATUAÇÃO DO NEABI: DOCUMENTOS NORMATIZADORES

Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar as ações promovidas pelo NEABI/IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental na página oficial do IFTM, com o propósito de analisar normativas e diretrizes relacionadas à atuação do núcleo no contexto institucional. A coleta de dados foi registrada em formulários específicos, elaborados pelas pesquisadoras, que permitiram verificar a menção, definição, composição e descrição das ações do NEABI no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Os resultados evidenciaram uma carência de registros formalizados e dificuldades na sistematização e no acompanhamento das atividades, o que limita a visibilidade do núcleo. Além disso, tais normativas convergem na proposição de ações voltadas ao ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, a inclusão de uma disciplina específica sobre educação para as relações étnico-raciais no currículo escolar representa um avanço. Possibilita a abordagem sistemática da temática, contribuindo para a formação crítica e emancipatória. Conclui-se que há necessidade de aprimoramento nos processos de documentação, avaliação e divulgação, a fim de fortalecer o impacto das atividades desenvolvidas pelo NEABI, promovendo uma educação mais inclusiva. Ademais, recomenda-se que o núcleo expanda sua atuação para as áreas de pesquisa e extensão, de modo a fortalecer a produção de conhecimento e o impacto de suas iniciativas. A ampliação dessas frentes possibilitará uma abordagem mais abrangente e integrada, promovendo ações que articulem teoria e prática e estimulem o diálogo entre a instituição e a comunidade.

Palavras-chave: NEABI, Educação Étnico-Racial, Documentos institucionais.

4.1. Introdução

Este artigo teve como objetivo analisar as ações promovidas pelo NEABI/IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, adotou-se a análise documental como metodologia, com foco em normativas institucionais e diretrizes voltadas para a consolidação da educação étnico-racial na instituição, bem como o papel desempenhado pelo NEABI na promoção dessas ações. A análise das políticas institucionais permite compreender como o núcleo se articula com as diretrizes da instituição, identificando de que maneira suas ações estão alinhadas a esses parâmetros normativos.

Ressalta-se que esta pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética em Pesquisa – CEP do Instituto Federal Goiano (instituição proponente) sob o Parecer nº 6.705.039 e da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (centro coparticipante) sob o Parecer nº 6.718.854.

Além disso, este estudo pretende fornecer subsídios que podem orientar a implementação de novas estratégias e políticas institucionais voltadas para a promoção da equidade racial nas instituições de ensino. Nesse sentido, busca não apenas ampliar o debate sobre as desigualdades raciais no ambiente educacional, mas também oferecer elementos que podem auxiliar na construção de uma educação democrática e comprometida com a transformação social.

A seguir, será apresentado o contexto do surgimento do NEABI tanto no IFTM quanto no Campus Paracatu, os objetivos e finalidades, ações e responsabilidades, composição do núcleo, seguido da descrição da metodologia utilizada para a coleta de dados e análise dos resultados obtidos na pesquisa.

4.2. Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM: uma breve descrição

O IFTM é uma autarquia federal subordinado ao Ministério da Educação - MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, sendo composto atualmente pelos campi, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Uberlândia Centro, os campi Avançados Uberaba Parque Tecnológico e Campina Verde, polos presenciais em Ibiá, João Pinheiro e Coromandel, Unidade EMBRAPPII, além da Reitoria, localizada em Uberaba (IFTM, 2024a).

A área de atuação acadêmica do IFTM abrange diversas áreas do conhecimento, incluindo ciências exatas, humanas, biológicas, agrárias, engenharias e tecnologia da informação, oferecendo uma ampla variedade de opções para os estudantes. No que se refere aos níveis de ensino, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida na forma articulada ao ensino médio (integrada ou concomitante). No ensino superior, são disponibilizados cursos de graduação (bacharelados, tecnologia e licenciaturas) e pós-graduação *lato sensu* (especialização), *stricto sensu* (mestrado e doutorado). O IFTM também promove a Educação de Jovens e Adultos por meio do PROEJA e cursos de formação inicial e continuada (FIC), além de oferecer cursos de idiomas, por meio do Centro de Idiomas (CENID) (IFTM, 2024a).

4.3. Contexto do surgimento do NEABI no IFTM

Martins; Souza (2021) destacam que, por volta do ano de 2006, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPPIR organizou vários momentos de elaboração conjunta e orientação aos Instituições Federais de Ensino Técnico, com o objetivo de fomentar a criação dos NEABs. Os autores também mencionam que a temática indígena já estava integrada nas discussões entre as instituições e a secretaria. Além disso, após a promulgação da Lei 11.645/2008, a SEPPPIR direcionou a formação de comissões responsáveis pela implementação dos núcleos em instituições de ensino que ainda não possuíam essa estrutura.

Segundo Alves (2020), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos e Diversidade e Inclusão - SECADI, do Ministério da Educação - MEC, incentivou a criação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas NEABIs nos Institutos, sendo a maioria estabelecida a partir de 2015. Além disso, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC emite regulamentos com o objetivo de padronizar o sistema educacional na rede. Nesse sentido, de acordo com Portaria emitida entre 2011 e 2012, os institutos foram orientados a fomentar a implementação de núcleos destinados ao estudo das “condições de acesso e permanência de indígenas e quilombolas, além de fortalecer os vínculos entre as comunidades e o ambiente escolar” (Araújo; Martins; Florencio, 2018, p. 187).

No que diz respeito ao surgimento do NEABI no IFTM, Custódio; Oliveira (2021), apontam que o núcleo está presente no IFTM desde o início de suas atividades, em 2008. A esse respeito, observa-se a inserção da temática na pauta institucional, evidenciada pela emissão de

portarias designando membros (servidores) para integrar as comissões responsáveis pelos estudos relacionados às africanidades e culturas indígenas. O NEABI foi oficialmente implementado, mediante a Resolução nº 43 de 26 de novembro de 2012, recebendo a denominação NEABI/IFTM.

4.3.1. NEABI: finalidade e princípios norteadores

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI, tem a finalidade de implementar a Lei nº 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, baseada na construção da cidadania através da valorização da identidade étnico-racial, sobretudo de negros, afrodescendentes e indígenas (IFTM, 2024). Além disso, o núcleo apresenta os seguintes princípios norteadores:

Respeito à diversidade etnorracial, democratização das relações etnorraciais potencializando de forma afirmativa as diferenças entre os sujeitos dos cursos do IFTM, e proteção de direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios, através do assessoramento ao ensino, à pesquisa e à extensão (IFTM, 2024).

4.3.2. NEABI: ações e público alvo

A Cartilha¹³ Coordenação de Ações Inclusas e Diversidade – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, apresenta as principais ações do núcleo, mencionando como público-alvo estudantes pretos, pardos e indígenas matriculados no IFTM.

Organizar atividades que contemplem os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil; Realizar periodicamente atividades voltadas a temáticas importantes de acordo com as demandas da comunidade; Trabalhar em parceria com professores e equipe pedagógica dos campi para promover e apoiar ações de

¹³ A cartilha Coordenação de Ações Inclusas e Diversidade – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI apresenta informações importantes para a promoção de práticas mais inclusivas. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/neabi/documentos/download/Cartilha%20-%20NEABI.pdf>> Acesso em: 31 out. 2024.

implementação da Lei Nº. 11.645/2008; Compôr as comissões de heteroidentificação quando do ingresso de estudantes nos cursos do IFTM; Propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa nos aspectos étnico-raciais.

As ações descritas são fundamentais para a consolidação de uma educação inclusiva e antirracista. Além disso, essas ações em conjunto refletem o compromisso do núcleo em promover a valorização das culturas, o respeito à diversidade e a construção de um ambiente educacional que fomente a equidade. Ao integrar essas ações no cotidiano do Campus Paracatu, o núcleo tem a possibilidade de contribuir para a promoção de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e fortaleçam o respeito à diversidade étnico-racial.

4.3.3. NEABI: estrutura organizacional

No que se refere a estrutura organizacional, o NEABI/IFTM é um órgão de natureza permanente, propositiva, consultiva e de assessoramento, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino. Nos campi, os NEABIs estão subordinados à Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão. Os membros do núcleo são designados por meio de Portaria emitida pela Direção Geral dos Campis.

No âmbito do IFTM, a Coordenação de Ações Inclusivas e Diversidade – CAID¹⁴ foi estabelecida em 2022 por meio da Resolução nº 223 de 23 de fevereiro de 2022, que atualizou o Regimento Geral do IFTM. A coordenação é composta por uma tradutora interprete em libras e duas pedagogas, e tem a responsabilidade de fomentar, supervisionar e coordenar as ações e atividades relacionadas à inclusão e diversidade no contexto do instituto.

A Coordenação possui caráter consultivo e deliberativo no que diz respeito às ações da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – CAPNE, bem como do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI e do Núcleo de Estudos de Diversidade, Sexualidade e Gênero – NEDSEG.

Além disso, realiza ações de formação para os membros do NEABI voltadas ao letramento racial e ao trabalho das comissões de heteroidentificação, como também o levantamento do número de estudantes negros e indígenas, cotistas e não-cotistas matriculados na instituição.

¹⁴ Essas informações e outros dados relacionados a CAID estão disponíveis em: <<https://iftm.edu.br/ensino/acoes-inclusiva/>> Acesso em 04 set. 2024.

De forma complementar, a coordenação orienta e apoia a atuação dos NEABIs, divulga ações e cursos realizados em âmbito nacional, e solicita a participação dos NEABIs nos encontros pedagógicos dos campi, bem como na elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos para acompanhamento da inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena, em cumprimento à Lei nº 11.645/2008. Atualmente, todos os campi possuem um NEABI local.

4.3.4. NEABI: página institucional

O NEABI possui seção específica na página institucional do IFTM¹⁵, onde são exibidas informações sobre o núcleo. A página apresenta seus princípios norteadores e as finalidades, além de disponibilizar documentos e legislação pertinentes, como a cartilha NEABI e a Resolução IFTM Nº 259 de 01/09/2022, junto a outras leis relacionadas à educação das relações étnico-raciais.

Na seção, as ações, projetos e parcerias estão disponíveis relatórios de atividades e planos de ação dos NEABIs dos campi, além de informações sobre cursos de formação, congresso e fóruns. A composição dos núcleos é divulgada por meio das portarias de designação dos membros, e são fornecidos também contatos, incluindo endereço, telefone e e-mail dos núcleos de cada campus.

4.4. NEABI/IFTM Campus Paracatu: uma breve apresentação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM foi criado pela Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008. O Campus Paracatu¹⁶ iniciou suas atividades em 2008, e foi oficialmente inaugurado em 01 de fevereiro de 2010, oferecendo os cursos técnicos de nível médio, quando ainda era Unidade Educacional Descentralizada do CEFET Uberaba – UNED.

¹⁵ A informação está disponível em: <<https://iftm.edu.br/neabi/>> Acesso em: 04 nov. 2024.

¹⁶ A informação está disponível em: <<https://iftm.edu.br/paracatu/historico/>> Acesso em: 26 nov. 2023.

No Campus Paracatu, as Comissões Permanentes de Estudos Indígenas e de Africanidades, foram constituídas por meio das Portarias 36 e 38, emitidas em 27 maio de 2010, sendo composta por docentes e técnicos administrativos. Essas comissões foram renovadas anualmente e mantiveram suas atividades até o primeiro trimestre ano de 2013, momento em que o NEABI foi oficialmente implementado na instituição. Após o estabelecimento do NEABI, foi emitida a Portaria nº 21 de 01 de abril de 2013, que designou servidores docentes, juntamente com técnicos administrativos, para compor a Comissão Permanente Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI/IFTM Campus Paracatu.

As funções especificadas na portaria, incluem a designação de um presidente e demais membros, sendo que o cargo de presidente é alternado entre os integrantes a cada mandato. Desde então, esta comissão permanece ativa no campus, sendo renovada, por meio de Portarias emitidas pela Direção Geral, em média, a cada dois anos.

4.5. Atuação do NEABI: documentos institucionais

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o NEABI/IFTM do Campus Paracatu, por meio da análise documental, buscou-se verificar a menção, a definição e a composição do NEABI nos documentos institucionais, além disso, verificar se os documentos descreviam as ações e propostas no nível do ensino, pesquisa e extensão para este núcleo. Foram utilizados, os termos relações étnico-raciais, ensino de história da África, história afro-brasileira, indígenas, negros e quilombolas nas buscas documentais, com o objetivo de compreender o tratamento conferido às relações étnico-raciais na instituição.

Segundo Bardin (2016), a análise documental tem como objetivo representar de forma sintetizada a informação, facilitando sua consulta e armazenamento. No contexto da análise dos documentos institucionais relacionados ao NEABI, esse método de pesquisa possibilita identificar e sistematizar as diretrizes, objetivos e as competências atribuídas ao núcleo.

Foram analisados os seguintes documentos do IFTM e, especificadamente do Campus Paracatu: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Resolução IFTM nº 259 de 01/09/2022, Projeto Político Pedagógico PPC dos cursos do ensino médio integrado do Campus Paracatu, Portfólios com atividades desenvolvidas pelo NEABI/IFTM/Campus Paracatu, Regimento Interno do Campus Paracatu, Resolução IFTM nº 344/2023 – Regulamento do

Programa de acesso, permanência e êxito do IFTM – PAPEE, Regulamento do Programa de Ações Afirmativas (PAAF) do IFTM, o que estava em vigor no início da pesquisa e o vigente.

A metodologia adotada para a busca dos documentos constituiu em uma pesquisa sistemática no site oficial do IFTM, com o objetivo de localizar normativas, resoluções, relatórios e as legislações pertinentes ao estudo. Os registros da análise documental foram realizados em formulários próprios, elaborados pelas pesquisadoras.

4.5.1. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

PDI¹⁷ é um instrumento de planejamento e gestão, que identifica a instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve ou pretende desenvolver. Para essa análise, foram considerados dois PDIs: o vigente no início da pesquisa PDI 2019-2023 e o atual 2024-2028.

O PDI 2019-2023 faz menção, porém não define e nem apresenta a composição do NEABI. O documento menciona na seção Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro que, devido as diversidades presentes no ambiente escolar, as ações educacionais devem ser elaboradas respeitando essas características, entre as características citadas estão a educação indígena, a educação quilombola, a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Também faz referência à inclusão, nos currículos dos cursos, de disciplinas relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais, entre as premissas para a organização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em conformidade com a obrigatoriedade da Lei 11.645/2008. O documento menciona a responsabilidade do NEABI, no tópico Políticas de Atendimento aos Discentes/ Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro o caracteriza como uma das modalidades de ações afirmativas disponibilizadas aos estudantes para assegurar o seu acompanhamento e sucesso. Destaca, no item Programas e ações governamentais, o Programa Bolsa Permanência destinado aos estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica, incluindo também os estudantes indígenas e quilombolas.

¹⁷ Essas informações e outros dados relacionados ao PDI estão disponíveis em: <<https://iftm.edu.br/pdi/sobre/>> Acesso em: 04 set. 2024.

Em relação ao PDI 2024-2028, há menção ao NEABI no tópico objetivos, metas e indicadores, referindo-se ao número de projetos e ações desenvolvidos na CAID, com o objetivo de fortalecer a cultura institucional de respeito às diferenças e de acolhimento, implementando medidas de inclusão e diversidade. No item concepções pedagógicas, encontra-se o subitem concepção de Educação das relações étnico-raciais, no qual são informadas a data de criação do núcleo, a composição e o funcionamento. O documento ressalta que cabe à equipe pedagógica dos campi, juntamente com o NEABI, solicitar a inclusão dos conteúdos História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas ementas dos cursos oferecidos pelo IFTM. Ainda nesse item, menciona que o núcleo integra as comissões de heteroidentificação do IFTM, atuando na análise da autodeclaração de candidatos negros e indígenas. Essas ações fazem parte do Programa de Ações Afirmativas do IFTM.

No tópico Acesso, permanência e êxito aborda que o IFTM tem intensificado o fomento e a abrangência das ações do núcleo. Além disso, destaca o NEABI no tópico valorização do livro e da leitura, indicando que a formação continuada e os estudos desenvolvidos pelo núcleo fortalecem a valorização de leituras e reconhecimento de saberes, desconstruindo a limitação eurocêntrica do ambiente escolar e acadêmico.

Na organização didático-pedagógica, o NEABI é apresentado como núcleo de ações inclusivas. Além disso, destaca-se que a Educação para as relações étnico-raciais é amparada por legislação específica e os conteúdos relacionados são abordados nas unidades curriculares dos cursos e por meio de outras ações extraclasse. Nas políticas de atendimento aos discentes, o NEABI é mencionado no item Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro. Nesse tópico são apresentadas a responsabilidade do núcleo e as atividades desenvolvidas para o resgate da história da África e dos Africanos, bem como, a luta dos negros e povos indígenas. No item estímulo a permanência, é apresentado a modalidade de ações afirmativas oferecidas aos estudantes do IFTM – acompanhamento e sucesso.

Estabelecendo uma comparação entre os dois PDIs, observamos que no segundo documento, PDI 2024-2028, há uma ampliação das informações referentes ao NEABI, incluindo detalhes sobre sua estrutura e áreas de atuação. A seguir, apresenta-se a análise do Regimento Interno do Campus Paracatu, que descreve o NEABI como um núcleo de apoio e dedica uma seção específica a esse núcleo.

4.5.2. Resolução IFTM nº 365 DE 24 de novembro de 2023 - Regimento Interno do Campus Paracatu

A Resolução IFTM nº 365 DE 24 de novembro de 2023, dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno IFTM Campus Paracatu apresenta no Título I, no art. 1º, sua definição e objetivo:

Art. 1º. O Regimento Interno é o conjunto de normas que disciplinam a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas do Campus Paracatu, com o objetivo de complementar as disposições do Estatuto e do Regimento Geral do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM (IFTM, 2023a).

O documento em sua Seção III, art. 35, apresenta a definição do NEABI e a sua finalidade:

[...] denominado NEABI/IFTM, é um órgão de natureza permanente, propositiva, consultiva e de assessoramento, vinculada à Coordenação de Ações Inclusivas e de Diversidade (CAID) da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão ou setor equivalente nos campi, que tem a finalidade de fomentar ações de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão, orientadas às temáticas das identidades, das relações étnico-raciais e do racismo no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural, visando a promover o cumprimento efetivo das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (IFTM, 2023a).

Nessa seção, em seu parágrafo primeiro estão elencadas as competências do núcleo, distribuídas em vinte e um incisos. O conjunto de competências inclui promover ações de valorização das identidades de povos negros, indígenas e quilombolas, destacando suas contribuições à formação nacional. Também é apresentado como competência a organização de encontros de reflexão e capacitação para servidores da educação, com foco na valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena. Além disso, o incentivo à pesquisa e divulgação de estudos sobre as questões étnico-raciais, assim como a proposição de ações para compreender o perfil étnico-racial das comunidades interna e externa. Essas competências incluem a orientação para desenvolver currículos interdisciplinares, apoiar o combate à violência racial, incentivar a participação de negros e indígenas nas ciências e apoiar políticas de equidade racial no IFTM. O parágrafo segundo menciona que as demais informações sobre o trabalho e atuação do NEABI constam em regulamento próprio.

Observa-se, que o regimento interno amplia o rol de competências do núcleo em relação às previstas em seu regulamento. Além disso, menciona em mais de um inciso, a proposição de atividades no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

4.5.3. Projeto Político Pedagógico dos Cursos – PPCs

Foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos – PPCs dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Atualmente, o campus oferece os seguintes cursos: Administração, Eletroeletrônica, Informática para Internet e Manutenção e Suporte em Informática. Em relação à legislação referente à temática, identificou-se, nos documentos dos cursos a menção da Lei nº 10.639, de 09/01/2003, da Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004 e da Lei nº 11.645, de 10/03/2008.

Dentre os princípios norteadores da concepção curricular encontra-se o “XII. reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo”. O NEABI é referenciado no tópico Equipes de Apoio ao Discente, caracterizado como um órgão colegiado de acompanhamento e orientação aos estudantes. É apresentado a definição e alguns dos principais objetivos.

Além desse tópico, o NEABI é mencionado na Assessoria de Ações Inclusivas (AAI) e na Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão (CGEPE), ambos inseridos no tópico Equipes de Apoio ao Discente. A matriz curricular dos PPCs é formada por unidades curriculares do núcleo comum, núcleo tecnológico e núcleo politécnico.

As disciplinas da matriz curricular dos quatro cursos que abordam o tema são: arte, educação física, filosofia, geografia, história e sociologia. O tema encontra-se especificado nas ementas ou nos objetivos das disciplinas. A seguir, apresenta-se a configuração da matriz curricular¹⁸ do curso de administração, indicando o ano, disciplina, carga horária, objetivo ou ementa, em que o tema é abordado. Essa distribuição é a mesma para os cursos técnicos integrados do IFTM/Campus Paracatu.

¹⁸ Informações relacionadas à matriz curricular e outros dados foram obtidas no PPC do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio estão disponíveis em:

<<https://iftm.edu.br/cepe/resolucoes/20221214/resolucao-cepe-iftm-n-04-de-28-de-novembro-de-2022-dispoe-sobre-a-atualizacao-do-projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-em-administracao-integrado-ao-ensino-medio-do-campus-para/>> Acesso em: 04 nov. 2024

Quadro 2 - Unidade Curricular Primeiro Ano

Disciplina	Objetivo/Ementa	Carga horária total
Arte	Conhecer as principais matrizes culturais brasileiras (matriz europeia, matriz africana e matriz indígena) e sua importância na formação cultural do Brasil.	66:40
Educação Física	Reconhecer nas etnias indígenas, as práticas de seus esportes e costumes tradicionais.	66:40
História	Noções de diversidade e inclusão que abarcam processos históricos acerca das distintas sociedades do continente africano, da Ásia, como China, Japão e Índia, além dos grupos sociais e impérios ameríndios. Análises que cumpram o estabelecido na Lei 11.645/2008, no que se refere ao ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena.	66:40

Fonte: adaptado pelas pesquisadoras (2024).

Quadro 3 - Unidade Curricular Segundo Ano

Disciplina	Objetivo/Ementa	Carga horária total
Educação Física	Compreender os aspectos históricos e culturais da capoeira; apreciar os ritmos da capoeira e sua relação com o movimento.	66:40
História	Refletir sobre os conflitos e trocas culturais estabelecidas a partir do processo da colonização europeia nos continentes africano, asiático e americano, bem como caracterizar as diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais entre essas sociedades e a forma como esses espaços se modificam a partir desse contato. Conhecer os reinos africanos e caracterizar as formas de exploração e resistências que se colocam entre as sociedades coloniais, sobretudo pelos grupos indígenas e africanos, ao longo dos três séculos de exploração europeia.	66:40
Filosofia	Filosofias Africanas e Afrodescendentes: Principais correntes da Filosofia Africana, Ubuntu e força vital.	66:40

Fonte: adaptado pelas pesquisadoras (2024).

Quadro 4 - Unidade Curricular Terceiro Ano

Disciplina	Objetivo/Ementa	Carga horária total
Língua Portuguesa	Literatura Africana de Língua Portuguesa.	100:00
Geografia	Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais - entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais -, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade; identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.	66:40
	Para atender a Lei 11.645/2008, a abordagem sobre questões indígenas e afro-brasileiras na sociedade brasileira atual	

História	(incluindo o caso de Paracatu, consideradas as circunstâncias históricas) deve ocorrer a partir da reflexão sobre a inserção social e da luta contra o racismo e a favor do respeito à diversidade.	33:20
Sociologia	Analisar e discutir as circunstâncias sociais e culturais de matrizes conceituais como etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo, avaliando criticamente seu significado.	66:40

Fonte: adaptado pelas pesquisadoras (2024).

Entre as unidades curriculares politécnicas destaca-se a disciplina Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – RECABI, ofertada aos primeiros, segundos e terceiros anos.

Quadro 5 - Unidade Curricular Politécnica Primeiros, Segundos e Terceiros anos

Disciplina	Objetivo/Ementa	Carga horária total
Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – RECABI	Relações e conceitos étnico-raciais: mestiçagem, cultura indígena, cultura afro-brasileira. Legislação indígena. A população negra e seus direitos. Discriminação racial e cultural. A política de cotas. Colonização, colonialismo e resistências na história da África. Apresentar as diferentes culturas existentes na identidade negra e indígena; compreender os conceitos etnográficos; discutir e analisar o preconceito existente para as raças negras e indígenas, valorizando a diversidade racial e discutir os desafios existentes para as culturas negras e indígenas em âmbito social, legal e profissional	33.20

Fonte: adaptado pelas pesquisadoras (2024).

A respeito dos conteúdos curriculares, a Resolução IFTM Nº 259 de 01/09/2022, que dispõe sobre a revisão do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFTM – NEABI, apresenta no art. 2º, a seguinte redação:

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar integrando núcleo comum, núcleo técnico e núcleo politécnico, de modo a abranger todas as áreas do conhecimento (IFTM, 2022).

§ 3º. A Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito às culturas afro-brasileiras e indígenas deverão ser incluídas nos conteúdos das unidades e atividades curriculares dos cursos do IFTM (IFTM, 2022).

Observamos que, no nível dos PPCs, há possibilidade de promoção da Educação das Relações Étnico-Racial, uma vez que as ementas das disciplinas contemplam conteúdos que abordam a temática. Esses currículos oferecem a possibilidade de integrar temas relacionados

à diversidade cultural, ampliando o entendimento dos alunos sobre a história e as contribuições dos povos negros e indígenas.

A presença de uma disciplina específica voltada à educação étnico-racial e indígena no currículo escolar é essencial para promover uma formação inclusiva, que reconheça e valorize as diversas contribuições culturais, históricas e sociais dos povos afro-brasileiros e indígenas na constituição da identidade nacional. Esta disciplina desempenha um papel estratégico no combate ao racismo e à discriminação, estimulando o respeito à diversidade. Além disso, a valorização da educação étnico-racial e indígena no ambiente escolar é também um passo essencial para ampliar o protagonismo das contribuições desses grupos no contexto educacional, promovendo oportunidades para que suas narrativas sejam efetivamente incorporadas ao cotidiano institucional.

Ao promover uma formação que valoriza as contribuições dos povos afro-brasileiros e indígenas, o Campus Paracatu não apenas amplia o horizonte educacional de seus alunos, mas também fortalece seu papel na construção de uma educação emancipatória. Essa postura evidencia seu compromisso com a formação de indivíduos conscientes, capazes de atuar como agentes de mudança em um mundo marcado pela diversidade. É importante que se continue a valorizar e aprimorar essa iniciativa, buscando torná-la ainda mais abrangente e impactante no processo formativo. Em seguida, procederemos à análise das Resoluções, iniciando pela Resolução IFTM N° 259, de 01/09/2022.

4.5.4. Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI do IFTM

A Resolução IFTM n° 259 de 01 de setembro de 2022, dispõe sobre a revisão do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFTM – NEABI, apresenta no seu art. 1º o objetivo:

Art. 1º O presente regulamento visa à normatização, à organização e ao funcionamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM (IFTM, 2022).

Na sequência, o documento apresenta a definição, os dispositivos legais que o fundamentam, a denominação e a finalidade, os objetivos do núcleo, as atribuições, a estrutura

organizacional e as competências (coordenação e membros), além dos anexos: plano de ação e o relatório anual de atividades dos campi. Ele possui vigência de dois anos, cabendo a PROEN, por meio da CAID, iniciar o processo de revisão.

O documento recomenda que, em sua composição, o NEABI inclua representantes docentes, técnicos administrativos, discentes e comunidade externa, designados por meio de portaria emitida pela autoridade máxima de cada unidade e estabelece que o NEABI central e os NEABIs locais devem reunir-se mensalmente de forma ordinária. Além disso, percebe-se que os objetivos mencionados na Resolução apresentam similaridade com aqueles propostos nas normativas institucionais correlatas.

4.5.5. Regulamento do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFTM – PAPEE

A Resolução IFTM nº 344 de 17 de agosto de 2023 dispõe sobre o Regulamento do Programa de acesso, permanência e êxito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM).

Art. 1º Este regulamento visa normatizar, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, o Programa de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTM – Papee (IFTM, 2023b).

Art. 2º O Papee é um programa institucional que tem por finalidade promover a permanência e o êxito como uma política institucional necessária à melhoria da qualidade educativa, contribuindo para o acesso do público ao IFTM e para melhorar os indicadores de eficiência acadêmica (IFTM, 2023b).

No documento, o NEABI é mencionado no capítulo que aborda a organização do PAPEE, especificamente no item referente à formação da comissão local, onde é solicitada a participação de um representante do NEABI. O Regulamento menciona que o Plano estratégico do PAPEE deve contemplar o diagnóstico quantitativo (descreve o número de estudantes ingressantes, retidos, evadidos e concluintes por ciclo de matrícula). Esse diagnóstico deve registrar o curso, nível de ensino, modalidade, forma de oferta, número de vagas ofertadas e o total de matrículas. Além disso, deve apresentar o total e percentual de ingressantes, com base no número total de vagas ofertadas por ciclo de matrícula. Entre os ingressantes, devem ser incluídos dados sobre pretos, pardos e indígenas, assim como seus totais e percentuais.

Além disso, inclui o diagnóstico qualitativo, que descreve os motivos da retenção e da evasão a partir da tabulação dos questionários aplicados a estudantes evadidos e retidos. Esse diagnóstico é acompanhado de estratégias de intervenção, as quais devem descrever as

estratégias de intervenção que serão desenvolvidas no decorrer de 5 anos, bem como a avaliação das estratégias de intervenção já executadas.

4.5.6. Regulamento do Programa de Ações Afirmativas (PAAF) do IFTM

A Resolução Nº 14 de 27 de março de 2018 dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 77/2017, que versa sobre a alteração da Resolução nº 39/2012 - Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

O Regulamento apresenta seu objetivo em seu art. 3º:

Art. 3º O objetivo do Programa de Ações Afirmativas é oferecer condições diferenciadas de ingresso, permanência e sucesso escolar aos estratos socioeconômicos mais desprivilegiados, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (IFTM, 2018).

O NEABI é mencionado na modalidade de ações afirmativas, oferecidas pelo IFTM, com suas atividades sendo consideradas estratégias de ações afirmativas para acompanhamento. Além disso, no capítulo III, seção III, art. 39 é dedicado ao NEABI. O texto apresenta a denominação, a finalidade do núcleo estabelecendo que ele deverá organizar atividades que contemplem os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira. Determina ainda que esses conteúdos sejam ministrados em todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Também estipula que a temática deve ser incluída no conteúdo das unidades e atividades curriculares dos cursos de graduação do IFTM, e apresenta os objetivos do NEABI.

Ainda nesse contexto, destaca-se que um novo Regulamento do Programa de Ações Afirmativas foi aprovado em 02 de dezembro de 2024, conforme disposto na Resolução IFTM/CONSUP Nº 451 de 02 de dezembro de 2024. Observa-se que o regulamento vigente amplia o rol de beneficiários dessa política, demonstrando um avanço na inclusão e abrangência das ações afirmativas. O Regulamento, em seu art. 1º, §§ 1º e 2º, define o público-alvo contemplado por esta política, especificando aqueles a quem se destinam as ações afirmativas de acesso:

§ 1º O público contemplado por esta política constitui-se por estudantes, servidores (as) e comunidade externa pretos (as), pardos (as), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e outras necessidades específicas, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, não binárias e outros(as) (LGBTQIAPN+), imigrantes refugiados (as), ciganos(as), idosos(as), pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundas de escolas públicas (IFTM, 2024).

§ 2º As ações afirmativas de acesso destinam-se, exclusivamente, a estudantes, servidores(as) e comunidade externa pretos (as), pardos (as), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e/ou outras necessidades específicas (IFTM, 2024).

O NEABI é destacado no Capítulo V, que trata das ações afirmativas de permanência para estudantes, sendo sua finalidade apresentada no art. 14, inciso IX, alínea b:

b) Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI): tem a finalidade de fomentar ações de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão, orientadas às temáticas das identidades, das relações étnico-raciais e do racismo no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural, visando a promover o cumprimento efetivo das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (IFTM, 2024).

Percebe-se que o NEABI tem objetivos, finalidades e competências definidas em documentos normativos da instituição. A similaridade entre os objetivos prevalece, bem como a proposição de ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Essa convergência sugere uma intencionalidade institucional em consolidar a atuação do núcleo na promoção das questões étnico-raciais.

4.5.7. Portfólios

Para análise dos documentos relacionados ao NEABI, foi solicitado à Direção Geral o acesso aos relatórios e demais registros documentais sobre a atuação do núcleo, que são denominados portfólios. No entanto, a documentação solicitada não foi disponibilizada. Considerando a necessidade de atender ao cronograma da pesquisa, foram analisados dois portfólios, referentes aos anos de 2018 e 2022: o primeiro, encaminhado por e-mail pelo presidente do núcleo aos servidores do campus, e o segundo, disponibilizado na página do NEABI no site oficial do IFTM. Em consulta à coordenação de extensão do Campus sobre o registro de projetos do NEABI, foi informado que após verificação nos arquivos, não foram identificados projetos formalmente registrados relativos ao núcleo.

Dessa forma, mencionamos a Resolução IFTM Nº 259 de 01/09/2022 que dispõe sobre a revisão do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFTM – NEABI, nos apresenta no art. 20 a seguinte redação:

Art. 20 Compete a coordenação do NEABI: II. Coordenar o processo de elaboração do Plano de Ação (Anexo I) e do Relatório Anual de Atividades (Anexo II) que, após serem aprovados pelo núcleo, deverão ser encaminhados, à Direção Geral, a Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente do campus e à CAID do IFTM (IFTM, 2022).

Nota-se, nesse contexto, uma lacuna entre as normas estabelecidas e a sua efetiva aplicação, revelando um desafio contínuo para transformar diretrizes formais em ações concretas. O portfólio de 2018 consiste na enumeração das atividades desenvolvidas ao longo do ano, com base nos objetivos delineados no Regimento Interno do Campus. A estrutura do documento inclui um resumo, identificação dos membros do núcleo, a relação de servidores envolvidos na realização das atividades e sumário dos eventos ocorridos. Para cada atividade, são descritos a data, os professores das disciplinas envolvidas, os recursos utilizados, o tipo de atividade e o público alvo.

Nele, foram registrados cinco eventos. Entre eles, a temática indígena foi abordada na Semana interdisciplinar de reflexão sobre os povos indígenas, com atividades realizadas em sala de aula, incluindo reflexões sobre o dia do indígena e um concurso de redação, ambos realizados entre os meses de abril e junho. Essas atividades foram direcionadas aos alunos dos cursos Técnicos de Administração, Eletrônica e Informática Integrados ao Ensino Médio, o que pode ser considerada como ações de ensino.

No mês de setembro, foi realizada ação de extensão, uma mesa-redonda intitulada “A farsa abolicionista: reflexões histórico-literárias”, direcionada aos alunos dos cursos de graduação do IFTM e convidados externos de outras instituições educacionais. Outro evento a ser destacado refere-se a “Reflexões sobre diversidade afro-asiática e ameríndia”, com aulas especiais sobre diversidades, encontros e confrontos dos mundos, realizadas entre os meses de outubro e novembro. Essas atividades foram direcionadas aos alunos dos primeiros anos dos cursos Técnicos de Administração, Eletrônica e Informática Integrados ao Ensino Médio, o que pode ser classificada como ação de ensino.

Foi registrada a realização do I Seminário sobre Afrocultura e Afroconsciência do IFTM – Campus Paracatu, ocorrido nos dias 20 e 21 de novembro de 2018, com foco nas reflexões sobre questões étnico-raciais, especialmente na temática da consciência negra. Entre as atividades, destacam-se mesas-redondas, minicursos, oficinas, conferências, leitura pública, intervenções artísticas, roda de capoeira, mostra de cinema e festival de artes. O evento foi direcionado aos Alunos dos cursos Técnicos de Administração, Eletrônica e Informática

Integrados ao Ensino Médio e dos cursos de graduação do IFTM/Campus Paracatu e convidados externos, podendo ser classificado como ações de ensino, pesquisa e extensão.

O portfólio de 2022¹⁹ apresenta um resumo, um sumário com introdução, a composição do núcleo e os principais trabalhos desenvolvidos pelo NEABI. Seu objetivo consiste em enumerar as atividades realizadas ao longo do ano, fazendo referência ao cumprimento dos objetivos delineados no Regimento Interno do Campus. A introdução menciona o atendimento às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, além de apresentar a definição e o propósito do núcleo. Nele foram registrados cinco eventos, iniciando em abril com o projeto “Importância dos povos Indígenas e sua contribuição para a formação da cultura Brasileira”, desenvolvido na disciplina de arte e direcionado aos alunos dos primeiros anos dos cursos Técnicos de Administração, Eletrônica e Informática Integrados ao Ensino Médio, apresentando características de ações de ensino.

Outra atividade a ser destacado foi o projeto “Caretada”, também conduzido pela disciplina de arte e realizado no mês de novembro, direcionado aos alunos dos primeiros anos dos cursos Técnicos de Administração, Eletrônica e Informática Integrados ao Ensino Médio, podendo ser enquadrada como ação de ensino. O projeto “Arte Africana” realizado pela disciplina de arte no mês de novembro, foi direcionado aos alunos dos primeiros, segundos e terceiros anos dos cursos Técnicos de Administração, Eletrônica e Informática Integrados ao Ensino Médio.

Outro projeto “Negros no Futebol”, foi uma atividade conduzida pela disciplina de educação física, ocorreu no segundo semestre de 2022 e também foi direcionado aos alunos dos segundos e terceiros anos dos cursos Técnicos de Administração, Eletrônica e Informática Integrados ao Ensino Médio, podendo ser considerada ação de ensino. O Projeto “Diversidades Africanas, Ameríndias e Asiáticas”, foi direcionado aos alunos dos primeiros anos dos cursos Técnicos de Administração, Eletrônica e Informática Integrados ao Ensino Médio, podendo ser classificadas como ações de ensino e pesquisa. A apresentação dos trabalhos ocorreu por meio de uma feira de história aberta a comunidade acadêmica, realizada em novembro.

A Semana da Consciência Negra também realizada em novembro, foi organizada pelos membros do NEABI do campus e direcionada aos alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e para os cursos superiores. Entre as atividades destacam-se palestras, intervalo cultural, oficinas de capoeira, danças, turbantes e tranças, podendo ser classificado como ensino e extensão.

¹⁹ Disponível em: <<https://iftm.edu.br/neabi/projetos/20230619/relatorio-de-atividades-anuais-neabi-patrocinio-2022/>> Acesso em: 04 set. 2024

Observa-se que, a maioria das ações descritas nos portfólios pode ser caracterizada como ações de ensino, com predominância de temas étnico-raciais, concentrando-se em torno de datas comemorativas. Essa concentração destaca a necessidade de ampliar as atividades para além desses períodos específicos, estendendo-se também as áreas de pesquisa e extensão. Tal abordagem favorece a promoção de discussões contínuas sobre diversidade e inclusão, fortalecendo, assim, o compromisso com a conscientização e valorização das culturas afro-brasileira e indígena ao longo de todo o ano.

Realizou-se uma busca na internet com o objetivo de identificar as ações desenvolvidas pelo núcleo utilizando os descritores “NEABI Campus Paracatu”. Entre os resultados encontrados, destaca-se um concurso de redação promovido pelo NEABI, conforme notícia divulgada no site do IFTM. Nessa página institucional, pesquisamos por eventos realizados pelo NEABI Campus Paracatu. Ao utilizar os filtros, evento: NEABI, Situação: em andamento, agendados e encerrados, os resultados encontrados foram: IV Congresso Nacional de Estudos das Relações Étnico-Raciais – CONERER realizado em novembro de 2024 no Campus Paracatu, I Congresso Nacional de Estudos das Relações Étnico-Raciais - CONERER realizado em 2021 e o I Seminafro - Seminário Indígena e Afro-Brasileiro do IFTM realizado em 2020, ambos intercampi.

Em 2020 e 2021, o NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM realizou o I e II Seminafro - Seminário Indígena e Afro-Brasileiro. O evento que faz parte de um projeto de extensão intercampi, foi direcionado à comunidade acadêmica dos campi do IFTM, incluindo professores, pesquisadores, estudantes de ensino médio e superior, bem como à sociedade em geral interessada na temática.

O Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-raciais - CONERER²⁰ é um evento que reúne pesquisadores dedicados à discussão de temáticas relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, considerando os desafios contemporâneos das lutas por igualdade racial e social, especialmente no que se refere povos originários e afro-brasileiros, bem como às implicações dessas lutas nas políticas educacionais. Promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI e Coordenação de Ações Inclusivas e de Diversidade - CAID do IFTM, além disso contempla a participação dos campi. A iniciativa busca promover o intercâmbio de experiências e saberes diversos, por meio da circulação de conteúdos atualizados e alinhados às disciplinas curriculares, visando à construção de novas

²⁰ As informações mencionadas, bem como outros dados sobre o CONERER, estão disponíveis em: <https://iftm.edu.br/conerer/> Acesso em: 20 nov. 2025

direções educacionais que fortaleçam — e não retrocedam — as conquistas já consolidadas até o presente momento.

Entre os dias 12 e 13 de novembro de 2024, o Campus Paracatu sediou o IV Congresso Nacional de Estudos Étnico-Raciais – CONERER²¹, organizado pelo NEABI/IFTM/Campus Paracatu. O evento ofereceu uma programação com palestras, mesas-redondas, apresentações culturais. Na cerimônia de abertura, ressaltou-se como a história da cidade está marcada pela forte relação com a cultura negra. Fundada no início do século XVIII, a cidade de Paracatu é um dos marcos históricos do Estado de Minas Gerais, tendo em sua localidade comunidades quilombolas que, até hoje, mantêm vivas suas tradições e práticas culturais. O município desempenha um papel importante na preservação da história e da memória coletiva, refletindo a riqueza e a resistência das influências afro-brasileiras em seu território.

Durante os dois dias, ocorreram atividades no auditório do Campus, salas e área externa, além de grupos de trabalho online. O evento incluiu apresentações culturais, como o cortejo da Caretagem Mirim e peças teatrais, mesas-redondas com debates sobre o ensino e a consolidação da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Além disso, foram realizadas oficinas de culinária e tranças, leituras e outras apresentações. Houve conferências sobre temas como a cor da desigualdade digital no Brasil, mulheres quilombolas e poder ancestral, o racismo estrutural e trabalho escravo contemporâneo, além de atividades de campo, como a visita ao quilombo. O evento também contou com apresentações de trabalhos em forma de comunicação oral. Essas atividades não apenas celebram as práticas culturais quilombolas, mas também proporcionaram um espaço de aprendizagem mútuo e trocas significativas.

Dessa maneira, o evento contribuiu para dar visibilidade às tradições quilombolas e potencializar o papel do NEABI do Campus Paracatu como um espaço de valorização, preservação e disseminação das identidades afro-brasileiras. Além disso, essas ações ampliam as possibilidades do núcleo, fomentando o diálogo entre a comunidade quilombola e outros públicos promovendo troca de saberes e a valorização das tradições. Destaca-se, que essas ações precisam ser contínuas e não limitadas a datas comemorativas, para que o NEABI/IFTM/Campus Paracatu se consolide como um espaço de valorização da diversidade e fortalecimento de identidades. A periodicidade e a constância dessas atividades são fundamentais para a construção de um ambiente que dialogue com as vivências cotidianas das comunidades negras e indígenas, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas histórias

²¹ Disponível em: <<https://iftm.edu.br/noticias/2024/11/12/edicao-2024-do-conerer-inicia-sua-programacao-em-paracatu-e-evidencia-historia-de-resistencia-e-ancestralidade/>> Acesso em: 14 nov. 2024.

reconhecidas de forma legítima. Dessa forma, o núcleo não apenas celebra a arte, mas se torna um espaço de transformação, memória e interação que conecta passado, presente e futuro.

Com base na análise dos dados, percebemos que a predominância de atividades do núcleo no âmbito do ensino e em datas comemorativas levanta questionamentos sobre a abrangência e a eficiência de sua atuação. Até que ponto essa concentração de ações em momentos específicos não limita o impacto do núcleo, restringindo-o a um caráter pontual e simbólico? Será que a ênfase em eventos comemorativos não reforça uma abordagem superficial da questão étnico-racial, sem aprofundar debates e práticas contínuas que realmente transformem a realidade institucional e social? Além disso, por que as ações voltadas à pesquisa e à extensão não são igualmente priorizadas, considerando que são dimensões fundamentais para a produção de conhecimento e a interação com a comunidade externa? A ausência de articulação entre ensino, pesquisa e extensão pode comprometer a formação integral dos participantes e a construção de um espaço de aprendizado dinâmico, crítico e interdisciplinar. Assim, é necessário refletir sobre estratégias que ampliem a atuação do núcleo para além do calendário institucional, garantindo sua efetividade como instrumento de promoção da educação para as relações étnico-raciais.

4.6. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar as ações promovidas pelo NEABI/IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, a partir da análise documental das normativas institucionais e dos portfólios que registram as atividades desenvolvidas pelo núcleo. A análise permitiu identificar ações como projetos, concursos, eventos e oficinas que evidenciam a atuação do núcleo na promoção da educação étnico-racial. Contudo, revelou aspectos críticos, como a predominância de atividades concentradas no ensino e em datas comemorativas, além do número reduzido de registros formais e sistematizados, o que dificulta a visibilidade e o acompanhamento contínuo das iniciativas.

Essas limitações reforçam a necessidade de aprimorar os processos de registro de documentação e expandir as atividades para além de períodos específicos, incluindo um maior enfoque em pesquisa e extensão. A promoção de discussões contínuas sobre diversidade e inclusão é fundamental para fortalecer o compromisso do núcleo com a valorização das culturas afro-brasileira e indígena e consolidar práticas pedagógicas que enfrentem as desigualdades

étnico-raciais. Observou-se, ainda, nas normativas institucionais, uma intencionalidade em promover a educação étnico-racial, refletida na inclusão do currículo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio a disciplina Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (RECABI), o que representa um avanço para a educação inclusiva.

Os resultados evidenciam a necessidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo espaços contínuos de reflexão e formação. Logo, para que as ações desenvolvidas tenham impacto significativo, é fundamental que sejam contínuas e não restritas a marcos temporais do calendário comemorativo, inserindo-se no cotidiano institucional. Essa abordagem favorece uma educação inclusiva e comprometida com a equidade. Esses apontamentos apenas indicam alternativas para o aprimoramento das atividades, o que pode favorecer a consolidação do NEABI Campus Paracatu como um espaço de formação abrangente, voltado à promoção da diversidade, da inclusão e do fortalecimento das culturas afro-brasileira e indígena no contexto institucional.

4.7. Referências

ALVES, Alcilene Oliveira. **ATUAÇÃO E POSSIBILIDADES PARA O NEABI DO IFAC -CAMPUS RIO BRANCO**. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/3254/2228> > Acesso em 01 nov. 2023.

ARAÚJO, Emly Lima; MARTINS, Iara Saraiva; FLORENCIO, Lourdes Rafaella Santos. **Ações Afirmativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará: o processo de implantação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEAB**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38349/3/2018_captiv_elaraujoismartins.pdf > Acesso em: 05 jul. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

CUSTÓDIO, Márcia Moreira. OLIVEIRA, Talita Lucas Belizário. **Entre a legalidade e a legitimidade: os desafios e avanços do NEABI na implementação da temática étnico-racial no currículo**. 2021. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/4530/4630> > Acesso em: 05 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **NEABI**. Uberaba: IFTM, 2024. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/neabi/sobre/>> Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **Resolução CEPE/IFTM nº 04 de 28 de novembro de 2022**. Dispõe sobre a Atualização do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do Campus Paracatu. 2022a. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/cepe/resolucoes/20221214/resolucao-cepe-iftm-n-04-de-28-de-novembro-de-2022-dispoe-sobre-a-atualizacao-do-projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-em-administracao-integrado-ao-ensino-medio-do-campus-para/>> Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **Resolução IFTM nº 302 de 14 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática para Internet, integrado ao ensino médio – Campus Paracatu. 2022b. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/20221214/resolucao-iftm-n-302-2022/> > Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **Resolução IFTM nº 300 de 14 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletroeletrônica, integrado ao ensino médio – Campus Paracatu. 2022c. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/20221214/resolucao-iftm-n-300-2022/> > Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **Resolução IFTM nº 301 de 14 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, integrado ao ensino médio – Campus Paracatu. 2022d. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/20221214/resolucao-iftm-n-301-2022/> > Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI**. Uberaba: IFTM. 2019.

Disponível em: <<https://iftm.edu.br/pdi/documentos/2019-2023/>> Acesso em: 04 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI**. Uberaba: IFTM. 2024a.

Disponível em: <<https://iftm.edu.br/pdi/documentos/2024-2028/>> Acesso em: 04 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Resolução IFTM nº 365 de 24 de novembro de 2023**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Campus Paracatu. 2023a. Disponível em:

<<https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/20231201/resolucao-iftm-n-365-2023/>>

Acesso em: 04 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Resolução nº 14/2018, de 27 de março de 2018**. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 77/2017. Uberaba: IFTM, 2018. Disponível em:

<<https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/20180327/resolucao-n-014-2018/>> Acesso em: 05 set. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Resolução IFTM nº 344 de 17 de agosto de 2023**. Dispõe sobre o Regulamento do Programa de acesso, permanência e êxito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro IFTM. 2023b.

Disponível em: <<https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/20230825/resolucao-iftm-n-344-2023/>> Acesso em: 01 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Resolução nº 259 de 01 de setembro de 2022**. Dispõe sobre a revisão do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFTM - NEABI. Uberaba: IFTM, 2022. Disponível em: <

<https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/20220901/resolucao-iftm-n-259-2022/>>

Acesso em: 09 ago. 2023.

MARTINS, Luci Helena Silva; SOUZA, Valesca Rodrigues de. **O NEABI e a educação para as relações étnico-raciais**. 2021. Disponível em: <

<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1983/1319>> Acesso em: 11 jul. 2024.

5. ATUAÇÃO DO NEABI: PERCEPÇÕES DOS MEMBROS

Resumo

Este estudo teve como propósito identificar as estratégias do NEABI/IFTM/Campus Paracatu para implementação da educação para as relações étnico-raciais na instituição. Com essa finalidade, foi aplicado um questionário semiestruturado direcionado aos ex-membros e membros atuais do NEABI/IFTM/Campus Paracatu, designados em Portaria emitida pela Direção Geral e que consentiram voluntariamente participar da pesquisa. O questionário buscou analisar a composição étnica dos participantes, o nível de envolvimento e comprometimento com as atividades do NEABI, bem como suas perspectivas em relação ao desenvolvimento das ações promovidas pelo núcleo. Os dados coletados foram organizados em categorias, e os resultados indicaram uma predominância de atividades voltadas para a dimensão do ensino, concentradas em eventos pontuais e datas comemorativas. Além disso, participantes ressaltaram a ressignificação das práticas pedagógicas, aspecto fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva e antirracista. A análise também ressaltou a importância do fortalecimento do núcleo, evidenciando a necessidade de sistematizar a documentação, ampliar sua visibilidade e promover maior integração no contexto institucional. Esses aspectos são fundamentais para garantir a continuidade das ações e consolidar o impacto das iniciativas no ensino, na pesquisa e na extensão.

Palavras-chave: NEABI; Educação Étnico-Racial; Concepções dos membros.

5.1. Introdução

Este artigo teve como propósito identificar as estratégias do NEABI/IFTM/Campus Paracatu para implementação da educação para as relações étnico-raciais na instituição. Destaca-se que, esta pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética em Pesquisa – CEP do Instituto Federal Goiano (entidade proponente da pesquisa) sob o número do Parecer 6.705.039 e da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (centro participante da pesquisa) sob o número do Parecer 6.718.854.

Nesse sentido, foi aplicado um questionário semiestruturado direcionado aos ex-membros e membros atuais do NEABI/IFTM/Campus Paracatu, designados por Portaria emitida pela Direção Geral, e que consentiram voluntariamente participar da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Foram excluídos colaboradores, voluntários e participantes temporâneos, assim como os ex-membros que atualmente não estejam vinculados de forma ativa e permanente ao Campus Paracatu. O questionário é composto por quatorze questões, organizadas em três categorias: quatro no formato objetivo, sete no formato discursivo e três no formato objetivo com opção para justificativa. Essa estrutura permitiu a coleta de dados diversificados, abrangendo tanto respostas diretas quanto relatos mais aprofundados dos participantes. As perguntas foram formuladas com o propósito de reunir dados relevantes, ampliando a compreensão sobre a atuação do núcleo sob diferentes perspectivas.

De acordo com Gil (2008 p. 121), questionário é uma técnica de pesquisa que consiste em um conjunto de perguntas direcionadas aos indivíduos, com o objetivo de coletar informações relacionadas a “conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, preocupações, comportamento presente ou passado”, entre outros aspectos. As perguntas formuladas buscaram identificar a composição étnica dos participantes, avaliar o nível de envolvimento e comprometimento na atuação do NEABI e compreender suas perspectivas em relação ao desenvolvimento das iniciativas do núcleo.

Dessa forma, elas foram agrupadas e organizadas de forma a compor categorias relacionadas à questão problema da pesquisa: Como é a atuação do NEABI/IFTM/Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão? Essas categorias contemplam informações relacionadas à autodeclaração racial, gênero, formação acadêmica, a função desempenhada no núcleo, além do nível de conhecimento acerca do plano de ação e das atividades desenvolvidas pelo núcleo no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Também abrangeram as percepções dos

participantes quanto à importância e o impacto que o núcleo exerce sobre eles. Por fim, são apresentados aspectos críticos e sugestões dos participantes para o desenvolvimento das ações do núcleo.

Para este estudo, foram consideradas as portarias emitidas entre o ano de implementação do NEABI no Campus Paracatu, em 2013²², e o ano do início da pesquisa, em 2023. Nesse contexto, realizou-se um mapeamento das portarias das comissões do NEABI, adotando-se como critérios de inclusão: ano de emissão (2013 a 2023) e portarias de designação de servidores para compor a comissão permanente do NEABI. Observou-se que a designação dos membros é uma prática recorrente nessas Portarias, o que resulta na participação de alguns servidores em gestões consecutivas. Foram analisadas quinze Portarias relacionados à nomeação de servidores para a composição da comissão permanente do NEABI. A análise dos dados revelou que, dentre os documentos examinados, trinta e cinco servidores atendiam aos critérios de seleção, sendo doze membros em exercício, os quais integravam a Portaria vigente na época, e vinte e três ex-membros que já haviam atuado anteriormente. Em média, cada mandato contou com a participação de doze membros. Ao longo dos anos analisados, aproximadamente cinquenta e quatro servidores atuaram no NEABI Campus Paracatu como membros, contribuindo para sua continuidade e desenvolvimento.

No referido contexto, trinta e cinco servidores foram convidados a participar voluntariamente da pesquisa, dos quais oito aceitaram o convite, correspondendo a um percentual de 22,85%. Com o propósito de preservar a identidade dos participantes da pesquisa, eles foram identificados sequencialmente como Participante 01 a Participante 08. Essa nomenclatura é utilizada na análise de todas as questões discursivas presentes no questionário semiestruturado.

5.2. Categoria I - perfil dos participantes

Uma das perguntas que consideramos importante fazer aos entrevistados foi sobre a sua autodeclaração racial, conforme as classificações utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados revelaram que a maioria se autodeclarou parda, representando 62,5% dos participantes da entrevista, os demais se autodeclararam brancos,

²² As portarias anteriores ao ano de 2013 designava membros para Comissões Permanentes de Estudos Indígenas e Comissões de Africanidades.

correspondendo a 37,5%. O quadro dos servidores lotados no Campus Paracatu²³ apresenta um número reduzido de pessoas negras, dentre um total de 131 servidores, apenas 11,44% se autodeclararam negros, sendo 6,10% homens e 5,34% mulheres. Nesse contexto, Vaz (2018), expõe sobre a representatividade de pessoas negras nos espaços de poder e decisão. A autora faz um paralelo com as cotas raciais no ensino superior:

[...] em termos semelhantes aos fundamentos das cotas raciais no ensino superior, em decorrência do longo processo histórico de inferiorização e desigualdade a que foi submetida, a população negra também se encontra sub-representada nos quadros de servidores públicos (Vaz, 2018, p. 34).

Outro aspecto relevante diz respeito às categorias étnico-raciais. O IBGE realiza a coleta de dados sobre cor ou raça da população brasileira com base no critério da autodeclaração. Isso significa que cada indivíduo, ao ser questionado, pode se identificar como preto, pardo, branco, amarelo ou indígena. O Decreto nº 11.443 de 21 de março de 2023, que dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal, apresenta em seu art. 2º a categoria de pessoas negras.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se pessoas negras as que se autodeclararem pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e que possuem traços fenotípicos que as caracterizem como de cor preta ou parda (Brasil, 2023).

Tanto o IBGE quanto o Decreto nº 11.443/2023 utilizam a classificação étnico-racial como ferramenta para identificação da população negra no Brasil, adotando critérios que combinam autodeclaração e características fenotípicas. O IBGE baseia-se no quesito cor ou raça, permitindo que os indivíduos se identifiquem como pretos, pardos, brancos, amarelos ou indígenas. O decreto, por sua vez, incorpora essa mesma classificação ao definir "pessoas negras" como aquelas que se autodeclararam pretas ou pardas, desde que apresentem traços fenotípicos correspondentes.

A predominância de pessoas pardas no núcleo, aliada à ausência de pessoas pretas autodeclaradas, levanta questões importantes: por que essa ausência ocorre? Quais barreiras podem estar impedindo a participação dessas pessoas no núcleo? Será que as estratégias de mobilização e acolhimento são inclusivas? A falta de representatividade negra (pessoas pretas

²³ Dados fornecidos em 11 de novembro de 2024, pela Coordenação de Gestão de Pessoas do IFTM Campus Paracatu.

autodeclaradas) pode indicar um distanciamento entre o NEABI e a realidade da comunidade que busca representar. A representatividade negra (pretos e pardos) deve ir além da presença numérica, tornando-se um elemento central na construção de um ambiente que fortaleça a identidade e o engajamento comunitário. Sem uma participação diversa e efetiva, corre-se o risco do núcleo se distanciar de seu papel como espaço de fortalecimento da identidade e luta antirracista.

Quando questionamos sobre o gênero, os dados indicaram que a maioria dos participantes se identifica com o gênero feminino, correspondendo a 75% do total, os demais 25% se identificam com o gênero masculino. No que se refere à formação acadêmica, os dados mostraram que 50% dos participantes possuem somente ensino superior completo, enquanto 25% possuem mestrado e 25% doutorado. Perguntamos ainda aos participantes, se já haviam exercido a função de presidente do NEABI. Os dados mostraram que 37,5% dos respondentes afirmaram ter ocupado a função de presidente, enquanto 62,5% responderam que não desempenharam essa função. Em relação a participação no núcleo, os dados demonstraram que 62,5% dos participantes são ex-membros do núcleo, enquanto 37,5% dos entrevistados são membros atuais.

Os dados obtidos permitem analisar a composição do núcleo em relação ao gênero, formação acadêmica e participação na liderança, aspectos importantes para a compreensão de sua dinâmica interna. Esses aspectos são essenciais para avaliar a atuação do núcleo e subsidiar estratégias que fortaleçam sua representatividade e inclusão.

5.3. Categoria II - plano de ação

Os participantes foram consultados sobre a elaboração de um plano de ação para a execução das atividades do núcleo. Os dados apontaram que 75% dos participantes afirmaram ter elaborado um plano, enquanto 25% afirmaram que não o fizeram. Percebeu-se uma variação nas respostas referentes à elaboração do plano de ação, refletindo diferentes percepções ou níveis de envolvimento por parte dos participantes. Essa variação pode apontar possíveis lacunas na comunicação, bem como para a necessidade de maior clareza na definição das ações, objetivos e metas. A elaboração de um plano de ação é essencial para a efetividade das atividades do NEABI, pois organiza as ações e auxilia para que objetivos e metas, sejam alcançados de maneira sistemática. Como mencionado por Oliveira (2014, p. 200),

Através de suas atividades os NEABs estão se tornando cada vez mais espaços de formação e de produção de conhecimento contra-hegemônico numa sociedade altamente estratificada, preconceituosa e desigual como a brasileira.

Dessa forma, o NEABI, ao estruturar suas atividades por meio da elaboração de um plano de ação que inclua propostas de atividades que transcendam o ambiente escolar, potencializa sua capacidade de transformar o ambiente educacional em um espaço de inclusão e respeito à diversidade, além de ampliar o alcance de suas iniciativas tornando-se mais eficazes na promoção da conscientização e no enfrentamento do racismo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e antirracista. Além disso, a elaboração do plano de ação está prevista nas atribuições do NEABI conforme estabelecido na Resolução IFTM N° 259 de 01/09/2022, art. 4º, § VIII, que dispõe sobre a revisão do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFTM – NEABI.

VIII. Elaborar e apreciar o Plano de Ação (Anexo I) e Relatório Anual de Atividades (Anexo II) do núcleo, encaminhando-os à CAID via módulo Docs²⁴ do Virtual-IF para apreciação (IFTM, 2022).

5.4. Categoria III - atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão

Inquirimos junto aos membros se, durante sua participação na comissão, o núcleo desenvolveu ações no âmbito do ensino. Solicitamos que, caso tenha sido realizada, fossem detalhadas. Os dados indicaram que 75% dos participantes confirmaram o desenvolvimento de tais atividades, enquanto 25% confirmaram que não houve o desenvolvimento dessas ações. Já para os que afirmaram que o núcleo desenvolveu atividades no âmbito do ensino, destacaram as seguintes ações: atividade cultural (Participante 02), palestras e apresentação (Participante 03), palestras e cartazes (Participante 07), atividades das aulas de literatura, história e arte (Participante 04).

Tentamos trabalhar diversas atividades e ações abordando as relevantes temáticas do Neabi (Participante 01).

²⁴ O DOCS - Módulo Administrativo de elaboração, cadastramento, protocolo, assinatura e tramitação de documentos eletrônicos do IFTM, foi desenvolvido para que todos os servidores, gestores e membros das equipes de Protocolo / Gestão de documentos do IFTM possam registrar e buscar informações referentes aos documentos institucionais. Disponível em:
<https://virtualif.iftm.edu.br/ERP/MAD/DOCS/docs/index.php?idx=0&arq_idx=3> Acesso em: 01 out. 2024.

Há muitos anos que participo. Desse modo, as atividades aqui são apenas exemplificativas: 1. Seminários 2. Grupos de estudos 3. Concurso de redações 4. Feira de História das Diversidades 5. Projeto Samba em Conta Gostas 6. Conferências 7. Minicursos 8. Projetos de pesquisa ligados à História da África 9. Participação em eventos como o Fórum de Inclusão e Diversidades e no CONERER 10. Participação em cursos de formação. Outros (Participante 08).

Apesar de 75% dos participantes terem afirmado que o núcleo desenvolveu atividades de ensino, algumas das atividades mencionadas podem não se enquadrar nessa categoria. No que tange aos Projetos Pedagógicos dos cursos do ensino médio integrado ao técnico do IFTM/Campus Paracatu, o item sobre concepção metodológica fornece diretrizes para orientar as escolhas metodológicas na elaboração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, são apresentados alguns exemplos de atividades que podem ser realizadas no âmbito do ensino.

Essas diretrizes são concretizadas na realização de aulas expositivas dialogadas, trabalhos e pesquisas de campo, atividades práticas em laboratório, estudos dirigidos, seminários, apresentação de trabalhos em eventos, projetos integradores, e na autoavaliação tendo como objetivos promover ao estudante à vivência e a construção de novos conhecimentos, bem como o repensar do currículo e de sua organização didático-pedagógica (PPC, p. 36, 2022).

Ao correlacionar os dados obtidos com as respostas sobre o plano de ação, observou-se uma divergência. Dos dados apurados, 25% dos participantes afirmaram que o núcleo não elabora um plano de ação. No entanto, 12,5% afirmam que o núcleo não desenvolveu ações de ensino (Participante 06), enquanto outros 12,5% afirmam que o núcleo realizou tais ações (Participante 01). Além disso, verificou-se que o participante que declarou que o núcleo não elabora plano de ação e tampouco desenvolveu ações de ensino, ingressou no núcleo por convocação da chefia (Participante 06). Outro participante, ao informar que o núcleo elabora o plano de ação, mencionou que este não desenvolveu ações de ensino (Participante 05). Considerando que esses dados já foram abordados anteriormente, em respostas no formato objetivo, optou-se por apenas mencionar os participantes envolvidos. Isto posto, a análise das respostas indicou uma discrepância, o que pode estar relacionado a diferentes interpretações sobre o que constitui um plano de ação ou o desenvolvimento de atividades de ensino.

Averiguamos com os participantes se, durante sua participação no núcleo foram desenvolvidas ações no âmbito da pesquisa. Solicitamos que, caso essas ações tenham sido realizadas, fossem citadas. Os dados evidenciaram que 75% afirmaram que não houve desenvolvimento de ações relacionadas à pesquisa e 25% confirmaram que tais ações foram realizadas. O participante que embora tenha mencionado que o núcleo desenvolveu atividades

no âmbito da pesquisa, esclareceu que tais atividades não foram, de fato, desenvolvidas pelo núcleo como um coletivo, mas sim por ele, individualmente, em sua função de docente.

O Núcleo especificamente não. Mas sou integrante do núcleo e as atividades desenvolvidas pelos docentes devem ser consideradas. Desse modo, foram desenvolvidos cinco projetos de pesquisa, no caráter de iniciação científica [...] (Participante 08).

Publicação de artigos científico sobre a imagem/representação de quilombo construída pela mídia paracatuense e sobre imagens/representação de mulher negra [...] (Participante 02).

Investigamos se, durante a participação dos membros na comissão, o núcleo desenvolveu atividades no âmbito da extensão. Solicitamos que, caso tivessem sido realizadas fossem informadas as respectivas atividades. Os dados apontaram que 75% dos participantes declararam que o núcleo não desenvolveu ações, enquanto 25% declaram que sim. E dentre as atividades mencionadas, destacam-se:

Palestras (Participante 07).

Além da participação dos eventos organizados com o Neabi de outros campi do IFTM, houve também minicurso, conferências, seminários (Participante 08).

Embora a maioria dos participantes tenham afirmado que não foram desenvolvidas atividades no âmbito da extensão, dois participantes reconhecem que tais atividades ocorreram. No entanto, as descrições são limitadas, o que compromete uma compreensão mais ampla dessas ações. Nesta categoria percebeu-se que quando os membros afirmaram que as atividades foram realizadas, observamos que algumas são feitas pelos docentes das disciplinas afins e não pelo coletivo NEABI. Como registrou o participante 08: “O Núcleo especificamente não. Mas sou integrante do núcleo e as atividades desenvolvidas pelos docentes devem ser consideradas”. Sobre esse aspecto, Nascimento (2023) nos aponta que, no contexto das demandas, é fundamental reconhecer que, no corpo docente, as atividades são frequentemente mantidas por professores das áreas de Ciências Humanas, Artes e Linguagens, ou por membros específicos do núcleo. Essa prática, além de sobrecarregar os professores envolvidos, diverge dos objetivos dos NEABIs, que priorizam a promoção de um debate abrangente, democrático e interdisciplinar, fundamentado na participação ativa e coletiva de todos os integrantes da instituição. Além disso, a Resolução IFTM N° 259 de 01/09/2022 em seu art. 3º, § único dispõe:

Parágrafo único. O NEABI deverá atuar em parceria com as coordenações de curso, setor pedagógico, coordenações de apoio ao estudante e demais setores dos campi para efetivação de seus objetivos e atribuições (IFTM, 2022).

Outro aspecto a ser destacado refere-se ao desenvolvimento das atividades. Observou-se que, em relação às atividades de pesquisa e extensão, a maioria dos participantes mencionou que o núcleo não realizou tais ações. Diante disso, observa-se que as atividades desenvolvidas pelo núcleo, em sua maioria, não estão sendo executadas em conformidade com as diretrizes estabelecidas, ou evidenciam desconhecimento por parte dos membros quanto a possíveis divergências em relação a Resolução vigente. No que diz respeito à Resolução IFTM N° 259 de 01/09/2022, a relação entre o NEABI e o desenvolvimento dessas atividades está descrita nas finalidades, objetivos e atribuições do núcleo.

Art. 2º O NEABI tem a finalidade de fomentar ações de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão, orientadas às temáticas das identidades, das relações étnico-raciais e do racismo no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural, visando a promover o cumprimento efetivo das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (IFTM, 2022).

Art. 3º O NEABI tem os seguintes objetivos: II. Promover a realização de atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão como cursos, seminários, palestras, conferências e atividades artístico-culturais voltadas à formação inicial e continuada referente à temática étnico-racial; X. Articular ações entre ensino, pesquisa e extensão, de caráter interdisciplinar, que permitam desenvolver a temática da diversidade étnico-racial (IFTM, 2022).

Art. 4º São atribuições do NEABI: I. Promover a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à sua temática (IFTM, 2022).

5.5. Categoria IV - motivações e percepção da importância do núcleo

Indagamos aos entrevistados sobre as motivações que os levaram a integrar o NEABI. Com base nos dados coletados, observamos que não houve uma motivação que sobressaísse entre as respostas dos participantes. Entre as motivações descritas pelos participantes, apresentaram-se as seguintes:

Porque eu preciso entender mais sobre questões relacionadas à identidade, relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e indígenas (Participante 01).

Oportunidade de conhecimento e de possível afetação pelas pautas do núcleo (Participante 02).

O interesse por uma educação antirracista (Participante 03).

Conhecer um pouco do trabalho que já estava sendo desenvolvido e procurar contribuir com as minhas experiências adquiridas [...] (Participante 05).

Pensar na defesa das minorias (Participante 07).

As respostas dos participantes refletem um interesse pessoal em ampliar conhecimentos sobre identidade, relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e indígena, bem como temas relacionados à educação antirracista. A busca por aprendizado nessas áreas, seja por afetação direta das pautas do núcleo ou pelo desejo de contribuir com experiências prévias, também é mencionada. O participante 08 expôs a seguinte motivação:

Além do interesse pela temática da luta antirracista, pela consolidação da Educação para as Relações Étnico-Raciais, a disciplina está incluída na obrigatoriedade da Lei 10639/2003 (Participante 8).

Sobre isso Oliveira (2020, p. 175), nos diz:

[...] o professor engajado nas causas sociais não abandona a esperança na possibilidade de mudanças que contemplem a inclusão e a cidadania universal tendo a educação antirracista como protagonista.

Presume-se, a partir da resposta do participante, um compromisso com a implementação de uma educação antirracista, o que está intrinsecamente ligado a finalidade do núcleo, conforme dispõe a Resolução IFTM Nº 259 de 01/09/2022:

Art. 2º O NEABI tem a finalidade de fomentar ações de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão, orientadas às temáticas das identidades, das relações étnico-raciais e do racismo no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural, visando a promover o cumprimento efetivo das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (IFTM, 2022).

Os participantes 04 e 06 mencionaram as seguintes motivações:

Indicação da diretoria (Participante 04).

Convocação da Direção do IFTM (Participante 06).

Estas respostas indicam que a motivação dos participantes pode estar associada a demandas institucionais ou orientações provenientes da gestão, sugerindo uma adesão influenciada por fatores externos. Neste contexto a Resolução 259 de 01 de setembro de 2022, que dispõe sobre a revisão do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFTM – NEABI, traz o seguinte apontamento em seus artigos 7º, 8º e 9º:

Art. 7º Os núcleos nos campi e reitoria deverão ser formados por representantes docentes, técnicos administrativos, discentes dos campi do IFTM e comunidade externa, designados por meio de portaria emitida pela autoridade máxima de cada unidade (IFTM, 2022).

Art.8º A representação dos membros do NEABI dar-se-á mediante convite pela Direção Geral dos campi aberto à comunidade interna e externa e, após manifestação dos interessados, será emitida a portaria para a designação destes como membros (IFTM, 2022).

Art. 9º A representação de membros da comunidade externa dar-se-á mediante convite a pessoas ligadas às associações culturais, instituições de políticas públicas, entidades,

fundações afins ou representações do movimento negro, afrodescendente e indígena da cidade/região (IFTM, 2022).

Observamos que as motivações apresentadas para integrar o NEABI revelam diferentes perspectivas, variando entre o autêntico interesse em questões étnico-raciais a convocações formais, o que pode influenciar o nível de engajamento e comprometimento dos membros no desenvolvimento das atividades do núcleo. Além disso, nas portarias selecionadas para este estudo, não foram identificados nomes de discentes ou membros da comunidade externa.

Outra pergunta aplicada foi a respeito da percepção dos participantes sobre importância do núcleo na promoção da diversidade e inclusão dentro da instituição. Os dados revelaram que os participantes consideram o NEABI como um núcleo importante. Um dos participantes considera o núcleo como local propício para a promoção do debate e da conscientização sobre as questões indígenas e afro-brasileiras.

Foi e é importante porque contribui para trazer à tona discussão, reflexão e diálogos relacionados aos diversos contextos sociais nas quais as questões indígenas e afro-brasileiras precisam ser evidenciadas e tratadas (Participante 01).

Outro participante destaca o NEABI como um possível espaço de tomada de posição frente a diversidade:

Como possível espaço de tomada de posição do grupo frente a pauta da diversidade/heterogeneidade enquanto singularidade, e não como ação homogeneizadora/universalizante (Participante 02).

Além disso, o NEABI foi destacado como uma referência para a implementação de uma educação antirracista. O participante enfatiza a extrema necessidade dessa implantação, o que pode indicar que ele percebe uma ausência nessa área na instituição e reconhece que o NEABI pode ser o mecanismo para suprir tal necessidade.

O núcleo representa uma importante referência para a implementação extremamente necessária de uma educação antirracista (Participante 03).

Em suas respostas, os participantes 04 e 07 descreveram o núcleo como "extremamente importante" e "necessário". No entanto, a ausência de justificativas detalhadas limita a compreensão dos fatores que fundamentam essa percepção, dificultando uma análise mais aprofundada sobre sua relevância.

A resposta do participante 05 evidencia a percepção do NEABI como um agente importante na promoção da diversidade e inclusão na instituição. Outro aspecto mencionado, diz respeito à necessidade de analisar as individualidades no processo de inclusão, o que sugere

que o participante percebe o NEABI como um espaço necessário para tratar as especificidades e garantir que as práticas inclusivas sejam adequadas às diferentes realidades dos indivíduos.

Percebo que por meio do NEABI muitas discussões são realizadas no intuito de mostrar e esclarecer as diversidades existentes dentro da comunidade. Chegando à conclusão que devido a essas diversidades, realmente precisam ser analisadas as individualidades no processo de inclusão na instituição (Participante 05).

A fala do participante 06 sugere que ele percebe o NEABI como um meio eficaz para promover mudanças de percepção e atitude dentro da instituição, atuando na conscientização dos indivíduos sobre a importância de um ambiente mais inclusivo e diverso.

Vejo o núcleo como uma importante ferramenta no que diz respeito à sensibilização da comunidade para a questão da inclusão e diversidade (Participante 06).

A partir do mencionado pelo participante 08 percebe-se que ele reconhece a importância do NEABI, mas destaca que o professor é o eixo central no processo de implementação da educação das relações étnico-raciais. O participante acrescenta que, embora o NEABI seja importante como articulador e formação docente, são os professores em seu contato com os alunos que desempenham o papel mais impactante na aplicação dessas práticas educacionais.

O NEABI é muito importante, mas as atividades dos professores no âmbito de sua disciplina e destaca porque são eles que estão dia a dia com os alunos e percebem em que sentido podem atuar melhor na Educação das Relações Étnico-Raciais. O Núcleo funciona muito bem como um articulador de formação e aperfeiçoamento do professor nesse escopo (Participante 08).

Nesse sentido, observamos que a fala do participante 08 reforça a importância da parceria entre NEABI e os professores na promoção de uma educação antirracista, destacando o papel dos docentes no cotidiano escolar, visto que são capazes de identificar as melhores formas de trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais. Essa perspectiva está alinhada com a visão de Oliveira (2014), que define o NEABI como:

[...] um sujeito coletivo capaz de exercer, por excelência, a função educativa sobre a problemática étnico-racial e difundir-la para toda a sociedade a partir do ambiente educacional[...] (Oliveira, 2014, p. 202).

Com um enfoque semelhante sobre a influência do NEABI nas instituições, Almeida; Araújo (2023), pontuam que:

[...] é fundamental destacar que o trabalho realizado pelo NEAB desempenha um papel significativo na conscientização e luta contra o racismo, capacitando professores e alunos a serem agentes de transformação na sociedade. Seu impacto vai além da universidade, influenciando toda a sociedade e promovendo uma visão mais abrangente da história e cultura afro-brasileira. Assim, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros é uma força positiva que enriquece a prática docente, amplia a

compreensão das questões raciais e culturais e contribui para uma educação mais inclusiva e diversificada (Almeida; Araújo, 2023, s.p.).

Dessa forma, a parceria entre o núcleo e o professor é fundamental para estabelecer uma formação contínua e eficaz, potencializando o impacto das ações antirracistas no ambiente escolar e, por consequência, na sociedade como um todo. O NEABI, como articulador, oferece suporte e aperfeiçoamento ao docente, que, por sua vez, traduz essas formações em práticas pedagógicas diárias, promovendo uma educação transformadora e inclusiva.

5.6. Categoria V - sugestões, aspectos críticos, importância e impacto

Solicitamos aos participantes que apresentassem sugestões para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades do núcleo. Os dados sinalizaram que alguns dos participantes sugeriram que as atividades fossem realizadas com maior frequência ao longo do ano. Entre as contribuições dos participantes, foram sugeridas as seguintes ações:

Participação coletiva da instituição durante encontros que deveriam ocorrer pelo menos 2 vezes por mês (Participante 02).

Outra sugestão diz respeito a inclusão, no calendário do IFTM, de uma semana dedicada ao envolvimento de todos os servidores para tratar das questões relativas ao NEABI.

Creio que criar no calendário do IFTM uma semana envolvendo todos os servidores para tratar das questões relativas ao Neabi (Participante 01).

Esse contexto, ressalta a importância de maior clareza e diálogo sobre as prerrogativas e funções do núcleo, buscando alinhar as percepções e expectativas dos membros às diretrizes institucionais estabelecidas para o NEABI. Um participante sugeriu que o núcleo desenvolvesse mais atividades; entretanto, não especificou os tipos de atividades.

Que o núcleo possa desenvolver as atividades ao longo do ano letivo, e não apenas na semana da consciência negra e no dia dos povos indígenas” (Participante 03).

Outras ações foram sugeridas pelos participantes:

Conhecer as diferentes comunidades afro-brasileiras e indígenas na região de Paracatu, como também auxiliar no direcionamento de estudos, pesquisas e ações de extensão que promovam a reflexão sobre as questões étnico-raciais na região de Paracatu (Participante 05).

Criação de um grupo de leitura/estudo que realmente se dedique a entender a causa (Participante 04).

Aperfeiçoar o apoio às atividades docentes pertinente ao Núcleo. Articular participação em congressos e similares (Participante 08).

A sugestão do Participante 08 está relacionada a uma das atribuições do NEABI estabelecidas na Resolução IFTM N° 259 de 01/09/2022:

II. Promover encontros, seminários, cursos, palestras, oficinas, mesas redondas, sensibilização e qualificação de servidores, funcionários, discentes e comunidade externa para a educação das relações étnico-raciais, visando, ainda, o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e da cultura indígena na construção histórica e cultural do país (IFTM, 2022).

Os participantes 06 e 07 convergem na sugestão de uma maior participação dos membros do núcleo. Propuseram as seguintes sugestões:

Vejo o núcleo ainda desconhecido entre a comunidade escolar. Acredito que um bom trabalho entre os membros do núcleo sobre o seu papel e qual o objetivo a ser alcançado já renderiam bons frutos no sentido de novas ações e novas atuações dentro do ambiente escolar. Várias atividades poderiam ser realizadas propondo reflexões sobre ações do dia a dia da escola ao longo do ano (Participante 06).

Melhor participação dos membros do Neabi (Participante 07).

Observamos que as sugestões mencionadas pelos participantes 06 e 07 refletem nas considerações apresentadas pelo participante 08 ao ser questionado sobre as atividades desenvolvidas pelo núcleo no âmbito da pesquisa: “O Núcleo especificamente não [desenvolveu atividades]. Mas sou integrante do núcleo e as atividades desenvolvidas pelos docentes devem ser consideradas”.

Poucas atividades realizadas coletivamente pelo núcleo, conforme observado, apontam para a necessidade de fortalecer o engajamento dos membros e estabelecer com maior clareza os papéis e objetivos do núcleo, conforme indicado pelos participantes 06 e 07.

De acordo com Nascimento (2023):

Esses núcleos existem em várias instituições de ensino do país e perfazem uma alternativa legítima para incluir estudantes e profissionais das diversas áreas do conhecimento, ampliando, desse modo, o debate na sociedade (Nascimento, 2023, p. 185).

Nesse sentido, ao integrar múltiplas perspectivas, elas não apenas enriquecem o debate, mas também fortalecem a atuação coletiva, o que possibilita a ampliação do alcance dos seus objetivos. Essa colaboração interdisciplinar contribui para uma abordagem mais ampla das questões étnico-raciais, potencializando o impacto das ações do NEABI, tanto no ambiente educacional quanto na comunidade externa.

Pedimos aos participantes, com o objetivo de fortalecer e aprimorar as atividades do núcleo, que descrevessem aspectos críticos identificados no contexto do desenvolvimento da atuação do NEABI. Os dados expuseram alguns fatores que afetam o desenvolvimento das atividades do núcleo. Um ponto levantado pelo participante 01 é a percepção de que a importância das questões tratadas pelo NEABI não é suficientemente reconhecida pela comunidade escolar. O participante destaca que o conhecimento sobre as questões indígenas e afro-brasileiras deve ser aprofundado por todos os servidores, e não apenas pelos membros do núcleo.

As pessoas devem ter consciência da importância do Neabi, das questões tratadas pelo núcleo e perceber que não são questões apenas de quem está na comissão, mas que todos os servidores precisam também dia a dia aprofundar o conhecimento sobre cultura Indígena ou Afro pois é um dever de todos (Participante 01).

Nesse sentido, a Resolução IFTM N° 259 de 01/09/2022 prevê em seu Art. 20, inciso V, a competência da coordenação do NEABI:

V. Promover a integração do NEABI com os demais setores da instituição, bem como com outras entidades/instituições afins, públicas e privadas (IFTM, 2022).

A partir da resposta de outro participante, podemos inferir que essa falta de conhecimento sobre o NEABI por parte da instituição pode resultar em desinteresse e falta de compromisso com a causa, levando alguns membros a participarem do núcleo apenas para obter a pontuação no Relatório de Atividades Docentes – RAD, conforme exposto pelo participante 02: “Estar no grupo apenas para alcançar pontuação no RAD”.

Nesse contexto, a Resolução IFTM N° 259 de 01/09/2022 prevê:

Art. 17. As horas de dedicação ao NEABI cumpridas pelos docentes membros do núcleo poderão compor a carga horária de trabalho a ser comprovada no Relatório de Atividade Docente – RAD (IFTM, 2022).

Outro fator que está parcialmente ligado ao que foi relatado anteriormente refere-se à percepção do participante 04, que aponta como fator crítico: “Atividades que acontecem apenas próximas às datas de abril e novembro”. Essa situação pode contribuir para a falta de conhecimento e visibilidade das questões tratadas pelo núcleo, indicando que as ações do núcleo são esporádicas e não contínua. Nesse sentido, para que o núcleo tenha um impacto duradouro, é importante que suas atividades sejam disseminadas ao longo do ano, tornando-se parte do cotidiano da instituição.

O participante 06 tem uma perspectiva semelhante no que diz respeito à conscientização diária em todos os ambientes institucionais e considera que as ações do núcleo não são suficientemente divulgadas.

Acho que as ações do núcleo não são divulgadas. O trabalho de conscientização, deve ser realizado a todo tempo e em todos os espaços escolares. Não deve ser reduzido a uma ação na semana de consciência negra, ou dia da consciência negra, dia do índio. Por outro lado, senão houver a sensibilidade da gestão escolar em indicar os membros, incentivar as ações, o trabalho torna-se moroso e não será efetivo. É preciso a participação de boa parte da comunidade escolar” (Participante 06).

O aspecto identificado pelo participante 07 refere-se à crença na importância do núcleo pelos membros, o que reflete na prática de ações voltadas para a conscientização e valorização das minorias.

Os membros do Neabi, devem acreditar verdadeiramente na sua importância, colocando em prática ações de conscientização e valorização das minorias (Participante 07).

Essa crença, por sua vez, fortalece o núcleo, possibilita um maior engajamento da instituição nas questões étnico-raciais, promove a inclusão e o respeito pela diversidade. Esse respeito vai ao encontro do que expõe o participante 03:

A intolerância religiosa é, infelizmente, uma constante no contexto do desenvolvimento da atuação do Neabi. A divulgação, o conhecimento acerca das religiões de matriz africana, assim como das religiões dos povos indígenas, são pontos fundamentais para o desenvolvimento de uma educação antirracista (Participante 03).

A crítica traz uma importante reflexão sobre a intolerância religiosa no contexto do NEABI, destacando a necessidade de maior visibilidade para as religiões de matriz africana e indígena como parte integrante de uma educação antirracista. Sugere que a educação antirracista não se pode limitar a discussões sobre raça e etnia, mas deve alcançar também a diversidade cultural e espiritual dos povos que compõem a sociedade.

Nesse sentido, ao excluir essas tradições religiosas do contexto da atuação, reforça-se os estereótipos e preconceitos que perpetuam a exclusão social e cultural dos povos historicamente marginalizados. É preciso que os currículos educacionais e as práticas pedagógicas deem espaço a essas tradições religiosas, combatendo não apenas o racismo, mas também a intolerância religiosa com as religiões de matriz africana e indígena.

Observamos que para o participante 05, há carência de recursos e tempo para realizar visitas às comunidades, o que limita o desenvolvimento de atividades de estudos, pesquisas e ações de extensão.

Falta de recursos e tempo necessários para promover as visitas as comunidades, visando o desenvolvimento de atividades direcionadas aos estudos, pesquisas e ações de extensão que promovam a reflexão sobre as questões étnico-raciais (Participante 05).

A necessidade de fortalecer o NEABI como um grupo que agrega todas as disciplinas, e não apenas as relacionadas diretamente às legislações, conforme exposto pelo participante 8 é um ponto essencial para a construção de um espaço plural e diversificado: “Necessidade de fortalecer o grupo como aglutinador de todas as disciplinas, não somente aquelas indicadas diretamente na legislação”.

Consultamos os participantes sobre a importância e o impacto que a experiência como membro teve ou tem em sua vida. Os dados apresentaram diferentes perspectivas entre os participantes.

Participar dos estudos através do Neabi foi crucial para minha conscientização contra o preconceito e racismo. O efeito desses estudos me levaram a buscar métodos de ensino mais inclusivos, objetivando apoiar a diversidade e combater o racismo (Participante 01).

Conhecimento, resignificação ética da temática no contexto do ensino/a sala de aula (Participante 02).

Com a professora X como presidente, tive uma experiência positiva, e uma perspectiva de que podemos fazer muito com relação a este tema dentro da escola (Participante 07).

As respostas dos participantes indicam uma resignificação de suas práticas pedagógicas, favorecendo a promoção da educação étnico-racial. Por outro lado, observamos, por meio da resposta de um participante, uma inatividade do núcleo em certos períodos. Segundo o participante 06: “Não fui um membro atuante, assim como o núcleo também não era quando eu participava”.

O participante 04 expressou o desejo de ter contribuído mais, no entanto ressaltou que a carga horária das atividades que desempenhava na época limitou seu empenho: “Gostaria de ter feito mais, porém a carga horária e atividades nas quais me encontrava não permitiu tanto empenho”.

Contudo, ao estabelecer um paralelo com as motivações que levaram esses participantes a integrarem o NEABI, em ambos os casos, por indicação ou convocação da Direção, nota-se uma possível correlação entre a forma de ingresso e o baixo engajamento nas atividades. Esse dado sugere que a adesão não voluntária pode influenciar negativamente o comprometimento com os objetivos do núcleo.

Também foi destacado pelo participante 05 a oportunidade de conhecer as diversidades existentes nas comunidades Afro-Brasileiras e Indígenas como um aspecto positivo de sua experiência com o NEABI.

A oportunidade de conhecer as diversidades existentes nas comunidades Afro-Brasileiras e Indígenas (Participante 05).

O sentimento de fortalecimento foi exposto pelo participante 08:

Ser membro do NEABI me fortalece a luta antirracista e me amplia questões fundamentais sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais (Participante 08).

Essa afirmação reflete um reconhecimento do papel que o NEABI desempenha na formação e conscientização de seus membros. A declaração sugere que a participação no núcleo não apenas reforça o compromisso do participante com a luta antirracista, como também contribui para uma compreensão mais profunda das complexidades que envolvem as relações étnico-raciais, favorecendo a resignificação das práticas pedagógicas.

A resposta do participante 03 evidencia uma análise crítica da situação da educação antirracista no campus:

Foi fundamental para entender dois aspectos: de um lado, o quanto a educação antirracista está aquém do que precisa no campus Paracatu, por outro, o quanto as atividades do núcleo são fundamentais para as mudanças de perspectivas dos nossos alunos (Participante 03).

No primeiro aspecto, essa percepção sugere que, apesar das iniciativas, ainda há um longo caminho a percorrer para que a educação antirracista se torne uma realidade efetiva e abrangente. Já o segundo aspecto, destaca a importância das atividades do núcleo, reconhecendo-as como mecanismos de mudanças nas percepções e atitudes dos alunos.

Em relação ao papel do NEABI como promotor de uma educação antirracista, Nascimento; Santos (2016) esclarecem:

A atuação do NEAB como estimulador de uma educação antirracista não pode estar restrita apenas ao agrupamento racial que mais sofre as consequências do racismo. Seu raio de ação deve atingir a todos que participam da instituição: internos, servidores e gestores. Isso porque um dos propósitos do NEAB consiste em contribuir para que, por meio da educação e da disseminação do conhecimento, as relações étnico-raciais sejam pautadas no respeito às identidades de cada agrupamento étnico-racial e no respeito efetivo às leis e aos Direitos Humanos (Nascimento; Santos, 2016, p. 216).

As respostas do questionário revelam que os participantes apresentam um conhecimento restrito sobre a Resolução IFTM N° 259 de 01/09/2022 que dispõe sobre a revisão do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFTM – NEABI, o que

impacta diretamente a clareza quanto aos objetivos, atribuições e competências do núcleo. Observa-se, apesar de uma preocupação em cumprir as exigências das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, é importante que o cumprimento abranja outras normativas e diretrizes.

Embora o núcleo atue conforme o contexto institucional e seus membros se empenhem em cumprir os objetivos estabelecidos, a promoção de uma educação antirracista e democrática requer um engajamento mais inclusivo e abrangente. Como agente transformador, o fortalecimento do núcleo se mostra importante para intensificar a luta antirracista no ambiente institucional e promover uma educação baseada no respeito e valorização da diversidade.

Além disso, torna-se necessário uma reflexão sobre as estratégias de atuação adotadas pelo núcleo: as ações implementadas pelo NEABI têm potencial para consolidar sua relevância no ensino, pesquisa e extensão, ou permanecem restritas a eventos e atividades pontuais? Os membros são comprometidos com o núcleo, ou as ações permanecem restritas a um pequeno grupo que carrega a responsabilidade coletiva? As estratégias adotadas pelo núcleo são eficazes para assegurar sua atuação de forma contínua? Além disso, por que não há discentes envolvidos na composição do núcleo? Se a proposta é a valorização da cultura afro-brasileira, como justificar a falta de representatividade negra (pessoas pretas autodeclaradas) entre seus integrantes? Diante disso, torna-se importante reavaliar as estratégias adotadas, buscando garantir maior diversidade na composição do núcleo, ampliar a participação discente e estruturar um modelo de atuação que assegure a continuidade e o impacto das iniciativas desenvolvidas no ensino, pesquisa e extensão.

5.7. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo identificar as estratégias do NEABI/IFTM/Campus Paracatu para implementação da educação para as relações étnico-raciais na instituição. Para isso, foi adotado como procedimento metodológico aplicação de questionário semiestruturado aos ex-membros e atuais designados em Portaria emitida pela Direção Geral e que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A análise realizada sobre a atuação do núcleo no âmbito do ensino, pesquisa e extensão revelou uma concentração predominante de suas atividades na dimensão do ensino, com iniciativas voltadas para a promoção da cultura afro-brasileira e a valorização das identidades

étnico-raciais. No entanto, identificou-se uma limitação na pesquisa e na extensão, evidenciada pelo número reduzido de ações sistematizadas que ampliem o impacto do núcleo para além do espaço interno do Campus Paracatu.

No que diz respeito às estratégias do NEABI para a implementação da educação para as relações étnico-raciais na instituição, observou-se que suas ações se concentram em eventos pontuais e datas comemorativas, sem a constituição de um plano estruturado que garanta a continuidade e efetividade das práticas educativas. Embora alguns participantes mencionem a existência de um plano, observa-se que sua efetividade é limitada. A ausência de um planejamento formal, aliada à restrição do engajamento dos membros, compromete a consolidação do núcleo como um espaço permanente de formação crítica e troca de saberes.

Além dessas estratégias, observa-se que os membros incorporam a temática em suas disciplinas promovendo reflexões e debates, a continuidade da participação dos membros em comissões consecutivas e a presença em eventos promovidos pelo IFTM também se destacam como iniciativas para ampliar o alcance das discussões e fortalecer o compromisso com a educação para as relações étnico-raciais. Entretanto, a efetividade dessas estratégias ainda requer um planejamento estruturado e mecanismos que garantam a participação ativa de um grupo mais amplo.

Com isso, os participantes destacaram a importância de fortalecer a conscientização sobre o papel do núcleo, combater a intolerância religiosa e superar a escassez de recursos e tempo para pesquisas e estudos da temática. Além disso, ressaltaram a necessidade de ampliar a visibilidade das ações e consolidar o núcleo como um espaço integrador de todas as disciplinas. Por outro lado, apontaram a ressignificação das práticas pedagógicas, aspecto fundamental para a construção de uma educação inclusiva e antirracista.

Considerando esses aspectos, para que o NEABI avance enquanto espaço de formação e transformação, é essencial que suas ações ultrapassem a dimensão do ensino e se expandam de forma equitativa para a pesquisa e a extensão. A centralização das atividades em eventos pontuais limita seu potencial de impacto, exigindo a adoção de estratégias mais consistentes e contínuas. O fortalecimento do engajamento dos membros, a diversificação das práticas pedagógicas e a superação de desafios estruturais são fundamentais para consolidar o núcleo como espaço integrador, crítico e comprometido com a equidade e a valorização da diversidade. Recomenda-se, portanto, a continuidade de estudos que aprofundem os desafios e possibilidades de atuação dos NEABIs na educação brasileira.

5.8. Referências

ALMEIDA, Maria Clara Lopes de; ARAÚJO, Clébio Correia. **Investigação do impacto do núcleo de estudos Afro-Brasileiros (neab) na trajetória de graduados da UNEAL, Campus I. IV Copene Nordeste.** 2023. Disponível em:

<<https://www.copenenordeste2023.abpn.org.br/anais/trabalhos/lista#M>> Acesso em: 10 set. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BRASIL. Decreto nº 11.443 de 21 de março de 2023, que dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **Resolução CEPE/IFTM nº 04 de 28 de novembro de 2022.** Dispõe sobre a Atualização do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do Campus Paracatu. 2022a. Disponível em:

<<https://iftm.edu.br/cepe/resolucoes/20221214/resolucao-cepe-iftm-n-04-de-28-de-novembro-de-2022-dispoe-sobre-a-atualizacao-do-projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-em-administracao-integrado-ao-ensino-medio-do-campus-para/>> Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Resolução nº 259 de 01 de setembro de 2022.** Uberaba: IFTM, 2022. Disponível em:<<https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/20220901/resolucao-iftm-n-259-2022/>> Acesso em: 16 set. 2024.

NASCIMENTO, Alexandre do; SANTOS, Aderaldo Pereira dos. Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em instituições de Educação Básica e profissional: experiências na FAETEC e no DEGASE. In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.).

EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. P. 210-220.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. **ENSINO DE HISTÓRIA: novas abordagens e práticas na interação com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi)** 2023. Disponível

em:<https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/1061/984> Acesso em: 01 set. 2024.

OLIVEIRA, Daniela Pinheiro de. **PEDAGOGIA DA DIVERSIDADE: A contribuição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do ABC (UFABC) para a formação continuada dos (as) professores (as) no contexto de uma educação antirracista.** Dissertação. 2020. Disponível em:

<<https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/2160/2/Daniela%20Pinheiro%20de%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 18 out. 2023.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. **O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos NEAB's.** In: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. vol.7. nº 2. Rio de Janeiro, 2014. P. 191-204 Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/19669/14743> > Acesso em 10 set. 2024.

VAZ, Livia Maria Santana e Sant'Anna. As comissões de verificação e o direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. P. 32-78. In: DIAS, Gleidson Renato Martins; JUNIR, Paulo Roberto Faber Tavares. (org.) **Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos**. 1ª ed. 276 p. Canoas: IFRS Campus Canoas, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Heteroidentificacao_livro_ed1-2018.pdf > Acesso em: 10 set. 2024.

6. PLANO DE AÇÃO PARA NEABIs: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Resumo:

O Produto Educacional (PE) apresentado neste artigo resulta de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Ensino para Educação Básica, com o objetivo de identificar a atuação do NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. A partir dessa análise, foi elaborado um Plano de Ação para NEABIs com sugestões de ações para auxiliar o núcleo no desenvolvimento de suas atividades. O plano apresenta uma estrutura flexível, o que permite sua adaptação a diferentes instituições e contextos educacionais. As propostas de ações foram fundamentadas nas demandas identificadas na análise dos resultados da pesquisa, que serviram de base para a criação do PE. As ações sugeridas buscam contribuir para a sistematização e fortalecimento das atividades do núcleo, alinhando-as às dimensões do ensino, pesquisa e extensão. O plano foi avaliado positivamente pelos membros do Conselho Gestor SISNEABI do IF Goiano, que destacaram sua relevância e adequação ao contexto da educação para as relações étnico-raciais.

Palavras-chave: NEABI; Educação das Relações Étnico-Raciais; Plano de Ação.

6.1 Introdução

Nos Mestrados Profissionais, além da obrigatoriedade do cumprimento dos créditos curriculares e da elaboração de uma dissertação embasada em pesquisa científica, exige-se a criação de um Produto Educacional (PE). Esse produto deve possuir aplicabilidade prática, permitindo sua utilização em contextos educacionais e contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Assim, o PE representa um componente importante do percurso formativo, integrando conhecimento teórico e práticas inovadoras na busca por soluções que atendam às demandas educacionais contemporâneas.

De acordo com Rizzatti *et al.* (2020, p. 04), Produto Educacional é definido como “um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, podendo ser elaborado em formato artesanal ou em protótipo”. Além disso, o PE caracteriza-se como o resultado concreto derivado de um processo investigativo, desenvolvido a partir de uma atividade de pesquisa. Sua elaboração pode ocorrer de forma individual ou coletiva, sendo essencial que responda a uma pergunta ou problematização advinda do contexto da prática profissional.

Em complemento ao que dispõe Rizzatti *et al.* (2020) Rosa; Locatelli (2018, p. 27) destacam que os produtos educacionais são compreendidos como recursos didáticos concebidos com a finalidade de mediar e qualificar o processo de ensino-aprendizagem. Esses materiais apresentam naturezas distintas, podendo assumir a forma de “jogos pedagógicos, protótipos, roteiros para atividades práticas, mídias educativas, propostas metodológicas, sequências didáticas, livros paradidáticos, recursos interativos, aplicativos, entre outros”.

Diante desse contexto, este artigo teve como objetivo apresentar o produto educacional Plano de Ação para NEABIs, desenvolvido a partir dos resultados da pesquisa “Atuação do NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão”, bem como a avaliação e validação realizada por membros do Conselho Gestor SISNEABI²⁵ do IF Goiano, especialistas na temática. O plano foi elaborado com a finalidade de minimizar as limitações identificadas e contribuir para a continuidade e ampliação das iniciativas do núcleo, em consonância com as diretrizes institucionais e as demandas evidenciadas no contexto investigado.

²⁵ Conforme Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IF Goiano, os NEABIs se articularão por meio de um sistema (SISNEABI), coordenado por um Conselho Gestor. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/REGULAMENTO_DOS_N%C3%9ACLEOS_DE_ESTUDOS_AFRO-BRASILEIROS_E_IND%C3%8DGENAS_NEABI.pdf> Acesso em: 10 fev. 2025

Nessa perspectiva, a elaboração do Plano de Ação para NEABIs configura-se como uma iniciativa relevante para a sistematização e fortalecimento das ações desenvolvidas pelo núcleo. Espera-se que o plano contribua para o aprimoramento das ações desenvolvidas, fomentando a reflexão crítica, o engajamento de novos participantes e a consolidação da atuação integrada entre ensino, pesquisa e extensão.

6.2 Percorso metodológico: elaboração do produto educacional

A elaboração do produto educacional foi estruturada em três etapas. Cabe destacar que, para a realização da pesquisa, foram obtidas as devidas aprovações pelos Comitês de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (entidade proponente da pesquisa) sob o Parecer nº 6.705.039 e da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (centro participante da pesquisa) sob o Parecer nº 6.718.854.

A primeira etapa consistiu na análise dos dados obtidos por meio da pesquisa, que investigou a percepção dos ex-membros e membros atuais acerca da atuação e do impacto do núcleo. Para essa fase, foram convidados a participar voluntariamente um total de trinta e cinco servidores, entre ex-membros e membros atuais, das quais oito aceitaram o convite. Os resultados apontaram uma predominância de atividades concentradas no âmbito do ensino e em datas comemorativas. A coleta de dados permitiu uma compreensão mais aprofundada da atuação do núcleo no contexto institucional, evidenciando seus desafios e potencialidades.

A segunda etapa consistiu na elaboração do Plano de Ação para NEABIs, desenvolvido a partir dos resultados da pesquisa, com o propósito de atender as demandas identificadas no contexto investigado. A construção do plano foi fundamentada nos resultados da fase anterior, visando propor uma abordagem que favorecesse a sistematização e o aprimoramento das ações do núcleo, de modo a alinhá-las às necessidades diagnosticadas e aos objetivos do estudo.

A terceira etapa, referente à avaliação do produto educacional, foi conduzida por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, elaborado no Google Forms e enviado individualmente por e-mail aos membros do Conselho Gestor SISNEABI do Instituto Federal Goiano. Esse conselho é constituído pelo coordenador e por representantes das Pró-Reitorias e dos NEABIs. A seleção desse grupo para compor a banca de avaliação fundamenta-se em seu conhecimento especializado na coordenação, desenvolvimento, divulgação, acompanhamento e promoção de iniciativas voltadas à educação para as relações étnico-raciais. Além disso, a

experiência dos membros do SISNEABI do IF Goiano permite uma análise crítica aprofundada, proporcionando contribuições substanciais para o aprimoramento do Plano de Ação para NEABIS. No total, foram convidados trinta e um membros, dos quais seis aceitaram o convite e participaram da avaliação.

O questionário avaliativo teve o objetivo coletar as percepções dos membros sobre o plano de ação para NEABIs, considerando aspectos como conteúdo, linguagem, design, organização, alinhamento com os objetivos do núcleo e aplicabilidade no contexto do avaliador. Sugestões ou críticas para o aprimoramento do plano também foram solicitadas aos participantes. O questionário foi composto por sete questões, sendo uma de natureza objetiva, uma discursiva e cinco de múltipla escolha com opção para justificativa. Essa estrutura configurou-se como um procedimento fundamental para a validação e o aprimoramento do produto desenvolvido, viabilizando sua futura reaplicação. De acordo com Gil (2008, p. 122), uma das vantagens do questionário é que ele “garante o anonimato das respostas”. Nesse sentido, o questionário foi aplicado de forma anônima, o que assegurou maior liberdade para os avaliadores expressarem suas opiniões. O questionário permaneceu disponível por vinte e um dias para avaliação. As respostas dos avaliadores foram predominantemente positivas em relação ao plano, destacando sua relevância e alinhamento com os objetivos propostos.

6.3 Apresentando o produto educacional: plano de ação para NEABIs

O produto educacional Plano de ação para NEABIs foi elaborado com base nos dados coletados na pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, Mestrado Profissional em Ensino para Educação Básica. Ele é resultante da pesquisa intitulada: “Atuação do NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão” e tem como finalidade contribuir com o NEABI do Campus Paracatu na formulação de ações que contribuam para a promoção da educação antirracista no ambiente institucional.

O Plano de Ação para NEABIs (Figura 01) é composto por 27 páginas e foi elaborado para apoiar os envolvidos com as ações dos NEABIs, promovendo à integração ensino, pesquisa e extensão. O material será disponibilizado em formato digital (e-book), permitindo amplo

acesso por meio das plataformas digitais gratuitas, facilitando sua consulta e aplicação no contexto das ações desenvolvidas.

Figura 1 - Capa do Produto Educacional: Plano de Ação para NEABIs.



Fonte: Autora (2025).

O Plano de Ação apresenta uma proposta de ações que podem ser implementadas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a promoção da educação para as relações étnico-raciais. Estruturado em eixos temáticos, dispõe de uma estrutura flexível, o que permite adaptações à realidade de diferentes instituições, considerando as especificidades étnico-raciais, culturais, sociais e econômicas de cada contexto. Além disso, as atividades propostas buscam estimular a reflexão crítica e incentivar manifestações culturais e artísticas, com ênfase na valorização e promoção das culturas afro-brasileira e indígena no contexto institucional e comunitário.

A seção **Apresentação** tem como objetivo apresentar ao leitor uma visão geral sobre a estrutura, os principais elementos e a aplicabilidade do plano, destacando sua concepção e objetivos. O plano foi elaborado a partir da necessidade de sistematizar e fortalecer as ações realizadas no contexto do NEABI, alinhando-as às dimensões do ensino, pesquisa e extensão. Nesta seção, são apresentadas a finalidade do Plano de Ação para NEABIs e o público-alvo, além da organização dos eixos temáticos que o compõem: Eixo 01- Gestão e Organização do Núcleo, Eixo 02 – ações de ensino, Eixo 03 – ações de pesquisa e Eixo 04 – ações de extensão. Dessa forma, o plano de Ação para NEABIs busca contribuir para a valorização da diversidade cultural e para a construção de práticas mais inclusivas e integradas ao contexto institucional e social.

A seção **Considerações iniciais** tem como objetivo apresentar a fundamentação conceitual que embasa as propostas delineadas no plano. Nesta perspectiva, é elaborado um breve relato sobre a origem, o papel e os objetivos do núcleo, evidenciando sua relevância tanto no ambiente institucional quanto na comunidade. Além disso, destaca-se a importância dos grupos correlatos que, embora com características distintas, compartilham propósitos convergentes com os NEABIs, contribuindo para a promoção da igualdade étnico-racial.

A seção **Legislação e Diretrizes Antirracistas** apresenta o arcabouço legal e as normativas que fundamentam e orientam as ações propostas no plano. Além de estabelecer uma base jurídica, a incorporação dessas diretrizes reafirma o papel da educação como um instrumento essencial no combate ao racismo. Ao fomentar uma reflexão crítica sobre as desigualdades raciais, o plano busca incentivar práticas institucionais que promovam a inclusão e valorizem as culturas afro-brasileira e indígena no contexto institucional e comunitário.

No Eixo 01 - **Gestão/Organização do Núcleo** são apresentadas as diretrizes estratégicas voltadas à composição, estruturação e sistematização das ações do núcleo, com o objetivo de fortalecer sua atuação institucional. No que se refere à composição, destaca-se a importância de uma composição representativa, garantindo que as iniciativas do núcleo contemplem as demandas e perspectivas de grupos historicamente marginalizados, como as comunidades afro-brasileiras e indígenas. Quanto à sistematização e organização dos registros, reforça-se a importância da documentação contínua das ações desenvolvidas, assegurando a memória institucional e subsidiando avaliações periódicas que contribuam para o aprimoramento das práticas e a ampliação do impacto das iniciativas desenvolvidas pelo núcleo.

O Eixo 02 – **Ações de ensino** apresenta o conceito de ensino e propõe estratégias pedagógicas voltadas à educação para as relações étnico-raciais. A abordagem adotada busca

integrar conteúdos que evidenciem as contribuições das culturas afro-brasileira e indígena em diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma perspectiva crítica e reflexiva.

Eixo 03 – Ações de Pesquisa propõe diretrizes para o desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas à temática étnico-racial, com o objetivo de ampliar o conhecimento acadêmico e fortalecer a produção científica nesse campo. Para isso, sugere-se a formulação de estudos que investiguem a construção histórica e social das identidades afro-brasileira e indígena, os impactos do racismo estrutural e institucional, bem como estratégias para a promoção da equidade racial em diferentes contextos, incluindo os ambientes educacional, profissional e social.

Eixo 04 – Ações de Extensão apresenta propostas para o desenvolvimento de ações extensionistas que fortaleçam o diálogo entre a instituição e diversos grupos sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A extensão desempenha um papel fundamental na articulação entre ensino, pesquisa e comunidade, promovendo a democratização do conhecimento e a valorização dos saberes tradicionais e acadêmicos.

O **Diagrama de Venn** é utilizado no Plano de Ação para NEABIs como ferramenta didática para evidenciar as interseções entre ensino, pesquisa e extensão, destacando o NEABI como um agente essencial na formação integral dos indivíduos. No âmbito do ensino, o núcleo promove práticas pedagógicas que valorizam a diversidade cultural e incentivam a reflexão crítica sobre as relações étnico-raciais, integrando perspectivas interdisciplinares. Na pesquisa, configura-se como um espaço de produção e difusão do conhecimento, fomentando investigações sobre identidade étnico-racial, manifestações culturais, educação antirracista e cidadania. Já na extensão, o núcleo atua como ponte entre a instituição e a sociedade, viabilizando ações que democratizam o acesso ao conhecimento, promovem a valorização dos saberes tradicionais e incentivam o protagonismo das comunidades historicamente marginalizadas. O Diagrama de Venn, ao ilustrar essas interconexões, evidencia o potencial do núcleo demonstrando que sua atuação ultrapassa os limites institucionais ao articular saberes formais e populares. Essa abordagem favorece o compromisso com a equidade social, amplia as possibilidades de formação cidadã e contribui para a construção de uma sociedade mais plural e inclusiva.

As considerações finais sintetizam as principais limitações e reflexões abordadas ao longo da pesquisa, destacando a importância das ações propostas para a integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco nas relações étnico-raciais. O NEABI, enquanto prática cultural e educativa, configura-se como um mecanismo fundamental para a promoção da diversidade, o

desenvolvimento do pensamento crítico e o fomento ao diálogo intercultural. Esse papel do núcleo é essencial na formação integral dos indivíduos, pois possibilita a reflexão sobre questões identitárias, sociais e culturais, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo e igualitário.

O Plano apresentado configura-se como um conjunto de sugestões de ações que visam subsidiar a atuação dos núcleos voltados à promoção da educação para as relações étnico-raciais. Como destacam Freire *et al.* (2018, p. 380),

Na materialização dos produtos educacionais, o pesquisador e o público que dele se utiliza, precisam compreender que esses produtos não são receitas acabadas do como fazer (ensinar), mas ferramentas que indicam caminhos a serem percorridos, considerando-se as mudanças necessárias conforme o contexto e o público aos quais esses produtos se destinam [...].

Nesse sentido, o Plano de Ação para NEABIs apresenta uma proposta, não se configurando como uma solução de caráter permanente para as questões complexas enfrentadas no campo da educação para as relações étnico-raciais. Ao contrário, busca oferecer subsídios que possam ser adaptados às realidades locais, respeitando a diversidade de contextos institucionais e promovendo a construção coletiva de práticas educativas que articulem ensino, pesquisa e extensão.

6.4 Avaliação do produto educacional: plano de ação para NEABIs

Chisté (2019), ressalta a importância de assegurar que os produtos educacionais elaborados em mestrados profissionais na área de ensino sejam concebidos e avaliados de forma coletiva, levando em conta as particularidades do público para o qual são direcionados. Alinhada a essa perspectiva, a etapa de avaliação do PE foi fundamental, pois possibilitou a coleta de percepções críticas e sugestões para seu aprimoramento, assegurando sua adequação ao contexto e às necessidades do público-alvo.

Com o objetivo de garantir o anonimato dos participantes da avaliação, cada respondente foi identificado sequencialmente, utilizando a nomenclatura Avaliador 01, Avaliador 02 e assim sucessivamente até Avaliador 06. Essa forma de identificação foi utilizada nas respostas às questões discursivas do questionário de avaliação.

Em relação aos aspectos avaliados no Plano de Ação para NEABIs - conteúdo, linguagem, design e organização, foram elaboradas as seguintes questões: a estrutura do Plano

é adequada quanto ao conteúdo? Quanto à linguagem? Quanto ao design? E quanto a organização? Para cada um desses critérios, foram adotadas duas categorias de resposta: “sim”, indicando adequação, e “não”, indicando inadequação. Nos casos em que o avaliador optasse pela resposta “não”, foi solicitado que justificasse sua escolha, explicitando as razões que para a inadequação no contexto analisado. Os aspectos avaliados foram classificados como adequados por todos os avaliadores. Esses dados são ilustrados na Tabela 1, apresentada a seguir.

Tabela 1 - Avaliação dos aspectos: conteúdo, linguagem, design e organização.

Aspectos Avaliados	Avaliação	Percentual (%)
Conteúdo	(sim) Adequado	100%
Linguagem	(sim) Adequado	100%
Design	(sim) Adequado	100%
Organização	(sim) Adequado	100%

Fonte: elaborada pelas autoras (2025).

Gonçalves *et al.* (2019), apontam que a elaboração de produtos educacionais nos mestrados profissionais enfrenta diversos desafios, entre os quais se destaca a questão da linguagem. Para os autores, esse aspecto diz respeito à habilidade de comunicar o conteúdo de maneira clara, precisa e apropriada, estabelecendo coerência entre forma e conteúdo. A linguagem, portanto, contribui diretamente para a apresentação do produto, favorecendo sua qualidade visual, estrutura organizacional e, conseqüentemente, sua acessibilidade e atratividade junto ao público-alvo.

Nesse sentido, a análise do Plano de Ação para NEABIs, evidenciou uma avaliação positiva quanto à linguagem adotada, destacando sua clareza e objetividade, o que favorece sua compreensão e aplicação no contexto dos núcleos. Além disso, também foram avaliados positivamente o conteúdo, o design e a organização do documento. A avaliação indicou que o plano apresenta características que potencializam sua contribuição como ferramenta de apoio às ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito da educação para as relações étnico-raciais.

Outro aspecto avaliado foi a adequação das sugestões de ações de ensino, pesquisa e extensão propostas no plano, considerando seu alinhamento com os objetivos de promoção da educação antirracista e valorização da diversidade étnico-racial. Para essa finalidade, foi formulada a seguinte questão aos avaliadores: as sugestões de ações de ensino, pesquisa e extensão apresentadas no plano estão alinhadas aos objetivos de promoção da educação antirracista e valorização da diversidade étnico-racial? A avaliação desse aspecto seguiu a

escala classificatória: totalmente adequadas, parcialmente adequadas, pouco adequadas, não são adequadas e não está alinhado. Os avaliadores, de forma unânime, avaliaram as sugestões propostas como totalmente adequadas.

De acordo com Peres *et al.* (2022), a articulação entre ensino, pesquisa e extensão proporciona uma base enriquecedora para a prática pedagógica docente. Essa integração possibilita ao professor desenvolver o processo de ensino em múltiplas dimensões complementares, favorecendo uma formação integral do estudante, orientada por princípios de omnilateralidade e formação politécnica.

Nesse contexto, o documento propõe iniciativas voltadas aos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, reconhecendo a relevância dessa articulação para a formação integral dos estudantes. A integração entre esses três eixos favorece o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais crítica, participativa e conectada à realidade social. Dessa forma, busca-se contribuir para uma educação que promova o conhecimento, a reflexão e o compromisso com a transformação social.

A aplicabilidade do plano no contexto do avaliador também foi um aspecto analisado. Para esse fim, foi proposta a pergunta: como membro do NEABI você aplicaria este plano em seu núcleo? As respostas foram organizadas em duas categorias: sim e não, com possibilidade de justificativa opcional por parte do avaliador. Todos os participantes indicaram a opção sim, afirmando que aplicariam o plano em seus respectivos núcleos. A maioria dos avaliadores apresentaram justificativas, conforme demonstrado a seguir.

Pois sinto falta de instrumentos pedagógicos para dialogar com meus pares. Acredito que um Plano de Ação como esse ajudaria nas provocações e nas transformações necessário em nosso campus para além do NEABI. Pois muitas vezes as ações ficam a cargo de quem está diretamente ligado ao núcleo, os demais utilizam essa justificativa para continuar em suas zonas de conforto sem promover uma educação antirracista efetiva (Avaliador 01).

Nesse sentido, os autores Leites; Bartel (2022) destacam a relevância de um NEABI atuante que promova o debate sobre as relações étnico-raciais, envolvendo não apenas os estudantes, mas também os servidores, de modo a fortalecer uma prática educativa crítica e inclusiva. Essa perspectiva converge com a justificativa apresentada pelo Avaliador 01, que apontou a carência de instrumentos pedagógicos capazes de estimular o engajamento coletivo, ao observar que muitas vezes as ações ficam restritas aos membros diretamente ligados ao núcleo, enquanto os demais permanecem em suas zonas de conforto, sem promover uma educação antirracista efetiva. Nesse contexto, o plano elaborado configura-se como um recurso estratégico para fortalecer a atuação do núcleo, ao oferecer sugestões de ações no âmbito do

ensino, pesquisa e extensão, com possibilidade de ampliar o alcance das atividades e envolver a comunidade institucional de forma mais ampla e participativa.

Porque é muito abrangente e com ações pontuais em cada eixo proposto (Avaliador 02).

As propostas dialogam com a legislação e oferecem diretrizes que inspiram e sugerem possibilidades de atuação e projetos. Essa abordagem é essencial para enfrentar um dos grandes desafios do ensino das relações étnico-raciais: a falta de ações estruturadas e contínuas (Avaliador 03).

Núcleo de apoio importante para consolidação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Além de fiscalizador das questões raciais nos campi (Avaliador 04).

O plano é sintético e objetivo nas orientações e sugestões apresentadas. Apresenta, de modo bem organizado, desde a história do NEABI e sua importância, até as demandas e os objetivos do núcleo. Por fim, sugere ótimas atividades, dentro do tripé ensino, pesquisa e extensão, para aplicação nos NEABI de diferentes campi (Avaliador 05).

Segundo Almeida; Araújo (2023), o NEABI exerce um impacto significativo na prática docente e na valorização da diversidade cultural, sendo essencial para a inserção de conteúdos referentes à história da África e às relações étnico-raciais nos currículos escolares. Além disso, constitui-se como um instrumento relevante para a formação de professores, a produção de materiais didáticos e o incentivo à pesquisa acadêmica voltada à história e cultura afro-brasileira. Em consonância com essas perspectivas, o Plano de Ação para NEABIs busca viabilizar tais contribuições, ao propor um conjunto de ações pedagógicas que visam fortalecer a atuação dos núcleos na promoção da educação antirracista. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, o plano oferece subsídios para o desenvolvimento de práticas educativas que valorizem as identidades culturais historicamente marginalizadas.

Com base nos aportes teóricos citados anteriormente, que reconhecem o NEABI como um espaço estratégico para a valorização da diversidade e para a inclusão das temáticas étnico-raciais na formação docente e nos currículos escolares, observa-se que o Plano de Ação para NEABIs alinha-se a essas perspectivas ao propor ações que potencializam a atuação dos núcleos voltados à educação para as relações étnico-raciais. Essa convergência teórica foi reafirmada durante o processo de avaliação do documento, cujos avaliadores destacaram aspectos que evidenciam sua aplicabilidade e coerência com os objetivos propostos.

O Avaliador 02, por exemplo, apontou a abrangência do plano e a presença de ações pontuais em cada eixo temático, indicando seu potencial como instrumento orientador para o trabalho pedagógico. Na mesma direção, o Avaliador 03 ressaltou que as propostas dialogam com a legislação vigente e enfrentam um dos principais desafios da efetivação das diretrizes

curriculares: a carência de iniciativas contínuas e organizadas. O Avaliador 04, por sua vez, destacou a importância do núcleo como espaço de apoio à implementação da Lei 10.639/2003 e como fiscalizador no enfrentamento das desigualdades raciais presentes nas instituições educacionais. Já o Avaliador 05 enfatizou a clareza e a objetividade do plano, ressaltando a contribuição do documento ao integrar ensino, pesquisa, extensão e apresentar sugestões aplicáveis em diferentes realidades educacionais. Esses apontamentos, ao dialogarem com as concepções teóricas de referência, reforçam a relevância do plano como instrumento pedagógico de apoio à promoção da equidade racial no contexto institucional.

Nesse sentido, a avaliação indicou que o plano é viável e aplicável como instrumento pedagógico, sendo considerado pertinente e adequado pelos avaliadores, com potencial para apoiar a educação antirracista e promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A esse respeito Gomes (2002, p. 43) ressalta, que cabe à escola assumir um posicionamento político ativo no enfrentamento do racismo estrutural e das desigualdades, reconhecendo seu papel na desconstrução de ideologias excludentes historicamente enraizadas. Segundo a autora, “implica construir novas práticas pedagógicas, novos materiais didáticos, abrir debates, estabelecer diálogo com a comunidade negra, com o movimento negro, com os grupos culturais de tradição africana”.

Considerando o contexto apresentado, o Plano de Ação para NEABIs configura-se como uma proposta com potencial para fomentar práticas pedagógicas que favoreçam o debate crítico sobre as relações étnico-raciais no ambiente educacional. Por meio da proposição de ações integradas entre o ensino, pesquisa e extensão com ênfase na valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, o plano busca oferecer subsídios que possam colaborar com a construção de identidades positivas e com o fortalecimento do pertencimento étnico-racial no âmbito institucional.

Também foi solicitado aos avaliadores que apresentassem sugestões ou críticas para o aprimoramento do Plano de Ação para NEABIs. Para tanto, foi formulada a seguinte questão: quais sugestões ou críticas você teria para aprimorar o plano de ação para NEABIs? A maioria dos participantes contribuiu com observações, as quais estão descritas a seguir.

Eu comecei no início do ano passado um material para embasar planos de aulas das mais diversas áreas, pois muitos colegas dizem “não ter formação”, “não ter material” para trabalhar sob a perspectiva antirracista, mas penso que seria ainda mais enriquecedor. Ainda que o que vocês apresentam já nos dão diversas pistas educacionais boas para os três eixos do IF. Parabéns pelo trabalho! (Avaliador 01).

Gostaria apenas de parabenizar pelo excelente trabalho! (Avaliador 02).

Sugiro propor critérios e ferramentas para monitorar a efetividade das ações, permitindo ajustes conforme a necessidade dos núcleos (Avaliador 03).

Ressaltar o papel consultivo, executivo e fiscalizador do núcleo (Avaliador 04).

Seria interessante pensar questões tecnológicas, científicas e seus impactos na sociedade, a partir de perspectivas diversas e em tempos e espaços que se articulam e entrecruzam dando visibilidade e maior consciência sobre as contribuições dos afro-brasileiros, indígenas e outras minorias que compõem ou podem compor os espaços de ações e atuações de grupos correlatos aos NEABI. Outra sugestão seria quanto a atenção das definições de pesquisa no âmbito do ensino e das pesquisas sociais aplicadas (Avaliador 06).

A sugestão apresentada pelo Avaliador 03, referente à proposição de critérios e ferramentas para monitorar a efetividade das ações propostas, de modo a permitir ajustes conforme necessidades dos núcleos, não foi incorporada ao plano. Essa medida justifica-se pelo fato de que o objetivo do plano é atuar como um instrumento de apoio as iniciativas do núcleo, oferecendo orientações e sugestões que contribuam para o planejamento e fortalecimento de ações voltadas à promoção da educação antirracista. Não se trata, portanto, de um documento com caráter normativo ou avaliativo. Ademais, é importante destacar que, conforme estabelecido no regulamento institucional vigente, já existem modelos padronizados de Plano de Atividades e de Relatório de Execução a serem obrigatoriamente utilizados pelos núcleos. Esses modelos incluem campos específicos para o registro, acompanhamento e avaliação das ações realizadas. Por sua vez, a sugestão apresentada pelo Avaliador 04 foi incorporada ao Plano na seção considerações iniciais.

Com base nas sugestões apresentadas pelo Avaliador, 06 foi incorporado ao Plano de Ação para NEABIs, uma atividade no eixo 04 – sugestões de ações de extensão, a qual aborda questões tecnológicas e científicas, bem como seus impactos na sociedade, considerando diferentes perspectivas em tempos e espaços que se articulam e entrecruzam. Entretanto, no que se refere a sugestão relacionada à inclusão das definições de pesquisa no âmbito do ensino e das pesquisas sociais aplicadas, embora reconheça sua relevância, optou-se por não as incorporar ao plano por entender que essa discussão conceitual mais ampla extrapola a finalidade do documento. Ressalta-se que o plano tem como objetivo apoiar a atuação dos núcleos por meio da proposição de ações voltadas à promoção da educação antirracista, com foco na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Ação para NEABIs foi avaliado de forma positiva, indicando seu potencial para fomentar ações alinhadas aos princípios de educação antirracista e valorização da diversidade étnico-racial. No entanto, a baixa participação dos membros do SISNEABI do IF Goiano no processo avaliativo evidencia um preocupante descompasso entre o reconhecimento

da importância dessa pauta e a atuação efetiva para sua implementação. O compromisso com a Educação para as Relações Étnico-Raciais exige mais do que um posicionamento teórico, demanda envolvimento concreto e ativo, essencial para a construção de uma educação democrática, inclusiva e equitativa.

6.5 Considerações finais

A educação antirracista desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e da justiça social, sendo essencial para o enfrentamento das desigualdades históricas que afetam povos marginalizados, como as populações afro-brasileira e indígena. A luta pela implementação de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para esses grupos tem sido um processo contínuo, marcado por desafios e conquistas. Nesse sentido, fortalecer práticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade étnico-racial é um passo indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os NEABIs, ao promoverem o respeito e a valorização das diferentes identidades culturais, contribuem diretamente para a desconstrução de estereótipos e para o reconhecimento da pluralidade que compõe a sociedade brasileira. No entanto, ainda há desafios, sobretudo no contexto da educação básica, onde muitas vezes a formação docente e a ausência de materiais didáticos adequados dificultam a implementação de uma abordagem pedagógica antirracista. Diante dessa realidade, o Plano de Ação para NEABIs, surge como uma tentativa de suprir parte dessa limitação, oferecendo sugestões de ações que podem orientar práticas educativas mais inclusivas e alinhadas à legislação vigente.

A avaliação do Plano de Ação para NEABIs foi positiva, indicando que suas propostas são viáveis e pertinentes ao contexto educacional. Entretanto, é fundamental ressaltar que ele representa apenas um conjunto de sugestões de ações e não uma solução definitiva para os desafios enfrentados. A construção de uma educação antirracista eficaz exige o compromisso contínuo de gestores, educadores e da sociedade como um todo, em um esforço diário para transformar o ambiente institucional em um espaço de igualdade e respeito à diversidade. Mais do que um documento, o Plano de Ação pra NEABIs deve ser entendido como um convite à reflexão e à ação coletiva na luta contra o racismo e na promoção de uma educação inclusiva.

6.6 Referências

ALMEIDA, Maria Clara Lopes de; ARAÚJO, Clébio Correia. **Investigação do impacto do núcleo de estudos Afro-Brasileiros (neab) na trajetória de graduados da UNEAL, Campus I.** IV Copene Nordeste. 2023. Disponível em: <<https://www.copenenordeste2023.abpn.org.br/anais/trabalhos/lista#M>> Acesso em: 10 set. 2024.

CHISTÉ, Leite Priscila de Souza. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos.** Espírito Santo: Campo Aberto, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019.

FREIRE, Gabriel Gonçalves; ROCHA, Zenaide de Fatima Dante Correia; GUERRINI, Daniel. **Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições.** Revista Polyphonia, Goiânia, v. 28, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/52761>. Acesso em: 1 maio. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra.** Aletria: Revista de Estudos de Literatura, [S. l.], v. 9, p. 38–47, 2002. DOI: 10.17851/2317-2096.9.38-47. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>> Acesso em: 11 out. 2023.

LEITES, Amália Cardona; BARTEL, Carlos Eduardo. **A temática étnico-racial em pauta: ações do NEABI - Ibirama em um ano atípico.** ODEERE. Vol. 7, Nº 2, 2022, 174-187 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8582909>. Acesso em: 2 maio. 2024.

PERES, Rafael Bruno; OLIVEIRA, Joanne Romão de; MARINHO, Malon Glauber. **Ensino, pesquisa e extensão: bases para a formação integral na educação profissional e tecnológica.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 12, Vol. 04, pp. 36-51 dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-integral> Acesso em: 10 abr. 2024.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de S; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores.** ACTIO: Docência em Ciências, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>> Acesso em: 10 fev. 2021.

ROSA, Cleci T. Werner da; LOCATELLI, Aline. **Produtos educacionais: diálogo entre universidade e escola.** Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 26-39, 2018. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/encitec/article/view/2716/pdf-rosa>. Acesso em: 22 mar. 2024.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como objetivo geral desta pesquisa, propusemos identificar a atuação do NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Os NEABIs configuram-se como espaços de discussão, reflexão e proposição de ações voltadas para a educação das relações étnico-raciais. Nesse contexto, ao atuarem como promotores da educação étnico-racial, desempenham um papel fundamental na construção de uma educação democrática e antirracista. Os dados desta pesquisa permitiram a análise das ações e estratégias adotadas pelo núcleo, evidenciando suas potencialidades e desafios. A investigação revelou que o núcleo apresenta fragilidades que comprometem seu fortalecimento, evidenciando a necessidade de um planejamento mais estruturado e da ampliação de suas ações.

Nesse contexto, os resultados indicaram que as ações promovidas pelo núcleo abrangem iniciativas como concursos de redação, projetos, grupos de estudo, publicações acadêmicas, conferências, seminários, congressos, mesas-redondas, oficinas e palestras. No entanto, observa-se uma predominância dessas atividades na dimensão do ensino concentradas em datas comemorativas, o que limita seu alcance e impacto. Diante disso, torna-se imprescindível a implementação de ações contínuas que articulem ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as normativas institucionais. Além disso, o número reduzido de registros formais e sistematizados dificulta a avaliação e o aprimoramento das iniciativas desenvolvidas. A inclusão de uma disciplina específica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena na matriz curricular, por sua vez, constitui um avanço importante, ampliando as possibilidades de reflexão e formação dentro do contexto institucional.

Embora alguns participantes tenham mencionado a existência de um plano de ação, os resultados evidenciam a ausência de um planejamento formal estruturado, fator que pode comprometer a efetividade das iniciativas. Além disso, identificou-se um baixo nível de engajamento por parte dos membros, ainda que os docentes do núcleo incorporem a temática em suas disciplinas. Destaca-se, também, a recorrente participação dos mesmos integrantes em comissões consecutivas, que apesar de preservar experiência acumulada, pode limitar a renovação de perspectivas, estratégias e novas ações. Nesse sentido, torna-se essencial a revisão das estratégias adotadas, por meio de um planejamento mais sistemático e da ampliação da participação coletiva, a fim de fortalecer a atuação do núcleo e consolidar a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

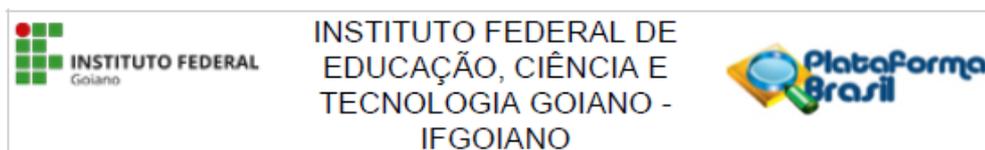
Com o objetivo de contribuir, foi elaborado o produto educacional Plano de Ação para NEABIs, com a finalidade de auxiliar o núcleo no desenvolvimento de ações no ensino, pesquisa e extensão. A elaboração do plano baseou-se nos resultados obtidos na pesquisa, considerando as limitações identificadas na atuação do núcleo e a necessidade de maior sistematização e direcionamento das ações. O plano foi avaliado de forma positiva, destacando sua relevância e alinhamento com os objetivos propostos. Os avaliadores reconheceram o potencial da proposta para a sistematização das ações do núcleo e sua aplicabilidade no contexto institucional. Sua efetividade, no entanto, depende do engajamento dos participantes e da capacidade de adaptação às dinâmicas institucionais e sociais, de modo a assegurar a continuidade e o alcance de seus objetivos.

Nesse sentido, destacamos que a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva exige um compromisso coletivo, no qual a luta antirracista não deve se limitar a espaços institucionais, mas deve ser incorporada como um princípio estruturante em todas as esferas da vida social. É imprescindível que indivíduos e instituições assumam um papel ativo na superação das desigualdades históricas, implementando ações que promovam a valorização da diversidade e o fortalecimento da inclusão. Mais do que uma responsabilidade restrita a políticas públicas, a busca pela equidade racial deve ser entendida como um dever ético e cidadão, reafirmando a necessidade de um engajamento contínuo na transformação social.

Dessa forma, este estudo configura-se não apenas como uma contribuição científica, mas também como um estímulo à reflexão acerca dos desafios e possibilidades inerentes à atuação dos NEABIs, fomentando novas investigações e práticas voltadas à transformação social. Cabe ressaltar que o combate ao racismo não se esgota em normativas ou iniciativas isoladas, mas deve se consolidar como um movimento coletivo e permanente, essencial para a construção de um futuro mais democrático e plural.

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer de aprovação no CEP Goiano



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Pesquisador: CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76970424.7.0000.0036

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

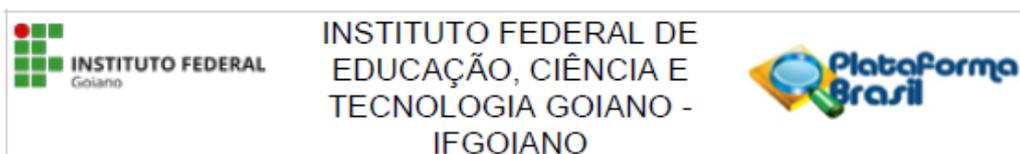
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.705.039

Apresentação do Projeto:

Relata-se: "Esta pesquisa propõe-se a investigar a atuação do Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas - NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. A metodologia empregada abrangerá a pesquisa bibliográfica, análise documental, combinadas com uma abordagem qualitativa e descritiva. Os dados serão coletados por intermédio de um questionário semiestruturado que será aplicado aos ex-membros e atuais do núcleo, designados por meio de portaria emitida pela Direção Geral do Campus. Os resultados decorrentes da pesquisa serão utilizados para a elaboração do Produto Educacional e Plano de Ação para NEABIs contendo propostas de atividades para aprimorar sua atuação no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Considerando a crescente necessidade de debater e implementar práticas e iniciativas voltadas para a educação das relações étnicoraciais, torna-se cada vez mais relevante investigar a atuação dos NEABIs, a fim de compreender os impactos de suas intervenções no contexto educacional. Além disso, destaca-se que a importância desses núcleos transcende a simples formação em educação para as relações étnico-racial, desempenham um papel importante na promoção do conhecimento, da conscientização e do respeito pelas culturas afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino e na sociedade como um todo. Adicionalmente, a pesquisa também contribui para o avanço do conhecimento

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo			
Bairro: Setor Sul		CEP: 74.085-010	
UF: GO	Município: GOIANIA		
Telefone: (62)99228-3881	Fax: (62)3605-3661	E-mail: cep@ifgoiano.edu.br	



Continuação do Parecer: 6.705.039

científico, fornecendo dados que podem orientar futuros estudos e ações. Almeja-se com a disseminação dos resultados desta pesquisa ampliar o alcance do conhecimento gerado, estabelecendo uma base sólida para pesquisadores, educadores e gestores interessados em promover práticas inclusivas no ambiente educacional. Esta contribuição pretende fortalecer o embasamento teórico e prático para o avanço contínuo das abordagens inclusivas no contexto educacional."

Objetivo da Pesquisa:

Relata-se:

"Objetivo Primário:

Identificar a atuação do NEABI/IFTM/Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Objetivo Secundário:

Identificar as estratégias do NEABI/IFTM/Campus Paracatu para implementação da educação para as relações étnico-racial na instituição.

Analisar as ações promovidas pelo NEABI/IFTM/Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Elaborar um Plano de Ação para os NEABIs visando apoiar a implementação das ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não houve alteração mediante parecer anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não houve alteração mediante parecer anterior.

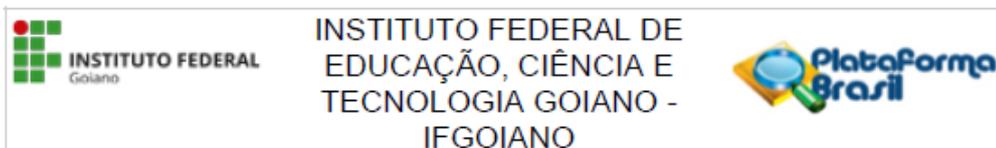
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

5.2j) conter campo de assinatura em que expresse declaração do pesquisador responsável pelo cumprimento das exigências contidas TCLE

Relata-se: "Dessa forma, declaro meu compromisso em cumprir integralmente todas as disposições estabelecidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando a condução ética da pesquisa, bem como a confidencialidade e privacidade dos participantes. Comprometo-me a esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir, garantindo assim a compreensão e a participação voluntária e informada dos envolvidos neste estudo.

_____Cleide Maria Fernandes de Araújo

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
 Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)99226-3661 Fax: (62)3605-3661 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 6.705.039

Responsável pela pesquisa."

Parecer: Atende a legislação.

5.6 - Guarda e descarte de documentos:

Relata-se: "Guarda e descarte de documentos - A pesquisadora responsável compromete-se a guardar todos os dados provenientes da pesquisa por 05 (cinco) anos, mantendo-os em total sigilo. Será realizado o download dos dados digitais resultantes desta pesquisa, os quais serão transferidos para armazenamento em um disco rígido externo, garantindo a preservação do anonimato dos participantes. Decorrido o período de cinco anos, os dados serão permanentemente excluídos do armazenamento".

Parecer: Atende a legislação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado(a) Pesquisador(a),

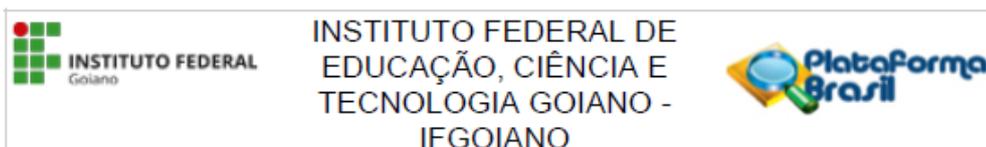
O CEP IF Goiano aprova seu protocolo de pesquisa. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira o relatório final na plataforma. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) pesquisador(a),

Após aprovação da pesquisa, segundo as normativas vigentes, a condução da pesquisa deve estar de acordo com o protocolo aprovado pelo colegiado. Caso ocorra a necessidade de fazer qualquer alteração, deve ser submetida uma emenda com as alterações para nova avaliação ética. Exemplos: alterações metodológicas de coleta de dados, público participante e inserção de pesquisadores entre outras.

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
 Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)99226-3661 Fax: (62)3605-3661 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 6.705.039

A saber:

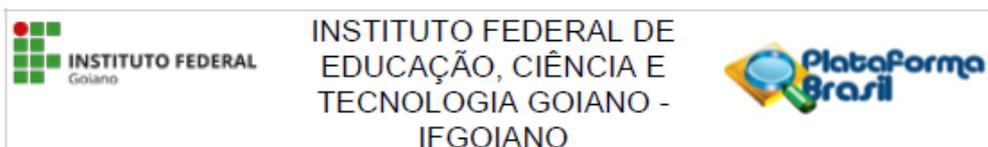
"O que é uma emenda?"

Emenda é toda proposta de modificação ao projeto original, encaminhada ao Sistema CEP/CONEP pela Plataforma Brasil, com a descrição e a justificativa das alterações. As emendas devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, destacando nos documentos enviados os trechos modificados. A emenda será analisada pelas instâncias de sua aprovação final (CEP e/ou CONEP). As modificações propostas pelo pesquisador responsável não podem descaracterizar o estudo originalmente proposto e aprovado pelo Sistema CEP-CONEP. Em geral, modificações substanciais no desenho do estudo, nas hipóteses, na metodologia e nos objetivos primários não podem ser consideradas emendas, devendo o pesquisador responsável submeter novo protocolo de pesquisa para ser analisado pelo Sistema CEP-CONEP." (Manual do usuário - Plataforma Brasil - versão 3.2)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2274398.pdf	25/02/2024 14:04:58		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Brochura_Detalhado.docx	23/02/2024 20:30:59	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_livre_e_esclarecido.docx	23/02/2024 20:30:41	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Outros	Resposta_as_pendencias.docx	23/02/2024 20:28:26	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Cleide_Maria_Fernandes_de_Araujo.pdf	19/01/2024 10:19:35	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Cristiane_Maria_Ribeiro.pdf	19/01/2024 10:09:23	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Brochura_detalhado.pdf	19/01/2024 08:25:54	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de	Termo_de_Consentimento_Livre_e_	19/01/2024	CLEIDE MARIA	Aceito

Endereço: Rua 88, n°280, Prédio SIASS, andar térreo
 Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)99226-3661 Fax: (62)3605-3661 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 6.705.039

Assentimento / Justificativa de Ausência	Esclarecido.pdf	08:25:31	FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	19/01/2024 08:25:03	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia_instituicao_Coparticipante.pdf	17/01/2024 15:03:53	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Orçamento	Custo_pesquisa.pdf	17/01/2024 14:42:26	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso.pdf	17/01/2024 14:30:17	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	17/01/2024 14:28:34	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 15 de Março de 2024

Assinado por:
Mariana Buranelo Egea
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 Fax: (62)3605-3661 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Anexo 2 – Parecer de aprovação no CEP Universidade Federal do Triângulo Mineiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)

Plataforma
Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Pesquisador: CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76970424.7.3001.5154

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.718.854

Apresentação do Projeto:

Baseando-se no Parecer Consubstanciado nº 6.705.039, datado de 15/03/2024, o CEP/UFTM considera o projeto de pesquisa *Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena - NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão* sob responsabilidade da pesquisadora Cleide Maria Fernandes de Araújo, aprovado.

Objetivo da Pesquisa:

Baseando-se no Parecer Consubstanciado nº 6.705.039, datado de 15/03/2024, o CEP/UFTM considera o projeto de pesquisa *Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena - NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão* sob responsabilidade da pesquisadora Cleide Maria Fernandes de Araújo, aprovado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Baseando-se no Parecer Consubstanciado nº 6.705.039, datado de 15/03/2024, o CEP/UFTM considera o projeto de pesquisa *Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena - NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão* sob responsabilidade da pesquisadora Cleide Maria Fernandes de Araújo, aprovado.

Endereço: Av. Getúlio Guaritá, nº 150, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 6.718.854

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Baseando-se no Parecer Consubstanciado nº 6.705.039, datado de 15/03/2024, o CEP/UFTM considera o projeto de pesquisa *Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena - NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM Campus Paracatu* no âmbito do ensino, pesquisa e extensão sob responsabilidade da pesquisadora Cleide Maria Fernandes de Araújo, aprovado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Baseando-se no Parecer Consubstanciado nº 6.705.039, datado de 15/03/2024, o CEP/UFTM considera o projeto de pesquisa *Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena - NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM Campus Paracatu* no âmbito do ensino, pesquisa e extensão sob responsabilidade da pesquisadora Cleide Maria Fernandes de Araújo, aprovado.

Recomendações:

Baseando-se no Parecer Consubstanciado nº 6.705.039, datado de 15/03/2024, o CEP/UFTM considera o projeto de pesquisa *Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena - NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM Campus Paracatu* no âmbito do ensino, pesquisa e extensão sob responsabilidade da pesquisadora Cleide Maria Fernandes de Araújo, aprovado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Baseando-se no Parecer Consubstanciado nº 6.705.039, datado de 15/03/2024, o CEP/UFTM considera o projeto de pesquisa *Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena - NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM Campus Paracatu* no âmbito do ensino, pesquisa e extensão sob responsabilidade da pesquisadora Cleide Maria Fernandes de Araújo, aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado em reunião de Colegiado do CEP-UFTM realizada em 22/03/2024.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Brochura_Detalhado.docx	23/02/2024 20:30:59	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito

Endereço: Av. Getúlio Guaritá, nº 159, Casa das Comissões
 Bairro: Abadia CEP: 38.025-440
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3700-6803 E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 6.718.854

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_livre_e_esclarecido.docx	23/02/2024 20:30:41	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Outros	Resposta_as_pendencias.docx	23/02/2024 20:28:26	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Cleide_Maria_Fernandes_de_Araujo.pdf	19/01/2024 10:19:35	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Cristiane_Maria_Ribeiro.pdf	19/01/2024 10:09:23	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Brochura_detalhado.pdf	19/01/2024 08:25:54	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	19/01/2024 08:25:31	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia_instituicao_Coordenador.pdf	17/01/2024 15:03:53	CLEIDE MARIA FERNANDES DE ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 22 de Março de 2024

Assinado por:

Vitoria Helena Maciel Coelho
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Getúlio Guarátá, nº 150, Casa das Comissões
Bairro: Abadia CEP: 38.025-440
UF: MG Município: UBERABA
Telefone: (34)3700-6803 E-mail: oep@uftm.edu.br

APÊNDICES

Apêndice A - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada “Atuação do NEABI/IFTM/Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão”. O estudo está sendo desenvolvido pela pesquisadora Cleide Maria Fernandes de Araújo, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Cristiane Maria Ribeiro.

O motivo do convite se justifica pelo fato de você ser ex-membro ou membro atual do NEABI no IFTM – Campus Paracatu designado em portaria pela Direção Geral, e após se inteirar dos esclarecimentos e das informações a seguir, caso aceite participar da pesquisa, basta selecionar a opção correspondente no final deste documento.

Caso opte por não participar, você não será penalizado(a) de forma alguma. Havendo dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Cleide Maria Fernandes de Araújo, residente²⁶ à Rua xx nº x - x - xx, através do telefone: (xx) 9xxx-xxxx ou através do e-mail clx@xx.com.

Em caso de dúvidas a respeito da ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, situado na Rua 88, nº 280, Setor Sul, CEP 74085-0100, Goiânia, Goiás pelo telefone: (62) 99226 3661 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), é a Instância Regional responsável pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade, está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). É responsável por realizar a avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo Seres Humanos, bem como garantir os direitos e a dignidade dos participantes envolvidos na pesquisa.

Justificativa, objetivos e procedimentos

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender a atuação do NEABI/IFTM/Campus Paracatu, visando uma análise aprofundada de seu funcionamento, ações e estratégias, bem como seu impacto na instituição. Essa compreensão torna-se

²⁶ Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), optou-se por não tornar essa informação pública. No entanto, os dados foram disponibilizados aos participantes da pesquisa.

importante, uma vez que a pesquisa pode fornecer subsídios para identificação de áreas de aprimoramento e fortalecimento das atividades do NEABI/IFTM/Campus Paracatu.

O objetivo desta pesquisa é identificar a atuação do NEABI/IFTM/Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão para a promoção de uma educação mais inclusiva e que respeite a diversidade étnico-racial, reconhecendo as contribuições da cultura afro-brasileira e indígena na formação do nosso país, bem como no combate ao racismo.

Para participar desta pesquisa, é necessário que concorde em responder a um questionário semiestruturado. Este questionário é destinado aos ex-membros e membros atuais do NEABI/IFTM/Campus Paracatu que foram designados por meio de Portaria emitida pela Direção Geral e que tenham consentido sua participação voluntária mediante o registro da anuência deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

O questionário inclui perguntas comuns aos participantes e será composto por 14 (quatorze) questões referentes à atuação do NEABI no Campus Paracatu.

A pesquisa estará acessível por um período de 20 (vinte) dias a partir da data do envio. Solicitamos autorização para a utilização dos resultados obtidos por meio desta pesquisa em nossa Dissertação de Mestrado. Asseguramos a completa CONFIDENCIALIDADE dos dados coletados e o ANONIMATO de todos os participantes da pesquisa.

A sua participação é VOLUNTÁRIA, você terá total liberdade para decidir se deseja ou não responder ao questionário. Caso não se sinta confortável, você tem o DIREITO de RECUSAR-SE a participar ou retirar seu consentimento em qualquer momento, a sua decisão será respeitada e não sofrerá qualquer penalização ou prejuízo.

Salientamos que após a sua anuência, será disponibilizado um link para acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela pesquisadora. Recomendamos que faça o download do documento e mantenha a via arquivada. Além disso, esclareceremos que cada participante pode responder ao questionário apenas uma vez.

Ademais, é garantido a você o acesso aos resultados da pesquisa e também ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sempre que solicitado.

Desconfortos, riscos e benefícios

Os riscos inerentes aos participantes deste estudo são avaliados como sendo mínimos, abrangendo tanto aspectos físicos quanto psicológicos. Durante todas as etapas da pesquisa serão obedecidas as diretrizes técnicas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

No entanto, comprometemo-nos a garantir sua segurança e a minimizar qualquer incômodo. Caso sinta algum constrangimento, fadiga e desconforto ao responder o questionário, você tem a liberdade de optar por não responder, responder em outra ocasião ou entregar o questionário incompleto, se assim desejar.

Devido às limitações de confidencialidade e aos riscos associados a privacidade no ambiente virtual, bem como as limitações tecnológicas, com o intuito de minimizar tais riscos, procederemos com o download dos dados digitais resultantes desta pesquisa. É assegurado a você o resguardo de sua privacidade e a garantia da manutenção da integridade de seus dados. Esses dados serão transferidos para armazenamento em um disco rígido externo, assegurando a preservação do anonimato dos participantes. Simultaneamente, os registros relacionados a estes dados serão apagados de plataformas virtuais, ambientes compartilhados ou serviços em nuvem, sendo a utilização estritamente para fins destinado aos propósitos da pesquisa. Após decorridos cinco anos, os dados serão permanentemente excluídos do armazenamento.

Os benefícios decorrentes de sua participação consistirão na contribuição para o avanço do conhecimento acadêmico na área de estudos afro-brasileiro e indígena. Adicionalmente, os dados coletados serão empregados na formulação do Produto Educacional, um Plano de Ação contendo propostas de atividades destinadas a fortalecer a atuação do NEABI/IFTM/Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Ao final do estudo, você terá acesso aos resultados, permitindo que veja como suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, a pesquisa auxiliará a instituição de ensino participante na conformidade com a legislação pertinente e na promoção de uma educação mais justa, democrática e inclusiva, com pleno respeito à diversidade.

Ademais, este estudo visa promover a diversidade e inclusão, e sua participação contribuirá para iniciativas que buscam a equidade e o respeito às diferenças.

Forma de acompanhamento e assistência:

Será garantida aos participantes assistência integral e imediata, de forma gratuita durante o período que for necessário, em caso de danos decorrentes da pesquisa. Os dados de contato da pesquisadora responsável, incluindo telefone, WhatsApp e e-mail, estão disponibilizados acima para esclarecer eventuais dúvidas. Em caso de problemas decorrentes da pesquisa que possa afetar sua saúde ou bem-estar, você será prontamente encaminhado e acompanhado pela pesquisadora responsável para atendimento no Sistema Único de Saúde – SUS.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios de contato disponibilizados acima. Poderá entrar em contato com a pesquisadora antes, durante ou após a conclusão da pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer dano ou penalidade.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Em todas as fases da pesquisa e na posterior publicação dos dados, será mantido o sigilo, garantindo o direito ao anonimato, acesso aos resultados e a preservação da privacidade dos participantes. Seu nome ou qualquer material que possa indicar sua participação não será divulgado sem a sua permissão, assegurando que você não seja identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Ao optar em participar deste estudo, é importante destacar que a sua participação não acarretará custos e não haverá concessão de vantagem financeira. Entretanto, em caso de despesas ou prejuízos decorrentes da sua participação na pesquisa, é garantido a você o direito ao ressarcimento. A pesquisadora responsável procederá com o ressarcimento ao participante pelo valor correspondente às despesas ou prejuízos incorridos.

Será garantido também indenização, nos termos da Lei, diante de danos eventuais sofridos durante sua participação no estudo.

Guarda e descarte de documentos

A pesquisadora responsável compromete-se a guardar todos os dados provenientes da pesquisa por 05 (cinco) anos, mantendo-os em total sigilo. Será realizado o download dos dados digitais resultantes desta pesquisa, os quais serão transferidos para armazenamento em um disco rígido externo, garantindo a preservação do anonimato dos participantes. Decorrido o período de cinco anos, os dados serão permanentemente excluídos do armazenamento.

Dessa forma, declaro meu compromisso em cumprir integralmente todas as disposições estabelecidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando a

condução ética da pesquisa, bem como a confidencialidade e privacidade dos participantes. Comprometo-me a esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir, garantindo assim a compreensão e a participação voluntária e informada dos envolvidos neste estudo.

Cleide Maria Fernandes de Araújo – Responsável pela pesquisa.

O registro de seu consentimento se dá por meio da manifestação neste termo.

ANUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO

Você aceita participar voluntariamente desta pesquisa?

- Sim. Li e aceito participar da pesquisa.
- Não aceito participar da pesquisa.

Apêndice B – Instrumento de coleta de dados

Este questionário tem como objetivo identificar a atuação do NEABI/IFTM/Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Importante salientar que todas as informações fornecidas serão tratadas de maneira anônima e confidencial, garantindo assim a privacidade e resguardando as identidades dos participantes.

1 - Como você se identifica, segundo as classificações do IBGE?

Branco

Preto

Pardo

Indígena

Amarelo

2 – Qual o seu gênero? _____

3 – Qual é a sua formação? _____

4 - Quais foram as motivações que levaram você a integrar o NEABI/IFTM/Campus Paracatu?

5 - Você já foi presidente do NEABI/IFTM/Campus Paracatu?

Sim

Não

6 – Você é membro atual ou participou do NEABI em comissões anteriores?

Atual

Anterior

7 - Os membros da comissão elaboram um plano de ação para a execução das atividades do núcleo?

Sim

Não

8 - Durante sua participação na comissão, o núcleo desenvolveu ações no âmbito do ensino?

Sim

Não

Em caso afirmativo, quais?

9 – Durante sua participação na comissão, o núcleo desenvolveu ações no âmbito da pesquisa?

Sim

Não

Em caso afirmativo, quais?

10 – Durante sua participação na comissão, o núcleo desenvolveu ações no âmbito da extensão?

Sim

Não

Em caso afirmativo, quais?

11 - Como você percebe a importância do núcleo na promoção da diversidade e inclusão dentro da instituição?

12 – Descreva sugestões para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades do núcleo.

13 – Em uma perspectiva crítica, com o objetivo de aprimorar e fortalecer as atividades do núcleo, descreva aspectos críticos identificados no contexto do desenvolvimento da atuação do NEABI.

14 – Descreva a importância e/ou impacto que a experiência como membro do NEABI teve ou tem em sua vida.

Muito obrigada pela sua participação!

Apêndice C - Avaliação do Plano de Ação para NEABIs

Você está sendo convidado(a) a avaliar o produto educacional Plano de Ação para NEABIs, elaborado com base nos dados coletados na pesquisa intitulada: “Atuação do NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu no âmbito do ensino, pesquisa e extensão”. O estudo foi desenvolvido pela pesquisadora Cleide Maria Fernandes de Araújo, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Cristiane Maria Ribeiro.

Este questionário tem como finalidade avaliar o produto educacional que foi elaborado e construído com base nos resultados da pesquisa, a qual revelou que as atividades do núcleo estão concentradas na dimensão do ensino, com ênfase em eventos pontuais e datas comemorativas. Diante desse cenário, elaborou-se um Plano de Ação para NEABIs voltado ao fortalecimento do núcleo, visando auxiliar sua atuação nas áreas do ensino, pesquisa e extensão.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e todas as informações fornecidas serão tratadas com total sigilo e anonimato. Caso opte por não participar, você não será penalizado(a) de forma alguma. Destaca-se que a sua contribuição é essencial para aprimorar este plano e contribuir com iniciativas que buscam o respeito e valorização da diversidade étnico-racial.

1 - A estrutura do Plano de Ação para NEABIs é adequada em termos de conteúdo?

Sim

Não

Caso sua resposta seja não, justifique _____

2 - A estrutura do Plano de Ação para NEABIs é adequada em termos de linguagem?

Sim

Não

Caso sua resposta seja não, justifique _____

3 - A estrutura do Plano de Ação para NEABIs é adequada em termos de design?

Sim

Não

Caso sua resposta seja não, justifique_____

4 - A estrutura do plano de Ação para NEABIs é adequada em termos de organização?

Não

Sim

Caso sua resposta seja não, justifique_____

5 - As sugestões de ações de ensino, pesquisa e extensão apresentadas no plano estão alinhadas aos objetivos de promoção da educação antirracista e valorização da diversidade étnico-racial?

Totalmente adequadas

Parcialmente adequadas

Pouco adequadas

Não são adequadas

Não estão alinhadas

6 – Como membro do NEABI você aplicaria este plano em seu núcleo?

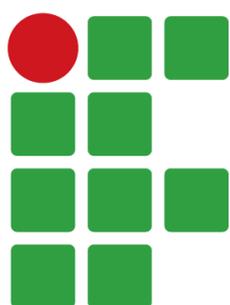
Sim

Não

Por que?

7 - Quais sugestões ou críticas você teria para aprimorar o plano de ação para NEABIs?

Muito obrigada pela sua participação!



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiano

Campus
Urutaí